

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**NÍVEL MESTRADO**

**TATIANE DE FÁTIMA KOVALSKI MARTINS**

**DEFASAGEM IDADE/SÉRIE NA REGIÃO DO VALE DO RIO DOS SINOS – UMA  
ANÁLISE DE POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO**

**SÃO LEOPOLDO**

**2013**

**TATIANE DE FÁTIMA KOVALSKI MARTINS**

**DEFASAGEM IDADE/SÉRIE NA REGIÃO DO VALE DO RIO DOS SINOS – UMA  
ANÁLISE DE POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

ORIENTADORA: PROF.<sup>a</sup> DRA. FLÁVIA OBINO CORRÊA WERLE

SÃO LEOPOLDO

2013

**TATIANE DE FÁTIMA KOVALSKI MARTINS**

**DEFASAGEM IDADE/SÉRIE NA REGIÃO DO VALE DO RIO DOS SINOS - UMA  
ANÁLISE DE POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª Dra Flávia Obino Corrêa Werle – UNISINOS (Orientadora)

---

Profª Dra. Marta Luz de Sisson Castro – PUC-RS

---

Profª Dra. Rosângela Fritsch- UNISINOS

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Nosso Senhor do Bonfim, pelas infinitas graças me concedidas durante todo o processo desse mestrado.

À minha família, pelo apoio, incentivo e amor me concedido a cada dia de minha vida.

À Prof<sup>a</sup> Flávia Werle, por estar presente em minha trajetória acadêmica, apoiando e incentivando meu crescimento profissional e pessoal. Pelas inúmeras oportunidades que tive de aprender e por confiar em minha capacidade – até mesmo quando eu duvidava.

Ao grupo de amigos pesquisadores da Prática do Observatório de Educação, pelo conhecimento adquirido, compartilhado, reformulado e transformado.

Ao INEP e à CAPES, pela bolsa de estudos pelo Observatório de Educação, que possibilitou a realização dessa pesquisa.

À Secretária do PPG-Educação Loinir, pela amizade sincera e ombro amigo nos momentos difíceis dessa trajetória acadêmica.

Às Secretarias de Educação dos doze municípios da Região do Vale do Rio dos Sinos, pelo comprometimento com a pesquisa.

À Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos – AMVRS, em especial à secretária, Luciéli Baptista, pelo acolhimento, disponibilização de informações e participação nessa pesquisa.

A aqueles que, por não compreenderem minhas escolhas e, em algum momento da jornada, se afastaram, meu pedido de desculpas.

A aqueles que aproximaram, em meio a tantas escritas, tantas leituras e tempo tão restrito, obrigada pela confiança.

## RESUMO

A finalidade dessa pesquisa é realizar um mapeamento das políticas municipais educacionais no que se refere ao enfrentamento da defasagem idade/série nos municípios que compõem a Região do Vale do Rio dos Sinos - Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Lindolfo Collor, Morro Reuther, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, São Leopoldo e Sapiranga. O objetivo é analisar os indicadores das taxas de defasagem idade/série, no ensino fundamental, e mapear as políticas educacionais propostas em cada município para melhoria dessa problemática, visando à qualidade da educação pública. Nessa análise observa-se, de forma especial, o conjunto de ações pedagógicas que visam à aprendizagem efetiva dos alunos com dificuldades de aprendizagem em situação de defasagem idade/série. Identificam-se como características que levam a essa defasagem, as sucessivas repetências, as quais geram, entre outros, fatores à dificuldade de socializarem-se no espaço educativo e com isso esses alunos tendem a abandonar a escola, gerando o que identificamos como fracasso escolar. A metodologia utilizada foi análise documental, acompanhada de entrevistas semiestruturadas. Os resultados mostram que, apesar de haver ampla divulgação dos dados, através do Censo Escolar, as taxas de defasagem idade/série ainda não são tratadas especificamente de forma continuada nas políticas educacionais da maioria dos municípios analisados. Nos municípios pesquisados onde existe uma política pública educacional direcionada para o enfrentamento da defasagem idade/série perceber-se que a qualidade do ensino assumiu proporções significativas em toda a rede municipal, gerando resultados satisfatórios ao ensino e à aprendizagem escolar.

**Palavras-Chave:** Defasagem idade/série. Políticas educacionais municipais. Qualidade do ensino.

## ABSTRACT

The purpose of this research is to map the local educational policies in relation to coping with age / grade lag in the counties that make up the region of Vale do Rio dos Sinos- Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estancia Velha, Ivoti, Lindolfo Collor, Morro Reuther, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, São Leopoldo and Sapiranga. The goal is to analyze the indicators of rates of age / grade lag in elementary school and to map the educational policies presented in each county in order to improve this problem aiming at the quality of public education. In this analysis, we can observe the set of educational activities aimed at the effective learning of those students who have learning disabilities and are in situation of age / grade lag. The successive grade repetition are identified as characteristics that lead to this gap, once they generate difficulty of socialization at school and thus these students tend to drop out of school, resulting in what we identify as school failure. The methodology used was documentary analysis followed by structured interviews. The results show that, although there is wide dissemination of data through the School Census, the rates of age / grade lag are not treated specifically and continuously in the educational policies of most of these places. In those counties where there is a public educational policy aimed to cope with the age / grade lag, it is clear that the quality of education has assumed significant proportions in the entire school system, generating satisfactory results to teaching and learning.

**Key-word:** Lag age / grade. Educational policies. Quality of teaching.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABAVE – Associação Brasileira de Avaliação Educacional

AMVRS – Associação de Municípios do Vale do Rio dos Sinos

APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

AP/RME – Assessor Pedagógico da Rede Municipal de Ensino

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CME – Conselho Municipal de Educação

FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul

FENAC – Feira Internacional do Calçado

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIMEC - Feira Internacional de Máquinas para Curtumes, Couros, Componentes para Calçados e Acessórios

IAS – Instituto Ayrton Senna

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

NAC – Núcleo de Atendimento Clínico

NAE – Núcleo de Atendimento Especializado

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

ONG – Organização Não Governamental

PP – Partido Progressista

PPP – Projeto Político Pedagógico

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RME – Rede Municipal de Ensino

RS – Estado do Rio Grande do Sul

SESI – Sistema

SME – Secretária Municipal de Educação

SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

SMED – Secretaria Municipal de Educação e Desporto

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal Santa Catarina

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNB – Universidade de Brasília

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição anual de teses e dissertações por Universidades em que ocorreu a defesa – 2000/2010.....	28
Quadro 2 - Distribuição anual de artigos em periódicos por ano de publicação – 2000/2010.....	32
Quadro 3 – Dados Educacionais da Região do Vale do Rio dos Sinos – 2009	45
Quadro 4 –Taxa de distorção idade/série em Nova Hartz em 2009.....	89
Quadro 5 – Mapeamento das principais políticas educacionais identificadas nos municípios da Região do Vale do Rio dos Sinos.....	111

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa da FAMURS.....	37
FIGURA 2 – Mapa das cidades AMVRS.....	39

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 UM POUCO DE TRAJETÓRIA DOCENTE.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 Encaminhando aos Objetivos.....</b>	<b>22</b>
2.1.1 Objetivo Geral.....	23
2.1.2 Objetivos específicos.....	23
<b>2.2 Justificativa.....</b>	<b>23</b>
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>27</b>
<b>3.1 Teses e dissertações.....</b>	<b>28</b>
<b>3.2 Periódicos.....</b>	<b>31</b>
<b>4 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>33</b>
<b>4.1 Políticas Públicas Educacionais.....</b>	<b>33</b>
<b>4.2. Qualidade da Educação.....</b>	<b>35</b>
<b>5 REGIÃO DO VALE DO RIO DOS SINOS.....</b>	<b>36</b>
<b>5.1 Um pouco de História .....</b>	<b>36</b>
<b>5.2. AMVRS.....</b>	<b>38</b>
<b>6 METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>41</b>
<b>6.1 Proposta de metodologia.....</b>	<b>41</b>
<b>6.2. Receptividade da pesquisa.....</b>	<b>43</b>
<b>7 POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO PARA MELHORIA DO ENSINO PÚBLICO NA DEFASAGEM IDADE/SÉRIE.....</b>	<b>45</b>

<b>7.1 Araricá.....</b>	<b>47</b>
<b>7.2 Campo Bom.....</b>	<b>52</b>
<b>7.3 Dois Irmãos.....</b>	<b>60</b>
<b>7.4 Estância Velha.....</b>	<b>64</b>
<b>7.5 Ivoti.....</b>	<b>71</b>
<b>7.6 Lindolfo Collor.....</b>	<b>78</b>
<b>7.7 Morro Reuther.....</b>	<b>83</b>
<b>7.8 Nova Hartz.....</b>	<b>88</b>
<b>7.9 Novo Hamburgo.....</b>	<b>93</b>
<b>7.10 Presidente Lucena.....</b>	<b>99</b>
<b>7.11 São Leopoldo.....</b>	<b>102</b>
<b>7.12 Sapiranga.....</b>	<b>106</b>
<b>7.13 Síntese dos Municípios Pesquisados.....</b>	<b>111</b>
<b>8 CONCLUSÃO .....</b>	<b>115</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>118</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa versa sobre a defasagem idade/série e as políticas de melhoria do ensino público na esfera municipal. Ao longo da pesquisa, e sua estruturação, optou-se por direcionar a análise para o ensino fundamental das séries iniciais da educação básica, que compreende a fase de escolarização compreendida também como fase de alfabetização.

Muitas pesquisas vêm sendo desenvolvidas ao longo dos anos sobre a alfabetização e seus múltiplos significados, quando se busca compreendê-la tanto no que diz respeito a fatores sociais como em fatores intelectuais que são responsáveis pelo futuro sucesso escolar da criança ao longo dos anos que deverá permanecer na escola.

O ato de aprender a ler e a escrever, ao longo da história da educação brasileira, geralmente, vem acompanhado de ideais de normas como disciplina, controle, expulsões (Casimiro, 2010). Esses vêm se modificando a sociedade, mas permanecem de uma forma ou outra.

A alfabetização pode ser considerada o período mais decisivo na fase de escolarização, como nos mostram os estudos de Brandão; Baeta e Rocha (1983), Bruns (1987) e Patto (1990). As pesquisadoras mostram, em suas pesquisas, que a criança, ao ser alfabetizada, consegue ter maior sucesso ao longo dos anos que permanecerá na escola, entretanto, caso não consiga se alfabetizar, as chances de permanecer na escola e dar continuidade aos estudos caem em torno de 50%.

Em estudos que datam 1934<sup>1</sup>, Lourenço Filho, em discurso, mostrava que, apesar dos esforços de se efetivar a escola pública, a frequência dos alunos e a permanência deles na escola, ao completar o ensino fundamental, não ultrapassavam 6% do total de matrículas da 1ª série, ou seja, o abandono e a evasão do sistema de ensino formavam o grande quadro de indicadores de fracasso escolar, pois, ao não conseguirem acompanhar o modelo de ensino, as crianças, muitas vezes, de comum acordo com suas famílias, optavam pelo abandono dos bancos escolares.

---

<sup>1</sup> Baseado na leitura de Lourenço Filho, Manoel Bergström. **Tendências da educação brasileira**. Brasília: MEC/Inep, 2002 e Lourenço Filho, Manoel Bergström. **Testes ABC**: para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

Com o passar dos anos, investimentos foram realizados pelo governo na melhoria da oferta e permanência na escola, entretanto estudos como o de Brandão, Baeta e Rocha (1983) mostram que o índice de reprovação na 1ª série do ensino fundamental ultrapassava os 60% na década de 1980. Esse índice foi melhorando ao longo do tempo, mas não de forma muito significativa, o que impedia o avanço da universalização efetiva do ensino público. Pensava-se que o problema versava em dois pontos específicos: o primeiro deles era a falta de oferta de vagas a todas as crianças em idade escolar; o segundo, era a entrada tardia no sistema de ensino. Esses aspectos foram observados pelo pesquisador Ribeiro que, em 1991, ao publicar sua pesquisa sobre a “*Pedagogia da Repetência*”, modificou o modo de pensar e refletir sobre o fluxo escolar. O pesquisador mostrou, através do programa Profluxo, que o problema versava sim sobre a repetência escolar, pois o aluno, ao repetir o ano letivo, era contado duas vezes, gerando duas matrículas, o que mostrava que o número de vagas sempre estava abaixo do necessário. Outro problema constatado era a falta de escolas e de professores para atender as turmas, o que, na verdade, era um equívoco, já que o sistema podia comportar o número de alunos, uma vez que, na prática, apenas as matrículas estavam equivocadas.

Outro fator que se considerava com insistência era a evasão do sistema de ensino que Ribeiro (1991) mostrou ser algo compatível com o fluxo de alunos, pois, ao ser transferido de uma escola para outra, o aluno era contado como evadido. As pesquisas de Ribeiro, como nos relata Bonamino (2002), mostraram que o controle sobre a frequência e permanência dos alunos no sistema escolar deveriam ser constantemente revistas, pois a geração de políticas públicas para o ensino básico, em especial, necessitam de dados que viessem a melhorar o sistema educacional através de dados que fossem confiáveis.

Se na década de 1990 o problema da alfabetização versava sobre a entrada na escola e sua permanência, pode-se perceber que esse, com o passar do tempo, foi sendo superado lentamente. Pode-se perceber, com vários estudos, que o problema era, na verdade, a repetência escolar. Dela surgiam outras problemáticas escolares que impossibilitavam o avanço da escolarização como a questão da distorção idade/série por exemplo.

Ao refletir sobre a questão da defasagem idade/série, somos remetidos à problemática da repetência escolar, pois a defasagem, geralmente, se origina na repetência. Um aluno que entra para as estatísticas de defasagem de idade em

relação à série deve ter reprovado, no mínimo, duas vezes, ficando, assim, com um atraso de dois anos em relação aos demais colegas.

Quando criado o Programa Profluxo, a taxa de defasagem idade/série era associada a dois fatores: entrada tardia na escola e à repetência. Porém, com programas específicos do Governo Federal como, por exemplo, o Bolsa Família, a entrada tardia foi sendo eliminada uma vez que, para ter direito ao programa, o menor precisa estar matriculado e frequentando o estabelecimento de ensino.

Essa ação, entretanto, não atenuou os dados com referência à defasagem idade/série; pelo contrário, eles estão cada vez com mais significado nas taxas de indicadores educacionais, mas, talvez, mostrando outras faces do ensino. Se agora temos programas que garantem a entrada da criança na idade correta no sistema de ensino e sua permanência nos anos escolares do ensino fundamental, a sua aprendizagem ainda não é garantida.

Dessa forma, o grande agravante responsável pelo baixo rendimento escolar dos alunos, no sistema de ensino, atualmente, gira em torno da qualidade da educação que está sendo oferecida nas escolas públicas.

Compreendendo a qualidade do ensino como “*garantia do direito ao conhecimento e à inclusão social, com o direito à formação integral do ser humano, tomada na multiplicidade das dimensões cognitiva, afetiva, ética e estética*”. (Dalbem, 2006, p. 67), a qualidade perpassa muitos campos dentro do sistema de ensino que vai desde a formação de professores qualificados, para desempenharem suas funções, com a maior responsabilidade e afinho possível, até a estrutura escolar que deve oferecer um espaço lúdico, confortável e acessível a todas as crianças que dela usufruírem.

Uma escola de qualidade deve levar em consideração a sociedade contemporânea e, a partir dela e com ela, planejar formas de ensino e de aprendizagem que de fato levem à aprendizagem significativa de todos os alunos, pois, como nos afirma Freitas (2009, p.79) “*qualidade não é optativa no serviço público é uma obrigação*” e, nesse sentido, não apenas a escola e sim o sistema escolar tem o dever de desenvolver políticas públicas que levem os alunos de fato a terem uma aprendizagem significativa ao longo dos anos escolares.

Nessa pesquisa, o foco de análise foi as políticas educacionais dos 12 (doze) municípios da Região do Vale do Rio dos Sinos. Nesses municípios, as Secretarias de Educação foram compreendidas como formuladoras de políticas que, ao

elaborarem e estabelecerem políticas educacionais, que visam melhorar a educação pública, que estão empenhadas em efetivar, de fato, o ensino obrigatório, público e de qualidade a todos a que ele tem acesso.

Essa dissertação de mestrado está organizada em sete capítulos que estão abaixo elucidados.

O primeiro capítulo apresenta um pouco da trajetória da pesquisadora e a relação com a temática da distorção idade/série. Mostra, também, os objetivos da pesquisa sua justificativa e a relevância do estudo.

Revisão da literatura é o título do segundo capítulo que apresenta o levantamento da produção científica no período de 2000 a 2010, obtidas no banco de teses e dissertações da CAPES. Apresenta, também, a pesquisa realizada em periódicos que se tornaram relevantes para a pesquisa, pois mostra que outros setores estavam diretamente ligados com a temática como, por exemplo, a economia e a estatística. A revisão da produção científica demonstra a relevância e a pertinência desse estudo.

O terceiro capítulo discute os pressupostos teóricos nos quais a pesquisa se embasa no que se refere a políticas públicas educacionais e à qualidade da educação.

No capítulo quarto, mostra-se um pouco da história da Região do Vale do Rio dos Sinos, que teve sua colonização iniciada em 1824 por imigrantes alemães. Na sequência, apresentam-se algumas questões sobre o território, a Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos e a interlocução dela com as outras cidades.

Descreve-se, no capítulo sexto, a proposta metodológica dessa pesquisa. Mostra-se como foi a receptividade dela nos municípios e realiza-se algumas considerações sobre dificuldades gerais encontradas na coleta de dados.

Políticas Municipais de Educação para a melhoria do ensino público é o sétimo capítulo no qual a questão da defasagem idade/série é descrita em termos das políticas públicas educacionais encontradas em cada um dos 12 municípios quais seja: Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Lindolfo Collor,

Morro Reuther, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, São Leopoldo e Sapiranga.

As considerações finais é o último capítulo onde se mostram as conclusões a que se chegou a partir da análise dos dados e mostram-se os achados desse estudo a partir dos objetivos a que se propôs.

## 2 UM POUCO DA TRAJETÓRIA DOCENTE

*“Prô, sabe o que minha mãe me disse ontem antes de dormir? Que se eu conseguir passar de ano eu posso sair da escola e ir fazer faxina com ela.”* (Tatiana, 16 anos, 2º ano do ensino fundamental, 2004).

Início a escrita da minha Dissertação de Mestrado em Educação com esta frase, anotada em um caderno de acompanhamento de alunos do ano de 2004, ano em que eu lecionava como professora de uma turma de segunda série em um município da Serra Gaúcha. Era uma turma bastante peculiar, as idades dos alunos variavam dos 8 aos 19 anos. Todos possuíam o desejo de aprender o que a escola tinha a lhes ensinar. Mas, apresentavam dificuldades acentuadas de aprendizagem o que os impedia de serem alfabetizados; além disso, traziam em suas *bagagens* as marcas de uma sociedade desigual.

Pensar sobre as dificuldades de aprendizagem, em especial sobre o processo de alfabetização, fez com que retomasse muitos textos acadêmicos e frequentasse capacitações docentes específicas para a área da alfabetização. Nessas capacitações, muitas vezes, ouvia que não poderia mudar uma realidade que estava posta socialmente, mas que deveria aprender a trabalhar com a situação e esperar o término do ano, tendo a esperança de que, no próximo, seria diferente, com outra turma, outros alunos e uma nova realidade. Restava a espera pelo ano seguinte, pois a reprovação parecia inevitável e naturalizada pela estrutura escolar, que via os alunos como “velhos” para estarem na escola. A evasão deles das classes escolares era uma questão de tempo.

Mas, felizmente, ao final do ano letivo essas questões que tanto me afligiam permaneciam comigo. Perguntava-me se eu não seria questionada como professora pela não aprendizagem dos alunos, pelo insucesso deles durante o ano letivo, mas o senso comum escolar relacionava a questão a outras instâncias fora da escola como: um problema da família, a falta de interesse dos pais, a falta de condições de sobrevivência e descaso com a escola e sua estrutura organizacional.

Essa situação me inquietava, mas percebia que já estava acostumada ao ambiente escolar. Passamos o ano letivo todos envolvidos, tivemos muitas aprendizagens significativas, tanto para mim, como docente, quanto para os alunos, que conquistaram, através de seus esforços, muitos avanços cognitivos e pessoais. Essa turma que relato foi formada no ano 2004 por 20 alunos. Ao final do ano letivo, foi contabilizada apenas uma reprovação, das nove esperadas e anunciadas pela equipe diretiva da escola em várias reuniões. Tive a oportunidade de acompanhar a turma que, no ano seguinte, 2005, ano em que houve a inclusão de mais alunos, somando assim 32 crianças. Com o apoio da escola e sua equipe pedagógica, conseguiram avançar na aprendizagem de forma significativa.

Esse processo de ensino e aprendizagem foi, na época, motivo de palestras, visitas da coordenação da secretaria de educação do município e de muito estudo, pois se podia visualizar a aprendizagem escolar de cada aluno.

O problema que parecia resolvido voltou ao final da 4ª série do ensino fundamental, com a troca de professores e da metodologia de trabalho. As disciplinas foram subdivididas, novos professores, novas formas de trabalho, novos tempos e espaços, o índice de reprovação da turma chegou próximo a 60%.

Além das questões de aprendizagem, outros *problemas* começavam a emergir, nesse contexto como, por exemplo, o relacionamento entre os alunos que, em função da diferença de idades, não conseguiam estabelecer e manter vínculos afetivos entre eles. Interesses diferentes, momentos de vida diferentes, compartilhando o mesmo espaço de conhecimento, chamado de sala de aula.

Posso dizer que iniciei, com esse grupo de alunos, um momento prático-reflexivo sobre o que é ter sucesso e o que é fracassar na escola, pois, a partir desse grupo de alunos, percebi que não poderia ficar indiferente a um assunto tão sério e pouco abordado na área da educação.

Iniciei minha trajetória acadêmica no ano 2000, quando concluí o magistério. Fiz meu estágio curricular em um bairro com muitas dificuldades socioeconômicas, do município de Novo Hamburgo/RS, denominado Santo Afonso. As dificuldades de aprendizagem e de relacionamento entre os alunos nesse momento versavam sobre dificuldades de sobrevivência humana, tais como: alimentar-se, vestir-se, higienizar-

se; em muitos momentos, o incentivo para o início da aula era um lanche, um agasalho a um aluno que chegava com frio. As dificuldades humanas não estavam supridas e o aprendizado ficava comprometido.

Em 2000, fiz o vestibular e fui aprovada na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, no curso de Pedagogia, uma conquista pessoal bastante grande. Esse foi um período de muito aprendizado, muitas vivências e experiências. Tive a oportunidade de participar de projetos de pesquisa como bolsista de iniciação científica, o que contribuiu em minha formação acadêmica e profissional, pois me possibilitou o contato com a pesquisa na área da educação.

Iniciei minha atividade como docente no ensino público municipal assim que concluí a graduação. Sempre tive o desejo de ser professora em escola pública, por acreditar que o ensino de qualidade, comprometido com uma sociedade justa e igualitária, deve partir de uma gestão pública. Ao entrar para escola, como professora, nas séries iniciais da educação básica, muitas questões acadêmicas me acompanhavam e a vivência prática foi me ajudando a me tornar professora.

Mas foi também na prática docente, diante de tantas dificuldades encontradas, que fez com que procurasse uma especialização. Isso no mesmo ano de 2005. Minha escolha foi por um curso em educação inclusiva, pensando na melhor forma de auxiliar os alunos que estavam em sala comigo e me faziam vivenciar situações de aprendizagens, que iam muito além do conhecimento que possuía até então. Eu precisava ir além. Precisava compreender como conseguir sair de situações onde as dificuldades de aprendizagem estavam se tornando mais comuns do que a própria aprendizagem. A ideia e a fala de fracasso escolar chegavam cada vez mais próximas.

Pensar que o fracasso escolar dos alunos, compreendido aqui como as situações de aprendizagem, que não se efetivam e levam à repetência, ao término do ano letivo, é para mim algo inquietante, que desacomoda, perturba e questiona toda a estrutura escolar, pois como nos diz Cury (2005) o direito à educação escolar não perdeu e nem perderá sua atualidade por ser direito de todo cidadão e dever do Estado de provê-la de forma eficiente para o aprendizado.

Com o passar do tempo, com as descobertas, encantos e desencantos, vividos em sala de aula, pude compreender que as ações pedagógicas do cotidiano escolar não são suficientes para que os alunos consigam prosseguir nos estudos.

Não bastam apenas as atitudes docentes para o progresso escolar das crianças, precisamos também de políticas públicas direcionadas dentro dos municípios que venham acolher os alunos com dificuldades de aprendizagem e que apresentam um perfil de escolaridade de repetência. É uma problemática, portanto, que ultrapassa a sala de aula e que precisa de uma ação de continuidade dentro das escolas públicas.

Embora o relato anterior tenha ocorrido em minha sala de aula, como forma de ilustrar a minha escolha pelo tema, a situação de fracasso escolar descrita é comum em diferentes espaços escolares como nos mostram as avaliações em Larga escala<sup>2</sup>, como a Prova Brasil, os Testes ABC e o IDEB, em todo o território nacional. Essas provas não mostram peculiaridades de ensino e aprendizagem como as descritas anteriormente, mas mostram que o ensino brasileiro necessita de políticas educacionais mais direcionadas para as questões de ensino e aprendizagem, o que nos é garantido pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) que, ao propor sistemas de ensino aos municípios, dá a eles liberdade de criar, conduzir e avaliar ações para melhoria da educação em suas realidades.

Assim, compreende-se que se torna necessária, por parte dos municípios, a elaboração de uma política educacional que seja extensiva a toda a rede escolar e que proponha estratégias de ensino e aprendizagem com continuidade ao longo da escolaridade em especial a obrigatória que, pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009<sup>3</sup>, compreende a idade de 04 a 17 anos, ano após ano, articulando o esforço pedagógico no conjunto de suas escolas, promover assim uma educação contínua que direcionará para um maior sucesso escolar das crianças que a ela tem acesso e direito.

---

<sup>2</sup> Informações sobre avaliação em larga escala. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 10 ago. 2012.

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm)>. Acesso em: 06 nov. 2012.

Essa situação, complexa e provocadora, abordo nessa dissertação de mestrado cuja temática é a análise das políticas públicas educacionais na esfera municipal no que se referem à defasagem idade/série e à busca pela qualidade de ensino público municipal.

## 2.1 Encaminhando aos objetivos

O fator repetência já é, historicamente, objeto de análise e discussão no campo educacional, como nos mostram os estudos de Brandão, Baeta e Rocha (1983), Patto (1991) e Ribeiro (1991). Embora a repetência já tenha sido estudada por esses autores, permanece minha inquietação como pesquisadora, uma vez que não é propriamente a repetência, mas um conjunto complexo de elementos que provocam a distorção idade/série. De acordo com o dicionário de termos de indicadores educacionais, proposto pelo Inep<sup>4</sup>, temos a seguinte definição de defasagem idade/série:

Em um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno. No caso brasileiro, considera-se a idade de 7 anos como a idade adequada para ingresso no ensino fundamental, cuja duração, normalmente, é de 8 anos. Seguindo este raciocínio é possível identificar a idade adequada para cada série. Este indicador permite avaliar o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada (Inep, 2011).

A presente pesquisa, portanto, versará sobre o tema da defasagem idade/série e as políticas educacionais municipais para seu enfrentamento e superação. Esse é o foco dessa pesquisa.

Sabe-se que múltiplas são as questões que se estabelecem para que se instale a distorção idade/série. Elas podem ser identificadas dentro da sala de aula conforme foi explicado no exemplo inicial, entretanto sem políticas públicas com continuidade não há como, efetivamente, superar o problema da distorção idade/série.

É importante, diante desse contexto, analisar as políticas educacionais que se fazem vigentes nas secretarias municipais de educação e que orientam e direcionam

---

<sup>4</sup> Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-publicacoes>>. Acesso em: 10 maio 2012.

o trabalho nas escolas. Escolheu-se analisar a questão da distorção idade/série com enfoque em políticas públicas municipais pelo atual quadro legal que responsabiliza, predominantemente, a instância sub-nacional, município, responsável pelo ensino fundamental. Sabe-se que, pela Lei 9394/96, o ensino fundamental é de responsabilidade também compartilhada com a instância estadual, mas o município, progressivamente, tem tido maior responsabilidade pelas matrículas no ensino fundamental.

### 2.1.1 Objetivo geral

Descrever e analisar políticas públicas municipais para o ensino fundamental, focadas no enfrentamento da defasagem idade/série nos municípios que compõem a Região do Vale dos Sinos.

### 2.1.2 Objetivos específicos da pesquisa

São objetivos específicos da pesquisa:

- a) descrever as diferentes políticas educacionais, vigentes nos municípios da Região do Vale do Rio dos Sinos, que se referem à defasagem idade/série na educação básica 1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano;
- b) sistematizar as políticas públicas, elaborando um panorama descritivo do conjunto de municípios pertencentes à região do Vale do Rio dos Sinos no que se referem às políticas públicas municipais para melhoria da qualidade da educação na questão defasagem idade/série.

## 2.2 Justificativa

A opção pela pesquisa direcionar sua atenção para o indicador educacional de distorção idade/série se justifica porque ele se relaciona diretamente com os outros indicadores educacionais que dão informações sobre a qualidade da educação sob a perspectiva de aprendizagem. Esse indicador demonstra, ao longo

da história da educação brasileira, a fragilidade dos sistemas de ensino quanto à permanência e aprendizagem dos alunos nas escolas públicas.

Ela é um indicativo geralmente acompanhado de duas outras problemáticas educacionais: a reprovação escolar e evasão do sistema de ensino. Esses elementos formam, talvez, um dos mais graves problemas no campo da educação e indicam quão frágeis ainda permanecemos na questão da qualidade da educação; por isso, é importante garantir não apenas o acesso à escola pública, mas também a aprendizagem e a permanência do aluno.

Para Bomeny (2003, p.11), *“um dos indicadores que contribuem fortemente para dificultar o bom desempenho é o alto índice de distorção idade/série, variável que nos ajuda avaliar o grau de inadequação entre a idade dos alunos e as séries em que estão alocados”*, comprometendo as suas aprendizagens e a continuidade dos estudos nos anos escolares.

A questão da defasagem idade/série tem recebido atenção nas políticas governamentais, sendo dedicados a ela incentivos para sua correção, como os previstos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 9394/96, artigos 23 e 24. Esses incentivos permitem que cada sistema de ensino se organize de forma a contemplar, em seu regimento, a elaboração de políticas educacionais para a correção das taxas de distorção idade/série como, por exemplo, a possibilidade de aceleração e avanço nos estudos.

A possibilidade de aceleração dos alunos que estão em defasagem em relação à idade e à série de estudos aparece em alguns municípios pesquisados, porém como uma ação específica a um grupo de alunos e, na maioria das vezes, sem uma continuidade, um acompanhamento a eles depois de recolocados nas séries que corresponderiam a sua idade. Geralmente, esses alunos continuam com suas dificuldades de aprendizagem e, no final do ano letivo, tendem a repetir o ano novamente.

Algumas consequências desse processo de reprovação, que origina a defasagem idade/série e o fracasso escolar, são observadas nos estudos de Brandão, Baeta e Rocha (1983), que descrevem um círculo vicioso que se forma quando o aluno reprova mais de uma vez na mesma série já que sua idade continua

avançando, tornando a evasão do sistema escolar uma situação quase rotineira a alunos em situações de não aprendizagem ou com dificuldades acentuadas.

Essa situação que leva à evasão questiona fortemente o princípio da gestão democrática da educação na medida em que impede o aluno de se inserir, criticamente e produtivamente, na sociedade, participar dos bens culturais e ampliando, portanto, o quadro de indicadores de fracasso escolar e de não sucesso escolar.

A evasão de alunos é um problema grave especialmente reforçada pela afirmativa de Freitas (2009, p.79), de que a “*qualidade não é optativa no serviço público é uma obrigação*”. Nesse sentido, a pesquisa é direcionada à reflexão sobre o início do processo de escolarização, compreendido como alfabetização. A escola, principalmente a municipal, que abrange o ensino nos primeiros anos escolares, tem o dever de oferecer uma estrutura de apoio que subsidie a aprendizagem do aluno além da sala de aula, com políticas que garantam uma aprendizagem efetiva e contínua ao longo de todo o processo de alfabetização.

Entretanto, não bastam políticas direcionadas à correção da idade em relação à série. São necessárias políticas educacionais que assegurem que o ensino seja de qualidade ao longo de todo o processo de escolarização, para que outros educandos não se encaminhem à repetência e não entrem em situação de distorção idade/série. A sociedade necessita da oferta de um ensino de qualidade, com políticas efetivas de apoio à aprendizagem para garantir uma escola pública com qualidade na aprendizagem.

Analisando essas questões, a pesquisa remete às políticas municipais educacionais de apoio ao desenvolvimento da aprendizagem de alunos com indicadores de distorção idade/série; assim, levantam-se os seguintes questionamentos:

- a) há propostas, de âmbito municipal ou escolar, voltadas para a aprendizagem efetiva desse aluno e, posteriormente, o seu avanço na escola?;
- b) quais são as estratégias de avanço e superação da distorção idade/série, atualmente, vigentes nos municípios da Região do Vale do Rio dos Sinos?;
- c) são estratégias propostas em cada escola ou políticas públicas municipais?.

Estas questões são importantes, pois problematizam um tema relevante e a pesquisa procura mapear, reunir, compreender as políticas municipais de educação para superação e avanço quanto à problemática da defasagem da distorção idade/série nos municípios que compõem Região do Vale do Rio dos Sinos/RS.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

A presente etapa da pesquisa tem como propósito conhecer a produção acadêmica acerca dos temas em questão, defasagem idade/série e políticas municipais de educação. Essas temáticas vêm sendo investigadas com mais ênfase, no campo educacional, desde 1980.

O estudo que podemos contabilizar como um marco sobre a defasagem idade/série especificamente foi o realizado por Ribeiro (1991). Nesse estudo, o pesquisador questionou o modelo de contagem de alunos, utilizado até o momento pelo governo, mostrando que o problema da educação não era a falta de vagas nas escolas, mas o modo como cada aluno era registrado pelo sistema e que a problemática educacional era a repetência e permanência de alunos por muito tempo na mesma série. Era uma situação que gerava uma nova matrícula a cada ano, mesmo quando o aluno reprovava. Estatisticamente, havia muitos alunos, poucas escolas e um número muito reduzido de professores e estudos mostravam a falta de vagas a partir desses dados, o que, na prática, não se concretizava tão ativamente. Nesse estudo, Ribeiro mostrou que a repetência era o problema do cotidiano escolar, visível nas salas de aula e introduziu, no campo educacional, um novo termo a Pedagogia da Repetência, que até então não era vista nem estudada na área da educação por não existir teoricamente. A publicação desse estudo fez com que pesquisadores redirecionassem seus olhares investigativos para outras demandas surgidas com a repetência.

O estudo de Patto (1989), cuja pesquisa de doutorado se denomina “A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia”, mostra, entre outras questões de grande relevância, as dificuldades que o sistema educacional tem em cumprir sua tarefa básica, qual seja, de ensinar a ler e a escrever a todos os alunos que nela estão.

Tomando essas duas investigações como base de análise, temos o conhecimento de outros estudos relevantes à problemática para o campo educacional ao longo dos anos de 1990. A presente pesquisa focalizou a busca por artigos em periódicos, bancos de dissertações e teses no período de 2000 a 2010.

A opção, por esse período, ocorreu pela busca prática que remetia a uma quantidade significativa de materiais pertinentes que datavam próximos ao ano de 2000 que seriam mais próximos às atuais realidades educacionais. Foram utilizados como descritores as palavras chaves: defasagem idade/série e políticas educacionais municipais.

### 3.1 Teses e dissertações

A pesquisa, em teses e dissertações, se deu a partir dos dados disponibilizados no site da Coodenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no Banco de Teses e Dissertações, utilizando a referência “defasagem idade/série”. Encontrou-se 60 trabalhos escritos, da análise desses trabalhos através, primeiramente, da leitura de seu resumo quando se percebeu que eram significativos para essa pesquisa apenas 21 dissertações e 13 teses.

No quadro abaixo, pode-se observar das teses e dissertações pertinentes a essa pesquisa a quantidade contabilizada por ano, considerando o tema e a instituição de ensino.

Quadro 1 – Distribuição anual de teses e dissertações por Universidades em que ocorreu a defesa – 2000 a 2010

Universidade de Defesa	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Fundação Getulio Vargas											1	1
PUC-RJ				1		1		1				3
PUC-SP	1	1					2	2	1			7
PUC-RS								1			2	3
UNICAMP								1	1	2		4
UnB									1			1
UFMG							1		1		1	3
USP							1					1
UFRGS			1	2			1	1				5
UNISINOS									1			1
UFScar								1				1
UNICAMP						1						1
UFRJ									2	1		3
Total	1	1	1	3	0	2	5	7	7	3	4	34

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

O estudo e compreensão dessas pesquisas envolveu a análise de todos os resumos; posteriormente, a leitura na íntegra de alguns trabalhos que, em suas abordagens, traziam mais especificamente a questão da defasagem idade/série na educação básica, restrita aos anos iniciais de ensino, 1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano do ensino fundamental e políticas municipais de educação.

Após essa leitura, percebeu-se que a maioria das teses e dissertações, previamente selecionadas no Banco de dados, não se enquadrava na problemática de pesquisa e pôde-se, através dessa leitura, compreender a necessidade de se ampliar os temas em estudo, partindo da “defasagem idade/série”, chegando a temas como “sucesso e fracasso escolar”, “evasão ou abandono”, pois esses direcionariam mais ao tema em estudo.

Pôde-se, também, perceber que outras áreas do conhecimento transitam pelo campo educacional como a psicologia, a sociologia, a economia e o direito. Essas áreas têm investigado a questão da defasagem idade/série a partir de suas perspectivas de análise.

Discutindo o tema, relacionado na psicologia, o trabalho de mestrado, realizado na Faculdade de Educação (Faced), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Silva (2003) nos mostra como o elevado número de repetência escolar leva o sujeito da classe popular a fracassar na escola e como esse lugar de fracasso é visto e narrado pela sociedade, atualmente.

Na mesma Faculdade de Educação, Faced/UFRGS, o trabalho, realizado por Subrack (2002), mostra, através do campo da sociologia, o fracasso escolar que se origina nas sucessivas repetências da criança na escola e a complexidade das relações sociais nela estabelecidas que levam não apenas à exclusão da escola, mas também à exclusão na sociedade.

A pesquisa de doutorado, realizada por Costa (2010), na Faced/UFRGS, embora remeta à localidade de Cáceres/MT, é pertinente a essa pesquisa, pois questiona a gestão pública e a privatização de políticas educacionais através de parcerias entre as instituições públicas e com o setor privado, no caso com o Instituto Ayrton Senna, instituição privada que, através de convênios com municípios, tem atuado diretamente nas escolas com o programa Acelera Brasil, que

visa auxiliar e corrigir a taxa de distorção idade/série, mas que impõe uma série de compromissos a serem cumpridos pelo município, retirando, assim, indiretamente, sua autonomia na efetivação de políticas específicas para sua necessidade educacional.

Outra pesquisa que se aproximou da temática de instituições privadas que buscam intervir na distorção idade/série foi a realizada por Pires (2003) que analisou a parceria entre o Instituto Ayrton Senna e a cidade de Sapiranga/RS. Cabe destacar que essa cidade entrará no projeto de dissertação ora apresentado e esse estudo será de grande importância quando analisarmos esse município, especificamente.

O trabalho de pesquisa, realizado na Universidade Federal Rio de Janeiro, por Bragança (2008), mostra um esforço para sistematizar produções acerca do tema do fracasso escolar a partir de periódicos de 1996 a 2007, embora se perceba que exista muitas lacunas no estudo como a inclusão de pesquisas realizadas em toda a Região Sul do Brasil. Utilizou-se as referências dessa obra, nessa pesquisa, por ser um levantamento bibliográfico significativo à temática.

A pesquisa realizada por Coimbra (2004), na Universidade Federal de Santa Catarina, vem contribuir para esse estudo, pois foca sua análise no Programa de Aceleração da Aprendizagem, instituído pelo Governo Federal, em 1997, e seus desdobramentos nas questões de aprendizagens.

A dissertação de Battisti (2010), na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, embora não trata do tema desse projeto de dissertação diretamente, atenta para a questão das políticas municipais de ensino e à questão de investigação por associação de municípios dentro do RS.

Cabe ressaltar que o levantamento de estudos, realizado em teses e de dissertações, embora subsidie a pesquisa realizada sobre as políticas municipais para melhoria das taxas de defasagem idade/série, em uma região demograficamente estabelecida, não se apresentou estudos no período analisado que contemplassem essa temática. Os estudos encontrados envolviam a defasagem idade/série a partir de outras perspectivas que não analisavam especificamente políticas educacionais.

### 3.2 Periódicos

No que se refere à pesquisa em periódicos, a intenção inicial seria de fazer um levantamento apenas em periódicos do campo educacional, tendo em vista que a temática caminha no campo da educação, sendo seu foco de acontecimento dentro da escola. Entretanto, logo que iniciada a pesquisa, pode-se perceber que diversos artigos, encontrados no site de busca Scielo, remetiam a periódicos de outros campos do conhecimento como economia, administração, ciências sociais e psicologia. Ao ser realizada a leitura dos resumos dos artigos, percebeu-se a necessidade da leitura do artigo completo e desses alguns eram de importância muito significativa a essa pesquisa. Tornava-se necessário, então, a abrangência da pesquisa aos periódicos de diversas áreas das ciências.

Como opção de pesquisa, também se optou pela visita e consulta ao setor de periódicos da Biblioteca da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Esse procedimento foi especialmente satisfatório para esse levantamento bibliográfico, pois o manuseio físico dos periódicos possibilitou o acesso a informações de forma mais exploratória e ampla, o que não é possível no meio virtual. Dessa busca na biblioteca, por referências, encontraram-se artigos sobre a problemática da defasagem idade/série que traziam referências muito significativas sobre educação infantil, sucesso e fracasso escolar, aceleração da aprendizagem, ciclos de ensino, aprovação automática, formação de professores e estrutura física escolar. Temas todos associados à defasagem idade/série os quais foram xerocados, respeitando as leis de reprodução para serem consultados constantemente ao longo desse estudo. Também foi utilizado os sites de pesquisa como o Scielo, Google acadêmico e sites das próprias revistas onde se pôde consultar, virtualmente, os exemplares e, a partir do interesse e pertinência, foi feito o *download* do trabalho.

No Quadro 2, abaixo descrito, pode ser observada a distribuição de acordo com o periódico pesquisado e o respectivo ano de sua publicação:

Quadro 2 – Distribuição anual de artigos em periódicos por ano de publicação – 2000/2010

Nome do Periodico	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas	5	2	2	4	8	2	5	4	1	6		36
Revista Estudos Avançados							1					1
Revista Educação e Pesquisa USP	1	2	1	4	3	1		2	2	4	8	28
Revista Brasileira Estudos Pedagógicos			3	1						2		6
Cadernos CEDES	4		6						5			15
Ensaio												
Estudos em Avaliação Educacional	1	1	4	1	1		2	2	3			15
Revista Brasileira de Educação					5				5			10
Pesquisa e Planejamento Economico	1	5			2	1		1	1	2	1	14
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>17</b>	<b>14</b>	<b>9</b>	<b>128</b>

Fonte: Elaborado pela autora, 2012

Pode-se perceber, no levantamento bibliográfico de periódicos, que temas associados à questão da defasagem idade/série são amplamente investigados, principalmente por grupos de pesquisas cujas produções são publicadas como resultados, favorecendo a divulgação da informação no campo educacional. Observou-se, também, que revistas com conteúdo tipo “dossiê” tendem a focar mais especificamente na problemática, favorecendo a área educacional com a publicação de diversos autores sobre o mesmo tema.

## 4 REFERENCIAL TEÓRICO

### 4.1 Políticas públicas educacionais

A definição de políticas está ligada a sua origem grega, *politikó*, que mostra a condição de participação da pessoa, que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, à pólis. Já a palavra pública é de origem latina, *publica*, e significa povo, do povo. Assim, política pública, de acordo com Oliveira (2010):

Refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território. Porém, historicamente essa participação assumiu feições distintas, no tempo e no lugar, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta (por representação). De todo modo, um agente sempre foi fundamental no acontecimento da política pública: o Estado. (*online*).

O debate acerca das políticas públicas tomou-se, nos últimos tempos, uma proporção mais ampla, tendo em vista o avanço do diálogo sobre as condições democráticas em todas as esferas sociais e a diversidade de arranjos interinstitucionais que o governo necessita criar para que possa executar a governabilidade, entendida nesse texto como as condições adequadas do governo de se manter estável em sua administração. São essas condições adequadas, enquanto atitudes de governo, que garantem, de certa forma, que os governos se mantenham estáveis (sejam eles de âmbito municipal, estadual ou federal), caracterizando, assim, as políticas públicas que formulam.

Para Souza (2003) as políticas públicas são:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações ou entender porque e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro. Em outras palavras, o processo de formulação de políticas públicas é aquele que através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações que produziram resultados ou mudanças desejadas. (SOUZA, 2003, p.13)

A definição proposta por Souza (2003) mostra a direção de políticas públicas na ação do governo, suas propostas e intenções para a sociedade. Seguindo a mesma perspectiva, Azevedo (2003, p.32) definiu, de forma mais sucinta e clara, dizendo-nos que “*política pública é tudo o que o governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões.*” Essa perspectiva de definição nos

deixa claro que política pública é tarefa do governo; a sociedade civil, ou o povo melhor definindo, também é agente de políticas, mas não o seu formulador.

Há uma diferença entre política e políticas públicas. A política é a forma de organização e articulação da sociedade em busca de seus objetivos, oriundos de necessidades a serem supridas pelo governo e as políticas públicas são as ações que o governo formula visando à melhoria da sociedade. Por vezes, os interesses do governo e as necessidades da sociedade não convergem, gerando conflitos que, muitas vezes, resultam em acordos, voltando à ideia de governabilidade.

Seguindo as ideias anteriormente expostas de Azevedo, o autor nos apresenta três formas de políticas públicas. São elas: as redistributivas, as distributivas e as regulatórias. Seriam essas as principais do governo. As redistributivas seriam as políticas públicas elaboradas para a redução das desigualdades sociais como o programa bolsa família, bolsa escola, isenção de IPTU a famílias de baixa renda do município entre outros. As distributivas seriam as políticas públicas que todos os governos precisam fazer para exercerem suas administrações de forma clara e direcionada à comunidade. Elas dizem respeito à oferta de serviços e equipamentos da sociedade como, por exemplo: reparos em escolas, limpeza das ruas da cidade, reparo na iluminação pública, reparo de asfalto, entre outras ações. Já as políticas públicas regulatórias consistem na elaboração de leis que autorizaram o governo a realizar as políticas públicas redistributivas e distributivas. Trata-se da elaboração, em geral, do poder legislativo para o poder executivo.

As políticas públicas, quando direcionadas à educação, assumem outra proporção, tanto na elaboração quanto na aplicabilidade e nos resultados desejados e obtidos com sua formulação. Concordo com Azevedo (2003) quando ele nos diz que política pública é tudo o que o governo faz e também deixa de fazer; as políticas públicas educacionais são tudo o que o governo faz ou deixa de fazer em educação.

Cabe esclarecer que políticas públicas educacionais, nessa pesquisa, direciona a ideia de educação escolar, uma vez que o conceito de educação é amplo e envolve muitos segmentos sociais. As políticas públicas educacionais, por outro lado, são as políticas direcionadas à educação escolar. Para Oliveira (2009) *“as políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no*

*ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem*". Essas decisões podem ser de atendimento aos alunos, formação e carreira docente, gestão escolar, entre outras ações de importância para a educação escolar e aprendizado dos alunos, que será o enfoque dessa pesquisa.

## **4.2 Qualidade da educação**

O termo qualidade tem sido amplamente divulgado em discursos e propostas realizadas pelos três níveis de governo. A amplitude que o termo abarca, quando direcionado à educação não nos mostra onde teríamos ações de reconhecimento do que seria a qualidade da educação. Geralmente, está associado a avaliações externas e seus resultados apontariam se o ensino seria de qualidade ou não, ou seja, a associação ao termo está ligada a dados censitários.

O termo qualidade, nessa pesquisa, não diz respeito a dados numéricos e sim envolve a análise das ações de políticas educacionais, realizadas pelas administrações municipais para garantir o aprendizado dos alunos da educação básica. Dessa forma, se compreende por qualidade da educação: "*como garantia do direito ao conhecimento e à inclusão social, com o direito à formação integral do ser humano, tomada na multiplicidade das dimensões cognitiva, afetiva, ética e estética*". (DALBEN, 2006, p. 67). Compreende, também, as ações de formação de professores, visto que a formação docente interfere no ensino ministrado em sala de aula. Um professor, ao receber qualificação em estudos, tem maior probabilidade de organizar seu planejamento e sua prática diária através de reflexões sobre sua rotina e seus objetivos na área educacional.

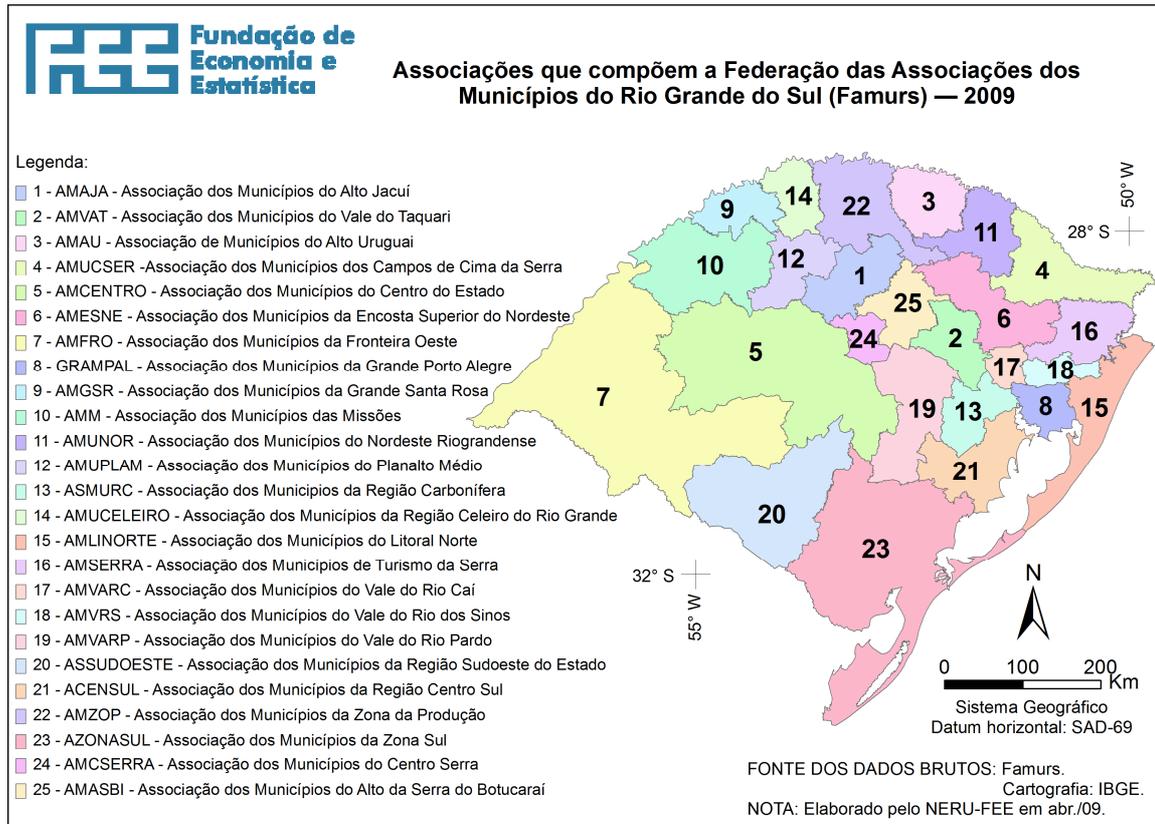
## **5 REGIÃO DO VALE DO RIO DOS SINOS**

### **5.1 Um pouco de história**

Há muito se pensa nas questões territoriais como disputa de poder. A terra e suas peculiaridades já originaram os conflitos mais tensos da história da humanidade. Tanto em escala mundial quanto em pequenas regiões, as disputas sempre são tensas e carregadas de fatores políticos.

Entretanto Saquet (2011), atualmente, nos fala de territorialidades e sobre as concepções voltadas para a cooperação e o desenvolvimento territorial, apoiadas em ações de parceria entre municípios cujos interesses são semelhantes ou próximos. Seguindo as ideias desse autor, podemos afirmar que o Estado do Rio Grande do Sul tem demonstrado, desde aproximadamente os anos de 1950, um entendimento e uma compreensão que, pela política da “boa vizinhança”, o engajamento de municípios em associações fortalece a região frente a problemas sociais e políticos, dando maior visibilidade às questões cujos anseios necessitam de apoio do governo Federal ou mesmo Estadual, trata-se da FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. Os agrupamentos, entre municípios, próximos para a gestão pública, tornou-se uma prática usual no Rio Grande do Sul que, através da FAMURS, subdividiu o território sul rio-grandense em associações municipais.

Figura 1 – Mapa da FAMURS



Fonte: <[http://mapas.fee.tche.br/wp-content/uploads/2009/08/famurs\\_rs\\_2009.png](http://mapas.fee.tche.br/wp-content/uploads/2009/08/famurs_rs_2009.png)>. Acesso em: 28 maio 2012.

A FAMURS, atualmente, é composta por 25 associações de municípios do Rio Grande do Sul. Nessa pesquisa, como anteriormente já dito, optou-se pela análise da região do Vale do Rio dos Sinos cuja associação se denomina AMVRS – Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos.

A escolha pela realização da pesquisa, em uma região, se deu após o levantamento bibliográfico. Verificou-se escassez de estudos que levam em consideração um conjunto de políticas educacionais municipais no âmbito regional.

Para Haesbaert (2010), a importância de analisarmos uma região, enquanto uma unidade espacial definida, se dá à medida que essa vai se redefinindo com o passar do tempo, pela sua população e as relações que nela se estabelecem, *trata-se muito além de divisões territoriais, a região seria um espaço-momento articulado, em processo mais ou menos intenso de transformação* (p.196).

A preferência pela Região do Vale do Rio dos Sinos, para o desenvolvimento da pesquisa, se deu por motivos distintos sendo alguns deles a proximidade da Universidade onde se vincula a presente pesquisa, a atuação docente da pesquisadora em municípios da Região e a inquietude frente a ações de políticas educacionais municipais de gestões administrativas que interferem ou deixam de interferir em problemáticas educacionais, pela história de desenvolvimento cultural e social além das relações sociais estabelecidas pela população nela residente intermunicipalmente, fortalecidas pela história de colonização, na maioria das cidades com origem alemã, cujo empenho pela educação se fez vigente desde a chegada dos primeiros imigrantes europeus que, ao fundarem as 'vilas', futuras cidades, logo se preocupavam em construir uma escola para as crianças da comunidade. É importante destacar que essa associação tem características específicas em sua organização que necessitam ser destacadas, pois vão além de simples proximidade territorial.

## 5.2 AMVRS

Dos municípios que compõem a AMRVRS, todos têm sua história de colonização vinculada à história do município de São Leopoldo que teve seu processo de colonização alemã iniciado em julho de 1824<sup>5</sup>. A partir do processo de colonização do município de São Leopoldo, os demais municípios da Região do Vale do Rio dos Sinos tiveram sua história de colonização iniciada. A imigração, principalmente de origem alemã, trouxe consigo características da convivência europeia desses imigrantes. De acordo com Souza (2011):

A comunidade organizava-se em torno de suas escolas, igrejas, capelas, casas comerciais, instalações artesanais, sociedades, associações, clubes e elementos que polarizavam a vida e as relações humanas e sociais. [...]. Como em toda região de colonização alemã, também a escola e a educação foram, desde o princípio, as maiores preocupações (p.55).

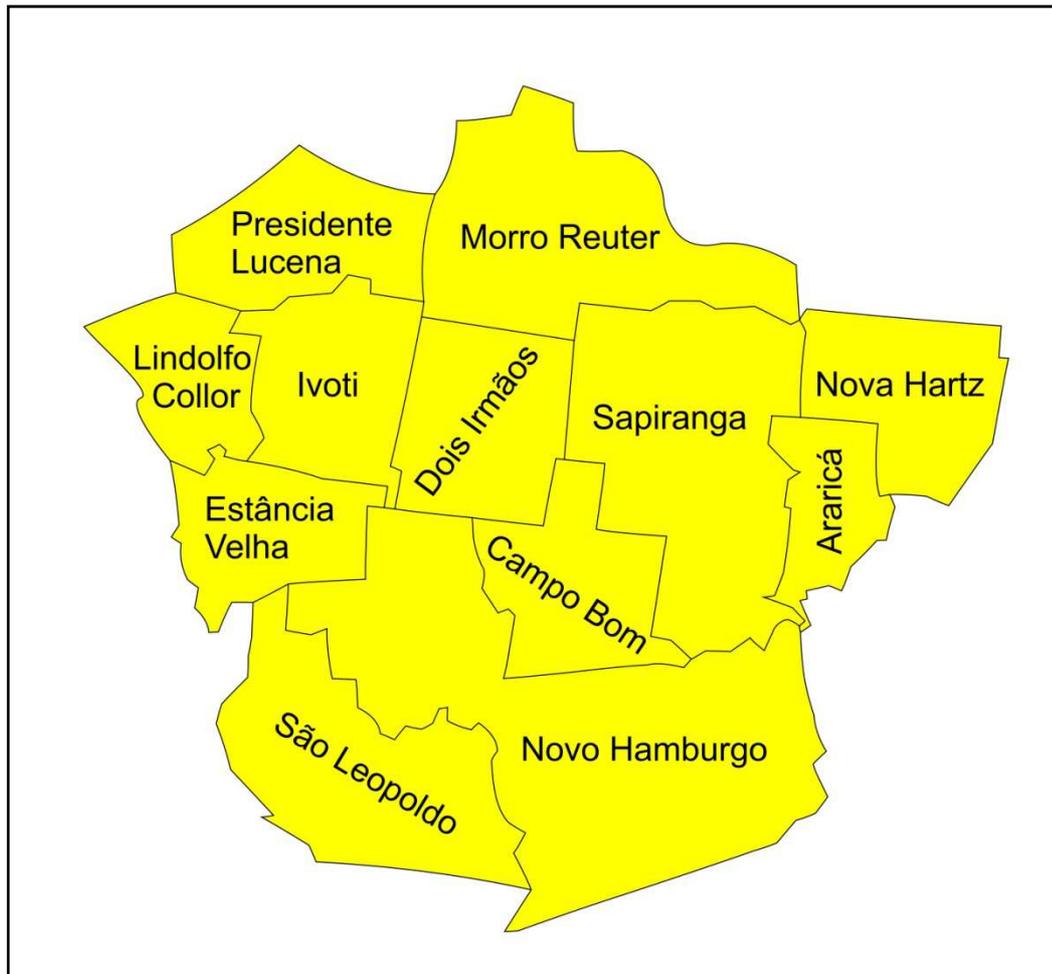
---

<sup>5</sup> Texto baseado nos documentos disponibilizados pela Secretaria da AMVRS em dezembro de 2012.

A organização social, destacada por Souza (2011), contribuiu para que os municípios, até os dias atuais, permanecessem com peculiaridades em sua estrutura administrativa e social, permanecendo o cultivo pelas tradições de origem europeia em festividades comemorativas a datas de emancipação políticas do distrito de São Leopoldo, cada cidade com sua “característica” popular sendo ressaltada pela comunidade.

Os municípios que formam a AMRVRS são: Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, São Leopoldo e Sapiranga.

Figura 2 – Mapa dos municípios que formam a AMVRS (2012)



Fonte: Cunha, 2012.

É necessário destacar que essa estrutura foi se modificando ao longo da história com desligamentos de municípios que passaram a pertencer a outras associações como os municípios de Taquara e Parobé que, a partir de 1997, começaram a pertencer à Associação do Vale do Paranhama.

Inicialmente, a AMVRS contava com 40 municípios associados que, ao longo do tempo, foram se recolocando em outras associações mais próximas de seu território e com peculiaridade mais singulares as suas

Essa possibilidade de vinculamentos e desvinculamentos a associações de municípios mostra o quanto as relações territoriais estão permeadas também pelas relações de poder que se formam ao longo da história.

Na medida em que os municípios podem se organizar nas associações, temos a nitidez do conflito político pela busca de espaço não territorial, pois as delimitações já estão postas, mais pelo espaço do destaque administrativo e midiático, pois a necessidade de ser o melhor ou o mais lembrado quando se fala na Região é importante para as administrações públicas.

Claro que a associação traz inúmeros benefícios também aos municípios, como a busca por recursos financeiros junto ao Governo do Estado e ao Governo Federal, já que, várias vezes, os prefeitos dos municípios da associação se reúnem e vão às esferas administrativas em busca de recursos públicos que envolvem o desenvolvimento da região como um todo.

A AMVRS tem como característica diferencial de outros municípios do Estado do RS a busca por recursos em cidades europeias cujos primeiros imigrantes colonizaram as suas terras, parceriais nas áreas sociais e esportivas, além de econômicas, que são destaques em cidades do Vale.

## 6 METODOLOGIA DA PESQUISA

### 6.1 Proposta de metodologia

Tomando como partida o objetivo dessa pesquisa, que é descrever e analisar políticas públicas municipais para o ensino fundamental, focadas no enfrentamento da defasagem idade/série, e os objetivos específicos, que seria descrever as diferentes políticas educacionais de municípios da Região do Vale do Rio dos Sinos, no que se refere à defasagem idade/série na educação básica 1º a 4ª série ou 1º ao 5º ano, vamos sistematizar as políticas públicas com a elaboração de um panorama descritivo do conjunto de municípios pertencentes à Região do Vale do Rio dos Sinos, no que tange às políticas públicas municipais para melhoria da qualidade da educação no que se refere ao enfrentamento da defasagem idade/série. Para alcançar esses objetivos, previa-se, inicialmente, a utilização da análise documental como metodologia da pesquisa.

A análise nos municípios seguiu a ordem decrescente da taxa de distorção idade/série do ano de 2009, de cada município do Vale do Rio dos Sinos, disponível na base de dados do INEP<sup>6</sup> através de consulta pública. Ao serem analisados os micro-dados da Região, pode-se perceber que a defasagem idade/série ainda demonstra, de forma significativa, a predominância no que se refere à amostragem de não aprendizagem, uma vez que os dados configuram em torno de 15% no total de alunos da série em defasagem em relação com sua idade, dado esse relevante para a análise. Mas, apenas saber dos dados e sobre os resultados estatísticos não seria suficiente para ter conhecimento de políticas educacionais vigentes; para isso, foi preciso traçar uma proposta que expressasse, em detalhes, o que cada município, de fato, estava/está planejando e aplicando em termos de políticas educacionais para a superação da defasagem idade/série.

Para conseguir alcançar essa proposta, percebeu-se que apenas documentos oficiais como portarias, leis e decretos não seriam suficientes à análise, pois não dariam à pesquisa subsídios que pudessem levar à compreensão dessas políticas. Partindo dessa contestação, Gil (2001) nos explica que:

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 12 dezembro 2011.

Para fins de pesquisa científica são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno (p. 147).

Partindo dessa constatação, optaram-se, nessa pesquisa, pelas políticas municipais de educação para a melhoria da problemática da defasagem idade/série, pelo método da análise documental, pois de acordo com Oliveira (2007):

[...] a pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos [...], como relatórios, atas, reportagens de jornais, revistas, cartas, gravações, fotos entre outros materiais de divulgação [...], o documento é uma declaração escrita, oficialmente reconhecida, que serve de prova de um acontecimento, fato ou registro (p.68-69).

Essa pesquisa foi realizada através de análise documental, conforme descrito, mas foi percebida, também, a necessidade de alinharmos outra metodologia paralela à análise documental, as entrevistas. Por se tratar de uma pesquisa no campo educacional, algumas considerações ou dúvidas surgiram e, através do diálogo estabelecido, puderam ser amplamente descritas e revistas.

As entrevistas foram realizadas nas Secretarias de Educação. Após a apresentação dos objetivos dessa investigação, foi solicitado o redirecionamento para o setor que fosse responsável pelas políticas educacionais de apoio ao enfrentamento da problemática da defasagem idade/série, sendo que a maior proximidade se deu com a coordenação pedagógica ou a supervisão escolar das secretarias municipais de educação.

Foram utilizados esses dois procedimentos metodológicos, pois a investigação se propôs a analisar cada um dos doze municípios da região e suas políticas municipais educacionais próprias para a correção da taxa de defasagem idade/série, baseando-se na documentação ou legislação vigente, mas também em outras formas de documentos e relatos orais que pudessem levar à compreensão da política formulada e aplicada em cada cidade. A coleta de dados nos municípios envolveria o período de agosto a novembro de 2012.

## 6.2 Receptividade da pesquisa

Tendo a compreensão de que toda e qualquer pesquisa requer sensibilidade por parte do pesquisador a desafios que possam surgir e receptividade por parte dos pesquisados a questões não realizadas anteriormente, pode-se afirmar que essa pesquisa encontrou várias formas de receptividade.

Algumas Secretarias de Educação, extremamente abertas; outras, extremamente anulantes quanto à problemática da defasagem idade/série.

No que se refere às Secretarias de Educação, com pouca ou nenhuma receptividade, encontramos SME que, logo na apresentação da pesquisa, disseram que não tinham interesse na problemática em questão e que não gostariam de participar da pesquisa. Nessas SME foram realizadas outras visitas e somente com muita insistência sua participação foi efetivada. Nessas a negatividade posterior veio através da alegação de falta de documentação para a pesquisa, demonstrando, em muitos casos, a falta de registros de políticas administrativas nas SME; pode-se identificar a política educacional em atividade na RME, mas não se encontra documentos que garantam sua efetivação, ou quais seus princípios ou seus objetivos. São ações aparentemente sem fundamentação legal, mas em pleno vigor nas RMEs. Nessa questão cabe ainda destacar a interferência política partidária extremamente presente nos municípios analisados. A alternância de governos pode ser um fator para a eliminação de documentos e arquivos que possam vir a contar a história educacional do município, pois, de acordo com alguns depoimentos, durante a coleta de dados, observou-se, em diferentes realidades, a culpabilidade à gestão anterior pelo apagamento das ações anteriormente realizadas.

Outras SMEs, logo na apresentação, mostraram-se interessadas, aceitando a participação com interesse, aparentemente, pois sua negatividade veio através de ações como encontros que foram marcados e a pessoa responsável não compareceu, deixando a pesquisa sem retorno. Também nesses casos observa-se que, geralmente, essas coordenadoras das SME não abriam espaço para que outras pessoas as pudessem substituir, prorrogando, demasiadamente, o período de coleta de dados. Houve municípios que o primeiro contato com SME ocorreu em

agosto/2012 e a coleta de dados somente pôde ser concluída com o mínimo necessário no mês de dezembro/2012, véspera do recesso de verão.

Houve, entretanto, município em que a participação foi de extrema receptividade à pesquisa. Observou-se que nesses municípios pôde-se constatar uma sequência administrativa partidária, o que pôde ter vindo consolidar as políticas educacionais em vigor na RME. Nesses municípios, os documentos foram disponibilizados em grande quantidade para análise e com participação direta da coordenadora ou supervisora de ensino para auxiliar sobre qualquer dúvida que pudesse surgir.

Pode-se afirmar que a metodologia de pesquisa, escolhida para realização dessa investigação, sobre políticas educacionais para enfrentamento da problemática da defasagem idade/série, foi de extrema importância para os resultados encontrados, pois a análise documental permitiu a visualização das políticas atualmente em vigor ou aquelas que já pertenceram à história educacional do município. A realização das entrevistas com a coordenação ou com a supervisão educacional do município pôde complementar as dúvidas e/ou a falta de materiais impressos para a descrição dos dados encontrados ao longo da pesquisa.

## 7 POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO PARA MELHORIA DO ENSINO PÚBLICO NA DEFASAGEM IDADE/SÉRIE

A Região do Vale do Rio dos Sinos é uma região cujo interesse pela área educacional demanda planejamento e investimentos por parte de suas administrações municipais. Como exemplo da importância dada a ela refere-se à AMVRS que, em sua estrutura administrativa, destinou um espaço para o planejamento educacional através de uma nova categorização direcionada às Secretarias de Educação que criam a UNDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação.

Entretanto, percebeu-se pouca interatividade entre elas e, na página digital disponível para consulta pública, não se pode observar nenhuma política pública ou projeto de atividades que focasse alguma área educacional em que houvesse articulações dessas Secretarias de Educação, ou seja, o trabalho intermunicipal ainda demandará muito planejamento e engajamento dessas administrações.

No que se refere ao tema dessa pesquisa, defasagem idade/série, podemos observar algumas atividades de parceria que podem ser caracterizadas não como uma política pública de enfrentamento da questão, mas podem ser consideradas uma parceria intermunicipal para melhoria do atendimento aos alunos em situação de defasagem idade/série.

No quadro abaixo, temos um panorama da situação educacional nos municípios da Região do Vale do Rio dos Sinos que pode nos mostrar algumas questões pertinentes para análise.

Quadro 3 – Dados educacionais da Região do Vale do Rio dos Sinos - 2009

Município *FAMURS	Habitantes 2009 *IBGE	Número de Professores na rede municipal 2009 **INEP/MEC	Número de escolas de educação infantil e ensino fundamental anos iniciais 2009 *IBGE	Nº alunos matriculados na rede municipal 2009 *INEP/MEC	Taxa de Distorção Idade/série 2009 **INEP/MEC	Nº alunos em situação de distorção idade/série 2009
Lindolfo Collor	5.227	20	9	299	5,4%	17

<b>Morro Reuther</b>	5.6676	20	8	282	5,7%	16
<b>Presidente Lucena</b>	2.423	18	5	119	6,7%	08
<b>Ivoti</b>	20.160	57	11	987	7,4%	73
<b>Campo Bom</b>	57.226	156	39	3.961	8,5%	337
<b>Dois Irmãos</b>	27.572	76	10	1.261	11,3%	143
<b>Nova Hartz</b>	18.346	43	15	1.210	12,4	151
<b>Estância Velha</b>	40.740	113	35	2.416	14,5	351
<b>Araricá</b>	4.864	35	05	467	15%	70
<b>Sapiranga</b>	73.979	210	34	4.868	15,1%	735
<b>Novo Hamburgo</b>	238.940	606	70	15.464	15,4%	2.381
<b>São Leopoldo</b>	214.087	570	46	12.368	19,5%	2.412

Fonte: \* FAMURS/AMVRS. Disponível em: <<http://www.famurs.com.br/index.php/amvrs>>. Acesso em: 30 maio 2012.

\*\*INEP/MEC, dados obtidos via consulta realizada por email em janeiro de 2012.

\*\*\*IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>.

Acesso em: 30 maio 2012.

Pode-se observar a variedade das Redes Municipais de Educação que compõe a Região do Vale do Rio dos Sinos, não conseguindo estabelecer um denominador comum entre elas além da questão territorial. Dessa forma, a análise das políticas públicas será realizada, conforme dito anteriormente, através da análise individual de cada cidade, tentando garantir assim o maior aproveitamento dos dados encontrados em cada Secretaria Municipal de Educação.

## 7.1 Araricá

O município de Araricá<sup>7</sup> emancipou-se da cidade de Sapiranga em 1995. É um município com área territorial de 36,57 Km<sup>2</sup>, área rural 26,51 Km<sup>2</sup> e urbana de 10,06 Km<sup>2</sup>. A população é formada, na maioria, por descendentes de alemães e uma grande parte dessa população ainda fala o dialeto alemão em suas conversas familiares e com a comunidade.

Economicamente, é um município bastante diversificado, tendo maior participação na área rural e comercial e conta com quatro empresas industriais.

Na área da educação, Araricá contava com 05 (cinco) escolas municipais de educação básica e com 35 (trinta e cinco) professores concursados. A matrícula era de 467 alunos no ano de 2009 e a taxa de distorção idade/série compreendia 15%, ou seja, 70 alunos com defasagem de idade em relação à série de estudos.

Alguns dados específicos do município chamam a atenção como a descrição da localização das escolas do município. De acordo com os dados do censo educacional, o município contava, em 2009, com 05 escolas na rede municipal. Ao analisarmos os micro-dados do Censo escolar, Araricá não possuía nenhuma de suas escolas localizada na zona rural do município. É, entretanto um município em que a zona rural é mais que dobro da zona urbana em termos de extensão territorial.

O acesso a escolas, situadas na parte central do município, pode ser considerado como uma das questões que estão fortalecendo os índices de distorção idade/série, pois, embora haja no município a gratuidade do transporte escolar, esse pode não estar correspondendo com as necessidades dos estudantes e de suas famílias, gerando faltas e comprometendo o aprendizado escolar.

O município de Araricá conta com um quadro reduzido de profissionais atuantes na secretaria de educação. Observou-se uma secretária de educação, uma coordenadora pedagógica e duas secretárias responsáveis pela recepção e atendimento ao público, todas essas funcionárias contratadas como cargo de confiança no município sem vínculo com o quadro efetivo municipal.

---

<sup>7</sup> Texto baseado no site <[www.famurs.com.br](http://www.famurs.com.br)>. (Acesso em: 03 nov. 2012) e nas informações contidas no site <[www.ararica.gov.rs.br](http://www.ararica.gov.rs.br)> (Acesso em: 03 nov. 2012).

Embora haja o entendimento de que a estabilidade funcional não garanta a eficiência e o comprometimento profissional com a educação, cabe observar que a falta de vínculos pode oferecer uma instabilidade governamental na sucessão de governos e de pessoas comprometidas com um projeto educacional contínuo para o município.

Talvez seja essa uma das peculiaridades observadas quando iniciada a pesquisa, pois não houve, em nenhum momento, uma negatividade de participação, entretanto não houve uma colaboração significativa por parte da secretaria de educação no fornecimento e diálogo sobre as questões dessa pesquisa.

O município não conta com registros sobre a sua história na área da educação, não se encontrou documentos ou pareceres que ajudassem a contar como o município está se organizando na busca por uma educação de qualidade para seus habitantes. A escassez de materiais impressos ou virtuais vai além de documentos oficiais não arquivados, não há registros de fotos ou relatos de atas que mostrem como a educação é vista e estudada por seus governantes, tampouco por seus professores.

No município de Araricá, além da escassez de documentos, a pesquisa contou com a negatividade de uma entrevista com a coordenadora pedagógica responsável pelo município.

O desenvolvimento da pesquisa, nesse município, contou com os seguintes objetos de análise: uma conversa entre a coordenadora pedagógica e a pesquisadora, quando se procurou direcionar as questões de acordo com as questões propostas nas entrevistas. Essa conversa foi escrita manualmente pela pesquisadora. Além disso, foram fornecidos, pela coordenadora pedagógica, alguns raros documentos para análise. Cabe lembrar que houve o interesse da pesquisadora em entrevistar a Secretária Municipal de Educação em exercício, porém não houve receptividade.

Não havia, por parte da coordenadora pedagógica, o conhecimento sobre a história da educação do município e não apenas a parte histórica, mas também as ações atualmente implantadas por parte da administração municipal, o que

comprometeu o acesso a possíveis documentos que viessem a enriquecer o relato e a análise das políticas desse município.

A pesquisa contou com três atas de reuniões pedagógicas, sem identificação, mas validadas pela responsável pela Secretaria de Educação, um quadro de estratégias de avaliação para evitar a reprovação e dois documentos que remetem à educação integral, além de três conversas com a coordenadora pedagógica a fim de reunir um maior número de informações possíveis.

Havia, inicialmente, o relato por um grupo de professoras que o município contou com o apoio do Projeto Acelera Brasil, do Instituto Ayrton Senna, em uma de suas escolas, entretanto não foi encontrado na secretaria de educação do município nenhum documento que viesse a comprovar esse vínculo com o Instituto; tampouco, algo que direcionasse a uma escola da rede municipal. As funcionárias da secretária não tinham o conhecimento da história da educação no município para remeter a pesquisa a relatório oral. Não houve, dessa forma, como descrever essa política de enfrentamento da defasagem idade/série por ela ter sido, aparentemente, anulada da história da rede municipal de ensino de Araricá.

O município ainda não conta com uma política de ação específica para atendimento aos alunos em situação de defasagem idade/série.

Há, na rede municipal de ensino, a preocupação com a temática e, por isso, foram estabelecidas parcerias intermunicipais para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Os alunos da rede municipal, com diagnóstico de NEE, são encaminhados para atendimento específico no município de Nova Hartz e de Sapiranga. O transporte deve ser organizado pelas famílias e o andamento do atendimento não é acompanhado pela professora devido à distância e dificuldades em relação à conciliação de horários de ambas as redes.

Os alunos que estão na rede municipal de ensino, e que apresentarem dificuldade de aprendizagem, ao longo do ano letivo, é solicitada à professora que preencha o “*quadro estratégias de avaliação – reprovação*”. Nesse quadro, a professora deve informar o nome do aluno, a turma da qual faz parte, a nota alcançada e qual prática realizou para auxiliá-lo.

Esse, de acordo com a coordenadora pedagógica, é o principal instrumento de acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem, pois demonstra quais são os alunos que não estão acompanhando as atividades pedagógicas, em quais turmas e quais são as ações dos professores para auxiliá-los. Seria uma política preventiva ao fracasso escolar já que busca identificar e auxiliar quanto à repetência.

Ao ter acesso a esses quadros, pode-se perceber que mais de 70% das ações das professoras, para auxiliar os alunos com dificuldades, era o chamamento dos pais ou responsáveis pelo aluno para reunião com a professora e a direção da escola, 10% era encaminhamento ao Conselho Tutelar e 10% envolviam as duas ações conjuntas e os outros 10% envolviam ações múltiplas como encaminhamento a atendimento especializado, reforço no tema de casa e reforço escolar. Também se observou que essas ações, as mais direcionadas ao aprendizado direto do aluno, eram realizadas apenas uma vez ao aluno com a nota baixa. O encaminhamento não se repetia e não havia o registro dele novamente no quadro, sugerindo a compreensão de que o aluno havia superado a sua dificuldade ou mantinha-se no acompanhamento pedagógico.

Quanto à formação de professores, o município contava, no ano de 2009, com um quadro de 35 professores na rede municipal de ensino. A formação de professores é priorizada em serviço, seja em reuniões pedagógicas nas escolas, seja em momentos de encontros de início do ano letivo e no recesso escolar de julho, quando há o convite a palestrantes e professores para encontros de formação profissional. Atualmente, o município está se empenhando em buscar novas formas de qualificação profissional que devem ser implantadas no próximo ano de 2013 que não foram descritas pela Secretaria de Educação.

Outras ações, que visam à melhoria do ensino do município, se referiam a questões de repetência e evasão do ensino. Foi redigido um decreto, datado de 2011, mas não aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores, com disposições sobre a Educação Integral. A seguir, o resumo dos principais objetivos: “Promover o diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais, através de macro campo do conhecimento, favorecendo as convivências entre professores, alunos e comunidade, discernindo as experiências e a integração entre a escola e a

comunidade convergindo políticas públicas e programas de saúde, cultura e lazer, esporte, educação, [...] prevenção às drogas entre a escola e a comunidade, para o desenvolvimento do projeto político pedagógico, diminuindo o índice de repetência e evasão no ensino fundamental.” Como se pode observar, os objetivos envolvem ações amplas em parcerias diretas com a comunidade local. Seriam ações mais direcionadas à formação cidadã dos alunos em compromissos de interação e socialização na comunidade. Por mais que se fale em Projeto Político Pedagógico, não se cita que projeto seria esse, quais seriam seus propósitos e quais seriam seus objetivos específicos. Ao final da redação do decreto, cita-se, como objetivo final das ações desse programa, a diminuição da evasão escolar e da repetência, porém não cita quais as ações curriculares e pedagógicas direcionadas dentro do currículo escolar que seriam realizadas.

É sabido que a educação envolve ações em parcerias com a sociedade, que a criança e o jovem deve ter uma educação que envolva diversas ações para conseguir aprender, mas tornam-se necessárias ações, dentro da escola, envolvendo o que podemos chamar de educação formal, que são de extrema importância, pois elas irão garantir a aprendizagem dos conteúdos escolares e a permanência da criança na escola, uma vez que pesquisas, como a de Marques (2011), nos mostram que o maior responsável pelos índices de evasão é, de fato, a não aprendizagem escolar que envolve especificamente os conteúdos aplicados e explorados na sala de aula. Ou seja, não bastaria apenas um programa de envolvimento entre a escola e a comunidade; são, por outro lado, necessárias também ações direcionadas dentro da escola para o enfrentamento dessa problemática educacional.

Em reunião de professores, realizada em março de 2012, a pauta versava sobre os conceitos de turno integral e educação integral. Nessa reunião, de acordo com o documento, o objetivo principal era a discussão sobre o *Projeto de implantação de educação integral*, na rede municipal de ensino. Pode-se perceber, também, que, apesar de ser uma reunião para definição de uma política de educação integral, não havia ainda a definição de termos de educação integral e turno integral, pois, no decorrer da reunião, a educação integral (foco da reunião) passou a ser compreendida e tratada apenas como turno integral.

No documento que trouxe a listagem de atividades realizadas no turno integral denominado: “*Horários do turno integral atualizado*” estão listadas como atividades, a serem realizadas, a partir de espaços utilizados, alguns exemplos como: centro de cultura – dança, quadra – futsal, sala de letramento – Artes, sala de letramento – reforço, igreja – jogos, tele centro – informática. Acredita-se que as ações sejam direcionadas de forma ampla a partir de seus títulos, dos locais e de seus pontos de referência. Entretanto vale destacar que o turno integral, nessa perspectiva, ganha amplitude em ações e falta de direcionamento pedagógico, uma vez que as ações não contam com um planejamento específico e são realizadas aleatoriamente com conteúdos escolhidos e definidos pelos professores.

Desta forma, observa-se que há, no município, atividades com os alunos em formato de dois turnos embora o decreto não tenha sido aprovado e, pelo que foi descrito no parágrafo anterior, são realizadas atividades fragmentadas em diferentes espaços da comunidade cujos atendimentos são pontuais para alguns alunos e não enfocam especificamente a defasagem idade/série.

O município de Araricá, portanto, está ensaiando uma política de educação integral, mas sem uma fundamentação legal e uma discussão mais ampla e aprofundada do que seja educação integral e não é possível identificar nenhuma proposta pedagógica que enfocasse especificamente a questão da defasagem idade/série. A existência do Programa Acelera Brasil, em certo momento das políticas educacionais no município, não é referido e valorizado pelos atuais gestores, o que demonstra descontinuidade de políticas educacionais municipais na área educacional.

## **7.2 Campo Bom**

A cidade de Campo Bom<sup>8</sup> teve sua colonização iniciada em 1825 por alemães vindos da Europa. Sua emancipação ocorreu no ano de 1959 devido ao crescimento econômico e à chegada constante de novos imigrantes em meados de 1930.

---

<sup>8</sup> Texto elaborado a partir de informações adquiridas no site <[www.famurs.com.br](http://www.famurs.com.br)>. (Acesso em: 03 nov. 2012) e nas informações contidas nos sites da Prefeitura Municipal de Campo Bom <[www.campobom.gov.rs.br](http://www.campobom.gov.rs.br)> e <<http://web.campobom.rs.gov.br>> (Acesso em: 03 nov. 2012).

Sua economia tem passado por períodos de transição em diversas fases, sempre próspera. Atualmente, conta com diversas fábricas no setor calçadista e no setor fabril. O município conta também com uma incubadora empresarial e está vivenciando uma nova fase econômica com a instalação do Parque Tecnológico do Vale dos Sinos em seu território.

De acordo com a administração municipal, em seu site: “*Campo Bom é uma grande cidade porque está focada no futuro, buscando diversificar suas atitudes por meio de parcerias com diversas instituições.*”, a cidade tem buscado o crescimento econômico e social utilizando-se de parcerias com diversos órgãos tanto públicos como privados, visando maior crescimento político e social a toda população.

Outro destaque na economia campobonense é o setor de Mudas de Hortaliças: a cidade é a maior produtora no estado de mudas, o que lhe garante prestígio também na área agrária.

A cidade de Campo Bom também tem sido destaque na Região, com investimentos significados e programas de apoio ao ensino cujos resultados são significativos em termos de melhoria do ensino a toda a população da cidade.

Na área da educação, em 2009, o município de Campo Bom contava com 39 (trinta e nove) escolas municipais de educação básica e com 159 (cento e cinquenta e nove) professores concursados. A matrícula era de 3.961 alunos e a taxa de distorção idade/série compreendia 8,5%, ou seja, 337 alunos com defasagem de idade em relação à série de estudos.

A coleta de dados, em Campo Bom, envolveu 03 (três) visitas à Secretaria Municipal de Educação com plena disponibilidade de materiais para a consulta local.

O município participou, de forma pioneira<sup>9</sup> no Estado, do Programa Acelera Brasil do Instituto Ayrton Senna (IAS), durante o período de 1997-2005. Esse Programa tinha por objetivo a aceleração da aprendizagem através de um programa direcionado que se baseou no que o IAS chama de Pedagogia do Sucesso. De acordo com essa pedagogia, a autoestima do aluno, do professor e da direção é

---

<sup>9</sup> O lançamento do Programa Acelera Brasil foi, inicialmente, realizado em cinco municípios brasileiros, quando Campo Bom recebeu o convite para ser um desses municípios.

trabalhada, exclusivamente, para a obtenção de resultados positivos. O IAS esteve presente nas políticas educacionais do município por 08 (oito) anos consecutivos. Nesse período, ele trouxe alterações para os resultados, metodologias e programas de ensino e aprendizado, direcionando o que deveria ser ensinado e como deveria ser ensinado pelos professores.

Como a avaliação do IAS era semanal, as turmas dos alunos, vinculados ao Acelera, ficavam alheias às demais atividades pedagógicas, culturais e sociais promovidas na escola. Como o conjunto de objetivos e metas eram detalhado e constantemente controlado, o planejamento do Acelera tinha que ser seguido estritamente. Essa situação provocava uma falta de autonomia para as turmas envolvidas com o Acelera. Essa ação do IAS de atividades desconectadas com a proposta da escola fizeram com que, paralelamente, os gestores municipais criassem e implementassem outras políticas públicas educacionais, redirecionando o ensino para que a defasagem idade/série não tornasse a se destacar nos índices do município.

Em 2005, com o encerramento do Programa Acelera Brasil<sup>10</sup>, uma série de ações dentro da educação municipal foi articulada dentro do programa, denominado de *Políticas Públicas para o Sucesso e a Permanência na Escola: Prevenir, Favorecer o retorno dos infrequentes e ACOLHER nas escolas*; uma política ampla que envolveu a reorganização de 26 (vinte e seis) projetos na área educacional em um grande projeto com diversas propostas de incentivos à permanência na escola e à aprendizagem escolar.

Essa política foi elaborada com o apoio da comunidade campobonense interessada na estruturação de uma política educacional direcionada para a realidade e necessidade do município. Dela surgiu o *Projeto Acolher: Desafios para Além da Jornada Escolar*. Esse projeto reúne uma série de mais de 20 programas de incentivo à aprendizagem escolar e à permanência na escola, além de programas de ações complementares que envolvem como, por exemplo, o programa federal da Escola Aberta e o programa municipal de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas. Campo Bom iniciou ações inovadoras na Região como, por exemplo, o uso de

---

<sup>10</sup> Foi realizado um evento para encerrar a parceria do município com o IAS, como consta nos documentos analisados.

lousas interativas pelos professores em sala de aula, o uso de mesas pedagógicas pelos alunos de ensino fundamental, o atendimento especializado para alunos com dificuldades de aprendizagem e NEE<sup>11</sup>, xadrez na escola, educação musical no currículo escolar e em atividade específica na matriz curricular de todas as escolas, uso do teatro escolar, como referência para língua portuguesa, e artes cênicas, criação, elaboração e apresentação de filmes na escola entre outras tantas ações que ganham destaque nas políticas municipais da cidade.

A maioria dos programas ocorre no turno inverso da frequência escolar; outros, porém, ocorrem em ações paralelas dentro do ano escolar que a criança frequenta como, por exemplo, o Programa Ampliando Horizontes. Nesse um dos objetivos é a interatividade entre o conteúdo das aulas e sua vivência física pelos alunos, como as viagens de estudos a Santo Ângelo e ao litoral do Estado, com recursos da Secretaria de Educação e a participação de todas as crianças dos anos em estudo, no caso 3º e 4º ano. Ao todo o Projeto Acolher envolve 59 (cinquenta e nove) ações de atendimento aos alunos no município, dentre as quais algumas enfocam a defasagem idade/série. Com o objetivo específico de atuar na defasagem idade/série, há o Projeto de Reforço Escolar e será analisado a seguir como projeto específico para o enfrentamento dessa problemática.

O Projeto Reforço Escolar surgiu com o término do Projeto de Aceleração da Aprendizagem (Acelera) e Alfabetização (ALFA). Os projetos, de acordo com documentos da Secretaria de Educação, atendiam um número restrito de alunos cerca de 85 (oitenta e cinco) alunos defasados na questão idade/série e um número não divulgado de alunos na alfabetização. A partir desses números, a Secretaria Municipal de Educação formulou um espaço onde fossem contemplados todos os alunos que apresentassem dificuldade de aprendizagem, no contra turno escolar, ampliando o atendimento àqueles alunos que ainda não estavam defasados, mas tinham características e risco de tornarem-se. De acordo com a justificativa do Projeto:

---

<sup>11</sup> Iniciado em 1998 e posteriormente replicado em outros municípios da Região do Vale do Rio dos Sinos.

“Quando um aluno apresenta dificuldade para aprender uma das primeiras tarefas do educador é o resgate da auto-estima deste aluno, pois ninguém consegue aprender se não conseguir investir no ato de aprender, e ninguém consegue investir na própria aprendizagem se não tiver o desejo de aprender e acreditar nas suas possibilidades” (Campo Bom, p. 33-34)

A justificativa vai além, diz que é preciso direcionar os olhares para a forma como a criança aprende e que o desafio do professor é descobrir-se como parte da vida das crianças, buscando, assim, o que lhe foi negado, tendo em vista o modo como a criança se relaciona com a linguagem oral e escrita, o que pode ser determinante na forma como se coloca enquanto cidadão.

O Projeto de Reforço Escolar tem como objetivo principal “*proporcionar e ampliar o espaço pedagógico de investigação do processo de construção do conhecimento próprio de cada educando e sua forma particular de aprender*” (Campo Bom: Projeto Acolher: Desafios para Além da Jornada Escolar, p.34). Dessa forma, o município se propõe a criar estratégias de atendimento educacional que ofereça aos alunos amplas vivências no sentido de somarem-se ao desenvolvimento social e pessoal.

Essa proposta alinha-se aos objetivos específicos que nos dizem que a oferta do ensino envolve a oportunidade do aluno de acerto e experiências positivas que o conduza ao desejo de continuar aprendendo para continuar acertando, o que levaria à redução da defasagem idade/série, evitando o fracasso escolar. Também seria parte dos objetivos conhecer e considerar, no trabalho pedagógico, a história e o contexto familiar de cada educando, possibilitando, assim, resignificar a sua realidade de vida.

O apoio ao trabalho do professor seria subsidiado com especificidades sobre o processo de aprendizagem de seus alunos, de forma não descrita nos documentos analisados.

Os alunos participantes desse Projeto são aqueles que estão em defasagem idade/série ou que apresentem dificuldades de aprendizagem ao longo do ano letivo. O encaminhamento dos alunos a serem atendidos ocorre a partir de uma avaliação conjunta entre o professor da turma, o coordenador pedagógico e o professor que atenderá o aluno.

Para esse diagnóstico, vale destacar que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através da equipe pedagógica, também realiza um mapeamento de todos os alunos da rede e acompanha essa evolução muito próxima da coordenação pedagógica das escolas e, por sua vez, essas das professoras.

De acordo com o relato de uma pedagoga do município, o acompanhamento é bimestral e, quando é percebido que o aluno de fato está ficando com um atraso em sua aprendizagem, logo é encaminhado ao reforço. Nesse momento, são traçadas metas com as professoras para a recuperação efetiva desse aluno. Caso as metas não venham a ser suficientes, a família é informada para que consiga acompanhar o desenvolvimento da criança de forma mais próxima e, caso essa articulação venha a falhar, é notificado ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público. Paralelamente à ação do reforço, o aluno é encaminhado aos demais programas de incentivo à aprendizagem no município. Se todas essas providências falharem, então, são levantadas outras hipóteses sobre o que pode estar acontecendo com essa criança. Portanto, inicialmente, são esgotadas todas as alternativas de trabalho dentro da escola.

Os professores que integraram esse projeto serão direcionados de acordo com a necessidade da escola, serão específicos para essa atividade e a carga horária será de acordo com a necessidade da escola. Os professores de classes regulares são acompanhados diretamente pelas coordenadoras pedagógicas das escolas e pelas supervisoras pedagógicas do município, que lhes oferecem auxílio nas atividades que forem necessárias, bem como momentos de estudos e reavaliação da prática docente ao longo do ano letivo.

Apesar de não estar descrito no Projeto, cabe destacar que, no município de Campo Bom, o plano de carreira propõe a avaliação contínua dos professores ao longo da carreira docente, condicionando sua progressão na carreira a um bom desempenho e à afinidade com o ensino e aprendizagem dos alunos, bem como o envolvimento nos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria de Educação e pela escola. Não está condicionado a nenhum tipo de bônus. Mas a não participação e a negação de atividades poderá resultar no adiamento de avanços na carreira dentro do quadro funcional do município. Poderia ser esse um dos diversos fatores que levam os professores a se empenharem nas questões de aprendizagem

de seus alunos, não apenas esse, mas, possivelmente, um deles, pois a cobrança diária, quanto ao aprendizado de cada aluno, é reforçada nas planilhas e nos dados a serem encaminhados mensalmente à coordenação da escola. Caso se verifique que algum aluno está tendo um atraso na aprendizagem, a primeira cobrança direciona-se ao professor, o que gera um grau de comprometimento sistêmico e acirrado entre docente, equipe diretiva e SMEC.

Há, na rede municipal de ensino, um *Plano de Ações e Metas* a ser alcançado em cada escola ao longo do ano letivo. Esse planejamento é realizado pela equipe de gestores da escola com o apoio da equipe pedagógica da SME logo no início do ano. Com as metas traçadas, a busca pelos objetivos envolve toda a comunidade escolar. A avaliação e reavaliação do plano ocorrem ao término do semestre. É quando esse é reorganizado para que, no próximo semestre, se tenha mais sucesso nas ações e nos resultados. Há, na RME, os indicadores de aprendizagem que devem ser buscados amplamente pelas escolas municipais visando à qualidade da educação. A compreensão da diversidade e condição de cada turma leva à definição individual de indicadores por séries e por turmas.

No Projeto, não há mais a oportunidade de avanço de anos dentro da estrutura escolar, uma vez que o município compreende que as ações que estão sendo realizadas visam à prevenção da distorção idade/série e formas de evitá-la. Caso houvesse alguma modalidade de progressão ou aceleração, estaria contrariando o que é proposto na RME para a qualidade da educação.

O Projeto de Reforço Escolar não cita quais seriam os componentes curriculares contemplados, mas informa que os professores, ao participarem do projeto de 1º ao 5º ano, devem se organizar de acordo com as necessidades da escola e, do 6º ao 9º ano, devem ter como foco as questões de Matemática e Língua Portuguesa. Dessa forma, acredita-se haver autonomia do professor em relação às dificuldades de cada criança encaminhada para acesso ao projeto.

Destaca-se que no Projeto de Reforço Escolar a avaliação será priorizada de forma permanente e contínua, tendo em vista a melhoria do rendimento do aluno, *com registros bem sucintos com o que tem de mais importante* (Campo Bom, 2000, p.36). A partir da constatação de uma necessidade maior, de apoio à aprendizagem

efetiva do aluno, se buscará, através da SMEC, o encaminhamento de profissionais de outras áreas para avaliação interdisciplinar. É de ressaltar que a SMEC conta com esses profissionais – fonoaudióloga, psicopedagoga, terapeuta ocupacional entre outros – para atendimento a todos os alunos da rede que deles necessitar de forma gratuita e dinâmica. A devolução dos resultados é realizada através de um parecer descritivo do professor responsável pelo atendimento à coordenação pedagógica e ao professor titular da turma ao final do ano letivo. Caso o aluno alcance os objetivos a ele previstos, ficará dispensado desse atendimento, não necessitando frequentar até o término do ano letivo.

Como já registrado anteriormente, a Secretaria de Educação acompanha todas as ações das escolas de forma clara e objetiva, tendo conhecimento dos programas, projetos e ações direcionadas ao ensino e à aprendizagem. O acompanhamento é individual e efetivado em cada escola, em cada turma e, conforme o caso, a cada aluno da rede através do mapeamento de ações e metas desenvolvido no início do ano letivo. Há uma responsabilização por parte da SMEC quanto à qualidade do ensino, demonstrando uma parceria entre todos da rede de ensino municipal. Evidencia-se, portanto, o sentido da rede pela comunicação e contato constante entre as partes.

O município de Campo Bom desenvolveu diferentes ações para superar a questão da distorção idade/série. Inicialmente, de 1997/2005, com a parceria com o IAS através do Programa Acelera Brasil; concomitantemente, desenvolvia Projetos construídos por sua equipe para atender necessidades de sua realidade educacional. Percebe-se que a Secretaria de Educação exercitou seu espaço de autonomia, pois, ao finalizar a parceria com o IAS, conseguiu dar continuidade ao enfrentamento da distorção idade/série, buscando alternativas direcionadas para cada realidade educacional dentre as suas escolas. Desenvolveu, portanto, uma ação autônoma no âmbito do poder local sensível à realidade de cada escola.

A Política para o Sucesso e a Permanência na escola, através dos projetos envolvidos em rede, visa o enfrentamento de problemáticas educacionais com ações específicas e direcionadas ao ensino e à aprendizagem de forma que a criança consiga se desenvolver plenamente em atividades pedagógicas e sociais. Essas ações surgem descritas principalmente no Projeto Acolher: Desafios para Além da

jornada Escolar, em toda a sua amplitude de 23 subprojetos e 59 ações pontuais para melhoria da qualidade da educação no município. Nesse Projeto, o Reforço Escolar é o grande destaque pela articulação de ações entre Secretaria Municipal, escolas e profissionais especializados no enfrentamento da problemática da defasagem idade/série.

A partir dessa análise, pode-se afirmar que o município de Campo Bom está empenhado em elaborar políticas educacionais municipais que envolvam a permanência dos alunos nos anos escolares e a aprendizagem efetiva ao longo dos anos, evitando situações de fracasso escolar e prevenindo a defasagem idade/série com ações pontuais no enfrentamento dessa problemática educacional.

### **7.3 Dois Irmãos**

A cidade de Dois Irmãos<sup>12</sup> teve o início de sua colonização em 1825 com imigrantes alemães. Tem o desenvolvimento de sua economia baseada na produção de calçados e no setor moveleiro. O município ainda preserva a característica original de região agrícola, com o domínio de pequenas propriedades voltadas à policultura. Tem desenvolvido outras opções de alargamento econômico, baseado no turismo e participa da rota turística “Rota Romântica”, que lhe tem aberto novas oportunidades de crescimento na região.

Na área da educação, Dois Irmãos, no ano de 2009, contava com 10 (dez) escolas municipais de educação básica e com 76 (setenta e seis) professores concursados. A matrícula era de 1.261 alunos no ano de 2009 e a taxa de distorção idade/série compreendia 11,3%, ou seja, 143 alunos com defasagem de idade em relação à série de estudos.

O município tem mantido acordos e parcerias com o Governo Estadual e Federal com o intuito de proporcionar à comunidade escolar uma educação de qualidade. De

---

<sup>12</sup> Texto elaborado a partir de informações adquiridas no site <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedodosul/doisirmaos.pdf>>. (Acesso em: 03 nov. 2012) e nas informações contidas no site <<http://www.doisirmaos.rs.gov.br/secretaria-municipal-de-educacao-cultura-e-desporto-2/>>. (Acesso em: 03 nov. 2012).

acordo com a proposta municipal, a Secretária de Educação: “(...) *garante a igualdade de condições de acesso e permanência dos alunos na escola, (...)*”. A partir dessa afirmativa, encontrada nos documentos oficiais da Prefeitura Municipal, pensou-se que haveria uma política educacional municipal direcionada à questão da distorção idade/série. Entretanto, não foi encontrada uma política direcionada à questão, mas uma ação de governo que vem ao encontro das questões de aprendizagem diretamente. Trata-se do Programa denominado *Global*, que privilegia o atendimento no contra turno escolar com atividades direcionadas ao ensino e à aprendizagem dos alunos da rede municipal.

Quanto à coleta de dados, foram realizadas 05 (cinco) visitas, duas das quais anteriormente às eleições municipais de outubro de 2012. As demais ocorreram posteriormente ao período eleitoral, tendo ocorrido uma ruptura na receptividade da pesquisa, uma vez que a atual gestão não dará continuidade ao seu projeto político educacional no município. Não foi dado acesso à documentação conforme o que havia sido anteriormente combinado. Quando recorrido à instância máxima do poder administrativo no município, ou seja, o prefeito pode-se dar continuidade na presente pesquisa.

Desde 2009, quando a atual gestão municipal assumiu a prefeitura da cidade de Dois Irmãos, muitas mudanças foram implementadas e realizadas na área educacional dentre as quais se destacam a reestruturação da formação de professores, a repaginada do currículo oferecido aos alunos na RME, o encaminhamento e o atendimento especializado, ações essas que têm a interferência direta de uma nova gestão política do ensino do município.

Como o município não conta com um programa específico para o enfrentamento da distorção idade/série, então, optou-se por analisar ações paralelas que visam à melhoria da educação pública municipal e podem afetar diretamente os indicadores de sucesso escolar dos alunos da rede municipal de ensino.

O atendimento aos alunos, de acordo com assessor pedagógico (AP)<sup>13</sup>, da SME, tem sido modificado através dos encaminhamentos dos professores. Os professores, ao identificarem dificuldades de rendimento de seus alunos,

---

<sup>13</sup> Entrevista realizada em novembro/2012, sem autorização para publicação, mas gravada em áudio e arquivada nos documentos coletados nessa pesquisa.

procuravam soluções externas, encaminhando-os ao reforço escolar, sem antes realizar uma ação direcionada em sala de aula, uma recuperação preventiva. Isso acarretava na sobrecarga dos professores de reforço escolar e na lotação das turmas de apoio, o que dificultava o atendimento ao aluno que, de fato, tinha dificuldade de aprendizagem.

Em 2009, a Secretaria de Educação iniciou um processo de reconhecimento de situações e, a partir delas, os encaminhamentos tiveram alterações. Os professores passaram a apresentar por escrito uma justificativa para o encaminhamento e as ações pedagógicas que já haviam sido propostas por eles. Essas duas ações, de acordo com o AP/SME, reduziram em 80% os encaminhamentos dos alunos, uma vez que os professores, antes de realizar o encaminhamento, tiveram que realizar as suas ações docentes primeiramente.

Constatada a necessidade do encaminhamento, é oferecido ao aluno da rede o apoio através dos Laboratórios de Aprendizagem e, quando o caso requer, atendimento mais específico em sala de aula. A RME conta com os auxiliares educacionais, que apoiam os alunos com dificuldades durante as aulas nas classes regulares. Esse procedimento demonstrou ser um apoio importante ao processo de aprendizagem.

A formação de professores foi um dos pontos de maior destaque desde 2009 de acordo com AP/SME, pois a atual gestão (2009-2012) compreende que o ensino só pode ser qualificado a partir de seus professores. Dessa forma, o investimento, na formação de professores, tem adquirido novas formas e novos contornos dentro da RME. Como proposta de formação continuada dentro do espaço de trabalho, optou-se pelo cumprimento da carga horária de todos os professores dentro da jornada de trabalho semanal, compreendendo 2 horas por semana no turno da noite para reuniões pedagógicas na escola com o apoio e/ou organização da equipe de assessores da SME. Também se priorizou a formação fora do ambiente de trabalho em parcerias firmadas com o Instituto de Educação de Ivoti que promoveu diversos cursos de aperfeiçoamento docente ao longo desses quatro anos.

Como ação curricular, a proposta da RME foi a globalização do currículo escolar. Embora não haja registro oficial dessa mudança, considerada radical na estrutura

organizacional da rede, ela está em vigor desde 2010 e compreende o ensino desde a educação infantil até o fim do 9º ano do ensino fundamental. De acordo com AP/RME, a proposta de um ensino globalizado, embora já em vigor em toda a rede de ensino municipal, ainda está sendo pensada juntamente com a comunidade escolar, pois um dos seus princípios é proporcionar mais autonomia às ações pedagógicas das escolas. Quando questionado sobre a documentação de implementação dessa política educacional, que diverge totalmente do currículo anteriormente em vigor na RME, não se encontrou formas de acesso à documentação em questão. Compreende-se que essa ação, por envolver uma política educacional atual e vigente, deveria ser normatizada mediante alguma portaria ou mesmo um parecer do CME, porém a pesquisadora não teve acesso à documentação alguma a respeito do assunto.

O município de Dois Irmãos conta com programas de contra turno em parceria com o Governo Federal como o Programa Escola Aberta e o Programa Mais Educação. Nesses programas, não há um direcionamento específico às questões de aprendizagem escolar, apenas o incentivo a atividades no contra turno.

Registra-se, também, a parceria com o SESI através de locação de espaços, da tercerização de atendimento no contra turno, bem como o atendimento tercerizado de parte da educação infantil do município.

Outra parceria da Secretaria de Educação é com a Secretaria de Assistência Social do município através do Projeto FADI – Fundação Assitencial de Dois Irmãos, que garante atendimento integral a crianças em situação de vulnerabilidade social.

O projeto de maior destaque, na rede municipal de ensino, chama-se Projeto Global e tem como objetivo o atendimento aos alunos da rede municipal de ensino no que se refere a questões de aprendizagem e desenvolvimento humano.

O município de Dois Irmãos, portanto, na gestão compreendida de 2009/2012, apresentou inovações frente a práticas e propostas que vinham sendo desenvolvidas na gestão anterior.

A ausência de institucionalização dessas inovações, que envolveram tanto o plano de trabalho dos professores quanto estratégias de articulações no município,

resultou na descontinuidade das políticas municipais nesse município. Vale destacar que a influência política local interveio nessa descontinuidade.

#### 7.4 Estância Velha

Dentre os 12 municípios que atualmente compõem a Região do Vale do Rio dos Sinos Estância Velha<sup>14</sup> é um dos três municípios<sup>15</sup> que enfatiza em sua história sua origem a partir de indígenas.

O município conta a sua história remontando aos seus primeiros moradores como pertencentes a várias tribos indígenas, destacando os Tupis-Guaranis e os Kaingangs, conforme sítios arqueológicos encontrados na cidade que remetem a sua história de mais de 900 anos. Com passar da história, em 1788, promoveu-se um povoamento luso-brasileiro que espalhou dezenas de famílias por sua extensão territorial e, em 1822, casais açorianos estabeleceram moradias na estância. Somente em 1825 foi que chegaram os primeiros imigrantes alemães, que ocuparam terras mais distantes do pequeno povoado já fixado na cidade.

Essa história de povoamento do município destaca-se diante das demais histórias dos municípios, pois mostra que o Vale do Rio dos Sinos, apesar de ter sido amplamente colonizado por imigrantes alemães, não foram eles apenas que aqui chegaram e que fixaram moradia. A região conta com uma população de etnias muito distinta da que convive sob o dogma de que os alemães são maioria absoluta e nata no lugar, o que pode vir ser questionado devido à grande concentração de outras etnias também. Entretanto o questionamento só poderá ser realizado quando todas as cidades buscarem a sua história de colonização desde os tempos mais remotos, buscando origens indígenas, luso-brasileiras, açorianas entre outras para contar o que pode ter sido recontado pela dominância alemã a partir de sua chegada em 1822.

---

<sup>14</sup> Texto elaborado a partir de informações adquiridas no site <[www.ibge.gov.br.com.br](http://www.ibge.gov.br.com.br)>. (Acesso em: 03 nov. 2012) e nas informações contidas no site <[www.estanciavelha.gov.rs.br](http://www.estanciavelha.gov.rs.br)>. (Acesso em: 03 nov. 2012).

<sup>15</sup> Além de Estância Velha, os municípios de Ivoti e Morro Reuter relatam, em sua história, a presença indígena anterior à colonização alemã.

Atualmente, Estância Velha se destaca, economicamente, no setor coureiro-calçadista e tem evoluído na busca por novos empreendimentos através de incentivos fiscais e a criação de um polo industrial.

Na área da educação, no ano de 2009, Estância Velha contava com 35 (trinta e cinco) escolas municipais de educação básica e com 113 (cento e treze) professores concursados. A matrícula era de 2.416 alunos no ano de 2009 e a taxa de distorção idade/série correspondia a 14,5%, ou seja, 351 alunos com defasagem de idade em relação à série de estudos.

Quanto à coleta de dados, há que referir 05 (cinco) visitas, sendo que em duas delas foram realizadas a entrevista com a coordenadora pedagógica do município e a coleta dos dados necessários para a pesquisa, com disponibilidade de materiais e documentação. Inicialmente, o tema da defasagem idade/série causou alguma reação pelo fato de não haver no município, ao longo de sua história, algum registro que remetesse à problemática.

O município difere dos demais da região quanto à adesão a programas governamentais propostos ou elaborados em outras esferas públicas. Desde 2009, início de um novo mandato político na cidade, a atual gestão pública optou pela municipalização de ações educacionais e não houve, nesse período, nenhuma adesão a programas oferecidos pelos governo do Estado do RS, nem pelo Governo Federal e nem mesmo programas de ampla repercussão como formação de professores pela Plataforma Paulo Freire ou o programa Mais Educação, que propõe ações no contra turno escolar. Nenhum deles foi implementado pelo município ao longo dessa última gestão de 2009 a 2012. Houve uma total ruptura entre o município e as demais esferas públicas administrativas em qualquer programa cuja adesão fosse voluntária.

A história da educação, no município, é documentada e arquivada na SMEC. A estrutura administrativa da secretaria conta com um amplo quadro de funcionárias efetivadas, a maioria admitida por concurso público, escolhidas pela atual administração para desempenharem suas atividades em carácter de cargo de confiança na SMEC. Conta, também, com estagiárias e profissionais de outras áreas cujas funções são pertinentes ao desenvolvimento da educação.

O município de Estância Velha, como descrito anteriormente, não conta com um programa específico de enfrentamento à problemática da defasagem idade/série. Ao longo da última gestão (2009/2012), período em que essa pesquisa se propõe a analisar, houve um rompimento de parcerias no que se refere a investimentos na melhoria da educação pública municipal com recursos dos governos estadual e federal. A partir dessas constatações, a análise, sobre as políticas municipais, será direcionada, especificamente, ao governo municipal e, como esse vem se organizando para ser autossuficiente na elaboração e implementação de uma educação com qualidade para seus habitantes.

A SMEC afirma que não houve nenhum programa direcionado ao enfrentamento da distorção idade/série ao longo da história da educação no município. De acordo com a supervisora de ensino, não existe um mapeamento que identifique onde esses alunos estão matriculados e quais poderiam ser as ações que estão sendo realizadas com eles, pois seriam casos isolados cuja competência de auxílio seria da escola onde há a matrícula.

No que se refere a possíveis causas dessa defasagem, em relação à idade e à série dos alunos, no município, a supervisora relatou que o grande problema que há na cidade são as localidades de difícil acesso, pois os pais retardam a entrada de seus filhos na escola, pela dificuldade de manter as crianças na escola e, com isso, elas já entrariam defasados na questão da idade em relação à série de matrícula.

As ações referentes à defasagem idade/série são de inteira iniciativa e responsabilidade do professor. Os professores, em sala de aula, propõem alternativas de apoio aos alunos em situação de defasagem idade/série. Percebe-se que há a compreensão por parte da administração educacional de que o professor é a referência que o aluno necessita para seu aprendizado.

O município conta com convênio<sup>16</sup> com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) para o atendimento aos alunos em situação de não aprendizagem e alunos com alguma NEE. Essa parceria existe há mais de 20 anos e é renovada a cada início de ano letivo. Inicialmente, atendia apenas alunos com

---

<sup>16</sup> Convênio Municipal Nº 005/2012 Convênio de Cooperação que entre si celebram o Município de Estância Velha e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Estância Velha para os fins que especifica.

deficiências que frequentassem a escola de educação especial que ficava no prédio na APAE. Com as novas legislações<sup>17</sup>, o município aperfeiçoou-se e abrangeu a educação especial nas escolas de ensino fundamental, firmando a parceria apenas para atendimentos especializados uma vez que a estrutura apaeana é significativamente ampla na cidade.

Aos alunos que têm apenas dificuldade de aprendizagem, sem a associação de alguma síndrome e/ou deficiência, é oferecido, nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas, o reforço escolar, organizado, mantido e direcionado pelas escolas sem a interferência ou supervisão da SMEC. Há, no município, salas de AEEs, porém não estão sendo mantidas pela atual gestão. Essa foi uma política da gestão anterior e não há interesse em dar continuidade, de acordo com a Secretaria de Educação.

A SMEC também conta com Programas de Transporte Escolar tendo a consciência de que a permanência deve ser facilitada pela secretaria municipal. Dessa forma, o Programa Caminhos da Escola<sup>18</sup> garante o transporte para que os alunos tenham como chegar à escola, facilitando, assim, também, a permanência do aluno no espaço escolar.

O município oferece, em sua proposta norteadora do ensino, um item direcionado especificamente à questão da formação docente, em que consta que *“a formação docente é fundamental para o desempenho profissional e é imprescindível um esforço coletivo para superar os entraves que dificultam a construção de um ensino de qualidade”*, (Estância Velha, 2010). A partir dessa afirmação, o documento refere a responsabilidade do professor em buscar aperfeiçoamento profissional, apoiado pela sua visão sobre a realidade educacional e no dinamismo que suas ações devem ter frente a dificuldades na educação e na sociedade.

O mesmo documento nos informa que

---

<sup>17</sup> A partir de 1996, com o surgimento da LDB, gradativamente, os municípios foram assumindo a Educação Especial e integrando-a com o ensino fundamental. Ações paralelas são realizadas para que os alunos com NEE sejam atendidos em sala de aula, garantindo sua aprendizagem e integração escolar.

<sup>18</sup> Programa do Governo Federal de apoio ao transporte escolar nas escolas públicas.

“A formação em nível superior é necessária para que o professor tenha conhecimento, mas o conhecimento por si só não basta. O educador precisa ter sensibilidade, amor, dedicação, flexibilidade, comprometimento e dinamismo, buscando melhorar e aperfeiçoar sua práxis pedagógica junto com os educandos através da pesquisa e da ética”. (Estância Velha, 2010)

Para dar subsídios para essa formação acadêmica intelectual, o município oferece desde o plano de carreira do magistério municipal, 40 horas anuais de formação continuada em serviço, organizadas em cursos, palestras e seminários. São responsáveis por essas atividades tanto a SMEC quanto as equipes diretivas das escolas, visando à formação intelectual em serviço de acordo com as necessidades da rede. Quanto à formação, em nível superior, o município oferece a todos os professores incentivo financeiro para a realização do curso de ensino superior, sendo ele renovado a cada semestre escolar universitário.

Quando a supervisora da SMEC foi questionada se haveria na rede de ensino alguma formação direcionada a atuar junto aos alunos em situação de distorção idade/série, ou mesmo a alunos com histórico de múltiplas repetências, considerando que a formação deveria atender as necessidades da rede de ensino, a resposta foi que essas ações, na formação de professores, não seriam direcionadas ao enfrentamento da distorção idade/série, uma vez que são vistas como dever do município por estarem previstas em legislações obrigatórias como a LDB.

A procura pela formação específica seria de competência dos professores os quais, em sua maioria, não se mostram interessados nessa ação de formação profissional. O município, de acordo com a entrevistada, apoiaria no que fosse necessário, tratando-se de formação docente. Constatam-se facilidades para os professores realizarem cursos e formações continuada fora do ambiente de trabalho, pois o município dispensa a carga horária escolar; por outro lado, o professor substituto é providenciado pelo município e, ademais, o valor da formação é subsidiado pelo município.

Todas essas políticas de formação docente, existentes no município de Estância Velha, nos revelam que há incentivos ao longo da história educacional no município, mas revelam, também, que, por vezes, os processos burocráticos podem ser tão significativos aos professores que preferem não ter acesso a elas. Assim os

docentes evitam situações de desconforto administrativo, pois todos os pedidos para a realização de formações são analisados e autorizadas pela SMEC antes de serem aprovados.

Outra questão que se percebeu, ao longo da pesquisa, nessa questão de formação de professores, envolveu a fragmentação das políticas de formação docente e o direcionamento delas à atual fase educacional em que se encontra o município. Logo que iniciada a pesquisa, não se encontrou informações ou documentos que remetessem à formação docente, ficando esse item em aberto nas análises do município. Realizada a entrevista, observou-se que, ao questionar sobre ações conhecidas, sobre a capacitação docente, havia uma série delas que já estavam sendo realizadas desde muito tempo na SMEC. Ações essas que envolviam a melhoria da qualidade da educação por meio da capacitação dos professores, que, entretanto, eram vistas, atualmente, de forma tão fragmentada que passavam despercebidas como ação de políticas públicas educacionais.

O município percebe que, ao atender a legislação, está cumprindo uma obrigação, o que o eximiria de uma declaração específica sobre ações de formação de professores.

Todas essas questões, quando analisadas, remetem a uma possível visão do ensino fragmentado em ações específicas, que só existiriam em determinados momentos. Fora do período de abrangência do lançamento, não seriam mais importantes à educação municipal, ou seja, políticas que existam há mais tempo continuam ocorrendo, mas sem uma priorização.

Reforçando alguns questionamentos, sobre como era vista a formação de professores, a supervisora cita que

“apesar destes incentivos previstos na legislação do município às vezes não se vê em sala de aula resultados maiores no que se refere ao ensino e a aprendizagem, se observa na verdade quase nada, parece que o professor nem é aquilo ou nem sabe nada daquilo que o certificado diz que ele sabe (longa pausa na fala), mas enquanto gestores é nosso dever oferecer sem dúvida alguma”.

Percebe-se certa atribuição de culpa aos professores pelos resultados do município. Há na fala observações importantes que vão à contramão da proposta inicial, já que o professor deveria ter a formação, mas ir além dela, com sensibilidade

e intuição. Pode-se arriscar dizer que o perfil de professores que o município busca estaria um tanto distante daquele com o qual ele conta atualmente e talvez vice-versa.

Como o município aderiu ao Pacto Pela Alfabetização na Idade Certa, haverá capacitação específica aos professores para lidarem com essas questões de repetência em sala de aula. Há a expectativa, por parte da secretaria de educação, de que com essa formação direcionada ocorra uma reflexão dos professores quanto a sua prática e, posteriormente, uma mudança em posturas e ações pedagógicas em sala de aula.

A SMEC, atualmente, direciona as ações curriculares às escolas municipais, não tendo nenhuma ação específica, abrangendo toda a rede, direcionada ou elaborada para o enfrentamento da defasagem idade/série em vigor no município.

O município, após quatro anos de rompimento com os Governos Federal e Estadual, reestabeleceu parceria através do Programa Federal “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa”, assinado no final do mês de outubro de 2012, compreendendo que esse programa deve auxiliar na melhoria do ensino e no comprometimento dos professores nas questões de ensino e de aprendizagem.

Embora na primeira gestão<sup>19</sup> o governo municipal tenha se afastado de uma proposta colaborativa com o governo estadual e federal, ao término do mandato político, início de um mandato seguinte, assina documento contrário a esse princípio, mas que terá repercussão nos próximos anos.

Essa alteração de políticas públicas municipais decorre muito possivelmente do fato de que os programas federais estão associados à distribuição de recursos financeiros; portanto, o município de Estância Velha, que demonstrou um esforço de desenvolvimento de políticas em perspectivas de autonomia, não conseguiu lhes dar continuidade.

No município de Estância Velha, portanto, não foram encontradas ações específicas para a problemática da defasagem idade/série a não ser a articulação

---

<sup>19</sup> O partido que esteve no governo, durante a gestão de 2009/2012, foi o PSDB. O mesmo prefeito foi reeleito para o período de 2013/2016. Destaca-se que, anteriormente, e por duas gestões, o município foi governado por prefeito vinculado ao PT (Partido dos Trabalhadores).

com a APAE e o programa de transporte escolar. Destaca-se que esse não é de natureza pedagógica e sim de mobilidade do aluno.

Por outro lado, há ações de incremento de formação de professores as quais são tidas como políticas obrigatórias e, por outro lado, a defasagem idade/série parece ser compreendida como um problema de sala de aula de responsabilidade do professor.

## **7.5 Ivoti**

O município de Ivoti<sup>20</sup>, assim como Estância Velha, remete à história de seus primeiros habitantes nativos como sendo indígenas que viveram em suas terras há mais de 10.500 anos atrás, de acordo com objetos e desenhos encontrados em suas terras ao longo do tempo.

O território do município foi demarcado pela ação de tropeiros, por volta do século XVII, estando na rota do gado dos estados do sul do país.

Inserido no processo de colonização do Estado, em 1826, Ivoti começou a receber diversas famílias de origem germânica que se instalaram ao longo de toda sua extensão territorial, formada por morros e vales. Esse processo, quando revisto nos documentos, que contam a história do município mostra que a cultura europeia transcendeu os limites oceânicos, pois os moradores europeus, vindos da Alemanha trouxeram consigo suas crenças e superstições como mostram os relatos sobre curiosidades que envolveram o processo de colonização que nos contam histórias como a de que a maior parte do território da cidade, não interessados em ser habitada pelos imigrantes, que atribuíam ao desconhecido medos e dogmas, como o caso da localidade de Buraco do Diabo, atualmente o principal bairro do município, que ganhou esse nome por abrigar uma família de tamanduás, animal até então desconhecido pelos alemães que o denominaram “Diabo” por viverem em um vale cercado por ampla vegetação e um córrego. Ao emitir sons, os imigrantes imaginavam que eram personagens do além-mundo que ali habitavam, frutos de um imaginário coletivo, frente ao desconhecido.

---

<sup>20</sup> Texto elaborado a partir de informações adquiridas no site <<http://www.ivoti.rs.gov.br/dados-gerais>>. (Acesso em: 03 nov. 2012) e nas informações contidas no site <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. (Acesso em: 03 de Nov. 2012).

O município teve seu desenvolvimento baseado e mantido pela economia agrária familiar até meados da década de 70, período em que o desenvolvimento industrial lhe trouxe uma ampla urbanização. O setor calçadista sempre esteve presente, artesanalmente, nas casas dos imigrantes germânicos, porém, com o desenvolvimento do setor em toda a Região, Ivoti também teve um novo período de crescimento e desenvolvimento industrial, recebendo novos imigrantes, vindos em busca de empregos e melhor qualidade de vida da própria região sul do país como dos estados do Paraná e de Santa Catarina, além, claro, do próprio interior do estado do Rio Grande do Sul.

No ano de 2009, Ivoti contava com um território de 63 km<sup>2</sup> e cerca de 20 mil habitantes, grande parte deles ainda conserva, mesmo que adaptado, o dialeto que os imigrantes alemães falavam quando chegaram a seu território, cultivam festas que remetem à origem germânica e a presença do turismo rural ganha, cada vez mais, força na economia municipal.

Na área da educação, Ivoti contava com 11 (onze) escolas municipais de educação básica e com 57 (cinquenta e sete) professores concursados. A matrícula era de 987 alunos, no ano de 2009, e a taxa de distorção idade/série compreendia 7,4%, ou seja, 73 alunos com defasagem de idade em relação à série de estudos.

No município de Ivoti, a coleta de dados envolveu muitas visitas e a falta de receptividade por parte da coordenadora pedagógica da SME. Ao todo foram 09 (nove) visitas à Secretaria de Educação. Dessas visitas, 04 a coordenadora não havia programado em sua agenda o encontro e não estava na Secretaria, 03 (três) foram tentativas de novos agendamentos, 01 (uma) foi para expor que o município não participaria da pesquisa por falta de receptividade e 01 (uma) foi a realização de entrevista com o Secretário de Educação.

A educação, no município, tem se destacado por ações voltadas para uma educação de qualidade como o Programa de Escola Integral, que busca, além da oferta do ensino no contra turno, uma proposta de escola que contemple as necessidades educacionais e sociais das famílias.

O município contou com programa de aceleração da aprendizagem conforme previsto pela LDB, no ano de 2010 e 2011, a partir da percepção da necessidade dentro da educação municipal.

No ano de 2008, a partir do plano decenal do município, houve o comprometimento da gestão pública municipal em olhar para os dados que o município estava gerando e, a partir deles, criar novas formas de pensar a educação local. A intenção inicial era a realização de mapeamento para que os números fossem convertidos em dados mais humanizados como, por exemplo, quem eram os alunos que os dados mostravam estarem defasados em relação à idade e à série de estudos, quais seus nomes, onde moravam suas famílias e quem eram essas famílias. Seria o que o Secretário de Educação do município denominou de humanização dos dados. Com esse levantamento, a Secretaria de Educação pôde fazer o levantamento dos dados dos alunos multi repetentes, percebendo sua trajetória escolar com a ajuda das coordenadoras educacionais das escolas e suas professoras.

Na oportunidade, a Secretaria de Educação pôde fazer vários levantamentos quanto a questões atitudinais, de NEE ou com suspeitas de NEE, mas que não havia um diagnóstico; havia sim a falta de um conhecimento, mas nada que dissesse que era uma deficiência do aluno, já que isso não dava subsídios para que fosse encaminhado um atendimento especializado.

Com esse mapeamento, foi constatada uma lacuna na identificação das condições de aprendizagem de cada aluno, na história de vida deles e na história das instituições escolares onde eles estavam inseridos. Assim, posteriormente, foi possível a elaboração e a implantação de um programa específico para que eles tivessem condições de progredir de acordo com a idade, tendo o apoio da rede de ensino do município. Portanto esse trabalho foi fundamental para subsidiar um novo olhar para os alunos e, a partir de informações mais claras e institucionalizadas, escrever e reescrever a história de vida desses alunos.

Um dos primeiros movimentos da SME foi visitar municípios da Região do Vale do Rio dos Sinos, que já tinham tido o histórico em suas redes de programas de aceleração, para, a partir deles, poderem formular o seu programa especificamente.

De acordo com a assessora pedagógica do município, havia a compreensão da necessidade de se ter uma ação voltada para os alunos que estavam em situação de distorção idade/série, mas havia, também, o entendimento da administração municipal de que teriam que ter um programa específico e direcionado para a realidade do município. Não poderia ser um programa que tivesse uma metodologia, conteúdos e ações prontas, deveria ser algo que não fosse mera reprodução; o município desejava ser autor de sua ação, de sua proposta. Para o secretário, estava clara a noção de que seria algo desafiador, completamente novo na rede de ensino e de muita responsabilidade para a SME, conforme suas palavras:

“Tivemos que olhar para o dado e pensar: porque estamos gerando este dado, porque a raiz do problema esta diretamente ligada à questão de repetência e de fracasso escolar, não adianta pensar na aceleração se não pensarmos nas origens do problema para podermos enfrentá-lo, pois do contrário estaríamos apenas esperando para gerar novamente o problema”.

Após o levantamento de todos os alunos, identificou-se, no município, o total de 23 alunos em situação de distorção idade/série no ano de 2009. Formaram-se, assim, duas turmas de aceleração da aprendizagem, para que pudessem ter a chance de progredir nos estudos, estando amparados pela Secretaria de Educação.

Aqui faço uma ressalva, pois, em levantamento realizado no site do INEP, o quantitativo de alunos, com defasagem idade/série, soma, nesse município, no ano de 2009, 73 (setenta e três) indivíduos no ensino fundamental, séries iniciais, enquanto que a informação direta do município é de 23 (vinte e três) indivíduos. O município justifica que o seu dado é mais confiável, pois é coletado diretamente em sala de aula, frente a frente com os alunos envolvidos na questão e com seus professores.

O programa de Aceleração da Aprendizagem, denominado Progressão dos Saberes, começou a ser pensado pela SME em 2008. A partir daí, foi realizado o levantamento dos alunos que estavam em situação de distorção idade/série no ano de 2009; em seguida, foi iniciada a construção de uma proposta de aceleração de aprendizagem com a intenção de recuperá-los na situação de suas idades em relação à série em que deveriam estar frequentando. Elaborada a proposta, foi

conversado com as famílias, explicando-lhes a nova proposta de ensino, oferecendo assistência para a frequência no programa como transporte escolar, já que foi escolhida uma escola no município para ter essas classes de aprendizagem. O programa foi divulgado e também trabalhado com a rede de ensino e com os professores dessa escola de forma mais sistêmica para que essas turmas fossem olhadas de uma forma diferenciada nas questões de ensino e de aprendizagem e para que fosse gerada uma expectativa positiva que seria a força para o sucesso dessa nova ação educacional.

O objetivo dessa ação de aceleração de aprendizagem foi identificar quem eram os alunos em situação de distorção idade/série, mostrando suas peculiaridades de aprendizagem, fornecendo oportunidade de crescimento intelectual e social dentro do sistema de ensino.

Foram participantes desse projeto todos os alunos identificados pela SME em situação de defasagem idade/série nos anos de 2008/2009.

Os professores, envolvidos com o Programa de Aceleração, foram escolhidos a partir de alguns critérios expostos pela SME, de acordo com um perfil que foi pensado pela própria Secretaria de Educação a partir de destaques que já estavam tendo nas escolas. Os principais critérios articulavam envolvimento com a aprendizagem do aluno, a versatilidade frente a desafios, ousadia em ações docentes de ensino e aprendizagem, a busca por estudos que iam além dos oferecidos pela SME.

Durante o decorrer do Projeto, os professores envolvidos receberam apoio da SME para que as propostas fossem direcionadas aos alunos e a suas dificuldades de forma que conseguissem superá-las com o apoio docente em sala de aula.

A formação docente, no município de Ivoti, conta com programas específicos dentro da rede de ensino, como o programa de *comunidades aprendentes*, que procura reunir professores por critérios de afinidades como, por exemplo, por níveis de ensino. Entre seus pares, os professores têm a oportunidade do protagonismo docente, uma vez que se compreende que o professor tem a capacidade de ensinar aos alunos ele também tem a capacidade de formar-se entre seus pares.

A formação com a equipe gestora ocorre duas vezes ao mês, tendo em vista que o gestor é uma peça muito importante porque ele vai garantir, dentro da escola, o espaço de formação dos professores, qualificando o ambiente.

No programa, foi escolhida uma escola no município para ter as turmas de aceleração, oferecendo-lhes transporte das demais escolas até ela. Essa opção se deu pela facilidade em focar um local para as ações, visitas e possíveis encaminhamentos que fossem necessários ao longo do programa. Também havia a preocupação de que a escola visse a turma como uma turma diferente, mas na diferença igual às demais. Havia a preocupação com a rotulação da turma e das crianças em função de todo um histórico relacionado a dificuldades anteriores e às que poderiam surgir no novo ambiente, relacionadas tanto à aprendizagem quanto a atitudes de relacionamentos sociais.

As turmas foram organizadas em dois níveis para facilitar a ação docente, uma vez que os alunos tinham idades e conhecimentos bastante diferentes. A opção por duas turmas compreendia uma turma na fase de alfabetização, para a aquisição de leitura e escrita, e as demais turmas para atender alunos dos outros níveis de aprendizagem.

Durante o programa, o currículo, a ser explorado, contemplava as principais questões de aprendizagem e de dificuldades de aprendizagem, sendo elaborado pela SME e pela coordenação pedagógica do município juntamente com as professoras envolvidas na proposta.

A avaliação, no município, é realizada por pareceres através de um portfólio de aprendizagem. Nesse portfólio, todas as atividades realizadas são colocadas como um ponto de aprendizagem. Delas surge a avaliação do aluno, realizada pela professora, a autoavaliação dos alunos frente ao seu processo de aprendizagem e a avaliação dos pais em relação a ações realizadas com seus filhos e dos seus filhos. Dessa forma, a avaliação não é vista mais no município como algo a ser realizada no final do trimestre, para o cumprimento de uma tarefa, mas como uma atividade que vai sendo construída ao longo do ano letivo e envolve todas as questões de aprendizagem e de não aprendizagem, apoio ou falta dele, para que os alunos possam, de fato, aprender e mostrar essa aprendizagem.

A Secretaria de Educação acompanhou todo o programa de aceleração no município, desde a sua gestão inicial, sua formulação, desenvolvimento até a conclusão. Tratou-se de um programa direcionado de enfrentamento a uma questão específica da defasagem idade/série e, para isso, teve o apoio e a colaboração irrestrita da Secretaria de Educação. De acordo com o Secretário de Educação *“percebe-se que, quando há o acompanhamento de ações do cotidiano escolar, há maior significância pelos professores pela ação”*. Dessa forma, de acordo com o secretário, a participação da Secretaria de Educação e a perspectiva democrática de suas ações foram fundamentais na elaboração e execução dessa proposta.

Após o término do programa, que foi específico para um grupo de alunos, houve ações de continuidade nas escolas que visavam à melhoria da educação para que a repetência fosse evitada através de ações de aprendizagem, o que reduziria novos casos de defasagem idade/série.

Nessas políticas de melhoria do ensino público municipal, pode-se listar a implantação de um programa de apoio aos alunos com deficiência. A Secretaria de Educação estruturou o Núcleo de Apoio a Inclusão (NAE), que atende os alunos com diagnóstico de alguma NEE e que ajuda a pensar em adaptações curriculares além de oferecer às famílias informações e auxílio.

Todas as escolas da rede municipal de ensino têm Laboratórios de Aprendizagem para que os alunos, com dificuldades, tenham apoio ao longo do ano letivo, evitando que fiquem em atraso na aprendizagem.

A SME também oferece formação docente em diferentes momentos do ano letivo, priorizando necessidades e as demandas formuladas pelos professores e equipes diretivas.

O município de Ivoti, portanto, tem uma política contínua de formação de professores, estruturada em uma perspectiva de gestão democrática. Apresenta uma proposta de acompanhamento e identificação de alunos com defasagem idade/série e desenvolveu um programa específico de aceleração de aprendizagem para atender as necessidades da rede local. Percebe-se uma articulação entre todas as escolas da rede para uma ação integrada para o pleno aproveitamento dos recursos municipais, organizadas e acompanhadas pela Secretaria de Educação

que vem desempenhando suas atribuições em busca de uma educação de qualidade para o município.

## 7.6 Lindolfo Collor

O município de Lindolfo Collor<sup>21</sup> é um dos mais jovens municípios da Região do Vale do Rio dos Sinos. Sua emancipação da cidade de Ivoti foi no ano de 1992. Sua antiga sede municipal era tipicamente alemã; por isso, a história dessa cidade se insere no contexto de toda colonização alemã no Rio Grande do Sul. Segundo relato de moradores mais antigos, havia na região grande número de capivaras, na época da colonização, o que teria motivado o nome da localidade "Picada Capivara". Ao se emancipar, a comunidade de Picada Capivara adotou novo topônimo (Lindolfo Collor) para homenagear um ilustre conterrâneo, o leopoldense, Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e responsável pela introdução das Leis Trabalhistas no Brasil nos anos 30, Lindolfo Collor.

Na área da educação, Lindolfo Collor contava com 09 (nove) escolas municipais de educação básica e com 20 (vinte) professores concursados. A matrícula era de 299 alunos, no ano de 2009, e a taxa de distorção idade/série compreendia 5,4%, ou seja, 17 alunos com defasagem de idade em relação à série de estudos. O município apresenta o menor índice de defasagem idade/série da Região do Vale do Rio dos Sinos

A coleta de dados no município compreendeu 03 (três visitas), sendo que, em uma delas, foi realizada entrevista com a Secretária de Educação e a coordenadora pedagógica do município. Foram disponibilizadas, especificamente, pastas e recortes de jornais que contavam, de forma sistemática, ações na área educacional nos últimos anos (2009 a 2012).

---

<sup>21</sup> Texto elaborado a partir de informações adquiridas no site <[www.famurs.com.br](http://www.famurs.com.br)>. (Acesso em: 07 nov. 2012) e nas informações contidas no site da Prefeitura Municipal de Lindolfo Collor <[www.lindolfocollor.gov.rs.br](http://www.lindolfocollor.gov.rs.br)>. (Acesso em: 07 nov. 2012).

A educação, no município, tem recebido grande atenção da administração municipal, enfatizando a busca por uma educação de qualidade a toda a rede municipal.

No que se refere à defasagem idade/série, não há na rede um programa específico para enfrentamento dessa questão, mas, de acordo com a Secretária de Educação, o município tem realizado ações para melhoria de algumas questões que estariam indiretamente ligadas com o tema como, por exemplo, a questão do apoio ao sucesso escolar através da aprendizagem e de programas de incentivo à permanência na escola.

É possível acompanhar um pouco da história do município através de recortes de jornais e de fotografias de ações realizadas nas e pelas escolas; estes foram os principais documentos encontrados durante a pesquisa. Existem poucas portarias ou decretos que fundamentem as ações de políticas educacionais municipais vigentes na cidade.

O município de Lindolfo Collor, desde 2009, tem focado suas ações no que se refere ao atendimento de crianças com NEE. Essa ação iniciou a partir do levantamento realizado pelo Programa de Saúde da Família que, ao realizar visitas às casas dos moradores da cidade, identificaram um número significativo de crianças que não estavam matriculadas nas escolas devido à dificuldade de locomoção ou alguma deficiência.

Esse levantamento identificou a necessidade de atividades específicas para reverter a situação. A estratégia adotada foi realizar discussão com a comunidade mediante conversas com as famílias e com as escolas.

Muitas foram as ações realizadas de conscientização sobre a importância da garantia ao acesso e à permanência na escola. De acordo com a Secretária de Educação, houve reuniões, encontros e palestras, mostrando como seria possível a parceria entre a escola, a família e a secretaria de saúde para o desenvolvimento das crianças com NEE. A partir das matrículas, foram desenvolvidas ações que enfrentassem as necessidades que foram surgindo.

Os alunos, em situação de distorção idade/série, recebem apoio nas escolas. Essa ação é garantida pelos PPPs das escolas da rede municipal e chama-se Reforço Escolar. Podem participar desse programa todos os alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem ao longo do ano letivo.

Os alunos que tiverem diagnóstico de NEE são atendidos nas salas de recursos por professores especializados. Os que precisam de apoio técnico para as questões de aprendizagem a Secretaria de Educação criou o setor de Psicologia que tem como foco o atendimento aos alunos e suas famílias, dando suporte para a aprendizagem escolar e social.

A formação de professores, na rede municipal de ensino, é priorizada durante o ano letivo e prevista no o calendário escolar, mediante atividades dirigidas para o estudo e aperfeiçoamento em serviço.

A administração municipal oferece incentivos aos professores que estão cursando o nível superior através do plano de carreira do magistério.

Há, na rede municipal de ensino, o incentivo a ações paralelas às curriculares que valorizam a formação integral do aluno como o Projeto de Teatro Municipal que valoriza a criatividade e a percepção humana nas ações que, juntamente com a atividade de Danças Folclóricas, já se tornou uma referência no município. A feira do livro também compõe as ações paralelas às curriculares, pois permite que os alunos vislumbrem outras formas de aprendizagem dentro do currículo escolar.

De forma geral, não foi possível perceber uma proposta política estruturada claramente para o enfrentamento da problemática da defasagem idade/série. Muitas ações de complementação do currículo são desenvolvidas como teatro, dança, música, jogos, feiras, entre outras, mas não foram encontrados documentos que remetessem à problemática ou que focalizassem a defasagem. A maior atenção das ações pedagógicas é para o aluno com NEE. O que pode vir a deixar outros alunos com dificuldades de aprendizagem sem um suporte pedagógico mais efetivo, comprometendo, assim, a qualidade do ensino municipal.

## 7.7 Morro Reuter

O município de Morro Reuter<sup>22</sup> conta sua história de povoamento a partir de indígenas que viviam na região e usavam as cavernas de seu território para se abrigarem. De acordo com a história do município, descrita em panfletos e em meio virtual como a página da cidade na internet, ainda no início do século, podiam ser encontrados objetos de cerâmica e inscrições em cavernas que contavam esse momento histórico do município, entretanto as inscrições deixadas nas cavernas, lentamente, foram destruídas na tentativa de encontrar ouro por detrás das mesmas.

Em 1829, chegaram à Região de Dois Irmãos os primeiros imigrantes que, aos poucos, foram colonizando o território e chegando à localidade onde hoje se encontra Morro Reuter. Não há registro do ano correto em que isso tenha ocorrido, pois o município, até 1992, pertencia territorialmente à cidade de Dois Irmãos; dessa forma, a história de ambos os municípios se fundem até então.

O município de Morro Reuter teve seu desenvolvimento econômico baseado na economia agrícola, até meados dos anos 80, quando, com o início da expansão industrial, novos imigrantes foram atraídos para a localidade e deram um novo impulso à economia da cidade, bem como às demais atividades sociais e culturais no município.

Se por um lado a história de colonização alemã de Morro Reuter está associada à história de Dois Irmãos, por outro a história da educação não necessita ser redirecionada ao então município vizinho. Morro Reuter tem sua história no que se refere à educação em seu território descrita e contada desde o seu início, com as memórias e os registros guardados desde seus primeiros habitantes. Logo em 1872 o imigrante alemão, João Wagner, fundou a primeira escola particular da cidade, professor e colaborador com os Jesuítas, encarregados da assistência religiosa à população. Faleceu em 1913, mas antes entregou o posto a Alfredo Wiest que deu continuidade ao trabalho educacional na cidade.

---

<sup>22</sup> Texto elaborado a partir de informações adquiridas no site <[www.famurs.com.br](http://www.famurs.com.br)>. (Acesso em: 07 nov. 2012) e nas informações contidas nos site da Prefeitura Municipal de Morro Reuter <[www.morroreuter.gov.rs.br](http://www.morroreuter.gov.rs.br)> e <<http://web.morroreuter.rs.gov.br>>. (Acesso em: 07 nov. 2012).

Na área da educação, no ano de 2009, Morro Reuter contava com 08 (oito) escolas municipais de educação básica e com 20 (vinte) professores concursados. A matrícula era de 282 alunos, no ano de 2009, e a taxa de distorção idade/série correspondia a 5,7%, ou seja, 16 alunos com defasagem de idade em relação à série de estudos.

A coleta de dados na Secretaria de Educação envolveu 04 (quatro) visitas, sendo que em uma delas foi realizada a entrevista com duas coordenadoras pedagógicas do município. Houve a participação plena do município na pesquisa, com disponibilização de materiais e documentos que vieram a contribuir significativamente para a realização da presente pesquisa.

A educação em Morro Reuter, atualmente, tem se destacando entre as cidades do Vale do Rio dos Sinos, seja por projetos de valorização do magistério, como o de incentivo à formação de professores com o Seminário Nacional de Educação que reúne professores de todo o território nacional em busca de formação e qualificação profissional, seja pelos projetos educacionais que garantiram à cidade o índice de alfabetização de 98,4%, o mais alto de todo Estado do RS, e o segundo mais alto do Brasil. A cidade também conta com um amplo incentivo à leitura seja através do Programa de Leitura Entre Estrelas e Letras<sup>23</sup>:

“Programa que articula as diversas iniciativas voltadas para a leitura nas escolas municipais. O programa tem por base encontros em que os professores, com o objetivo de aprimorar sua atuação em sala de aula, discutem questões referentes à leitura, à literatura e a obras literárias. Paralelamente, os professores se envolvem na aplicação e na produção de roteiros de leitura e demonstram as potencialidades que o texto literário oferece para a prática escolar. Com este programa, a Secretaria, portanto, investe na leitura e em atividades lúdicas e atraentes de exploração de textos para desenvolver a sensibilidade artística e o senso crítico dos alunos.” (Morro Reuter, 2007).

Esse programa, de incentivo à leitura, conta com apoio de toda a comunidade do município, inclusive com o comércio e com as fábricas industriais que, percebendo a importância da leitura e, em certo momento da história da educação no município, aceitaram participar da Segunda-Feira da Leitura, período em que toda a cidade parava para que seus habitantes lessem. Esse projeto foi destaque em vários meios

---

<sup>23</sup> Disponível em <<http://www.morroreuter.rs.gov.br/projetos/6/>>. Acesso em: 29 nov. 2012.

de comunicação tanto locais, quanto regionais e nacionais como Jornal Nacional que noticiou a iniciativa em sua programação. É preciso destacar que desse projeto maior, que envolve toda a comunidade de Morro Reuter, existem ramificações nas escolas do município que visam integrar a comunidade da localidade no projeto, formando parcerias para promover o incentivo à leitura.

No ano de 2012, foi lançado o Projeto Leitura por Todos e para Todos<sup>24</sup> que incentiva a prática da leitura em diversos locais do município além da biblioteca municipal, como farmácias, postos de saúde e no comércio de forma ampla.

Esse projeto é operacionalizado mediante a distribuição de cestas de livros para que a população tenha acesso amplo e gratuito à leitura. Cabe destacar que a organização das cestas de livros conta com a ajuda de alunos da rede municipal que participam do projeto no contra turno escolar o qual é denominado Projeto Bom dia Escola<sup>25</sup>. Esse projeto, além de reforço nas atividades escolares e apoio à aprendizagem, oferece atividades de parceria com a comunidade, esportes e música, valorizando a formação intelectual e cultural de todas as crianças de forma ampla. É um projeto declaradamente inclusivo, pois faculta o acesso a todas às crianças.

O município não conta com um projeto específico de enfrentamento à questão da defasagem idade/série, mas, mesmo assim, é o segundo município com melhor índice da taxa na região, com 5,7%, e um total de 16 alunos na rede municipal em situação de defasagem.

Durante a coleta de dados, em entrevista com as coordenadoras pedagógicas do município, pôde-se perceber que o enfrentamento da problemática envolve ações mais amplas com a participação e engajamento de toda a comunidade da cidade. Ressalta-se as entrevistadas que todos os alunos, na condição de defasagem, são identificados pelas escolas e pela Secretaria de Educação que direciona, aos programas de apoio, a aprendizagem como o Projeto Bom Dia Escola e outros envolvendo as questões de aprendizagem e valorização humana vigentes.

---

<sup>24</sup> Disponível em <<http://www.morroreuter.rs.gov.br/noticias/102/>>. Acesso em: 29 nov. 2012.

<sup>25</sup> Disponível em <<http://www.morroreuter.rs.gov.br/projetos/5/>>. Acesso em: 29 nov. 2012.

A SMEC de Morro Reuter prioriza a autonomia escolar nas ações que envolvem os processos de ensino e aprendizado, tendo como referência a interlocução entre os profissionais que formam a equipe da SMEC, as equipes diretivas, os professores e demais membros da comunidade escolar.

Nas escolas municipais, a reformulação do PPPs iniciou em 2011. Nos PPPs o atendimento aos alunos, com dificuldade de aprendizagem, recebeu a atenção de acordo com a realidade sócio-educativa de cada escola.

Um exemplo dessas ações pode ser encontrado no PPP, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Réus que, em seu projeto, cita o Programa Escola Ativa<sup>26</sup>, que é de acordo com a descrição:

“Uma estratégia metodológica, voltada para a gestão de classes multisseriadas, que combina, na sala de aula, uma série de elementos e de instrumentos de caráter pedagógico/administrativo cuja implementação objetiva aumentar a qualidade do ensino oferecido naquelas classes.” (Morro Reuther, 2013).

Dentre seus principais objetivos encontram-se: corrigir a distorção idade/série, a participação das famílias na escola, a melhoria da qualidade do ensino fundamental e a redução das taxas de evasão e repetência. (Morro Reuther, 2013, p.19-20)

Com esse Projeto da Escola Ativa pode-se dizer que há, na escola, uma política de enfrentamento da questão da defasagem idade/série, uma vez que está contemplado em seu PPP da escola e é uma ação em andamento cujo primeiro objetivo é corrigir o índice de defasagem.

O atendimento aos alunos é priorizado no município através de programas de aprendizagem e permanência na escola. Esses programas podem ser de nível municipal, como Programa Entre Estrelas e Letras, o Programa Bom Dia, ou podem ser programas direcionados dentro das escolas como o Programa Laboratório de Informática Educativa. Ambos os programas visam à melhoria do ensino através de ações paralelas à rotina escolar.

---

<sup>26</sup> Disponível em CD-ROOM na Secretaria Municipal de Educação de Morro Reuter.

O programa do Núcleo de Atendimento Clínico (NAC), juntamente com as escolas, forma uma parceria para o atendimento aos alunos e aos professores em situações que envolvem a participação de outros profissionais além do setor da educação como a saúde e a assistência social. Através do NAC, há a identificação de casos que requerem uma ajuda mais especializada e, de acordo com percepção do diagnóstico, se realiza o encaminhamento ao programa das salas de AEE.

As ações são concomitantes e dependem, necessariamente, uma da outra para que se obtenha o resultado desejado na aprendizagem do aluno e no desenvolvimento das atividades pedagógicas na sala de aula e na escola.

A formação de professores, no município, compreende ações que envolvem o período de trabalho docente e ações de valorização à formação docente em horários diferenciados aos de trabalho.

No que se refere à formação docente em serviço, a capacitação ocorre a partir de necessidades que surgem em reuniões pedagógicas ou em grupos de estudos entre os professores. Em outros momentos, a formação de professores ganha um direcionamento indo ao encontro de temas de políticas educacionais que estão sendo implementadas no município. Em 2009, foi implantado o bloco de alfabetização compreendendo as primeiras séries do ensino fundamental. Nesse momento, a formação dos professores foi direcionada na Rede Municipal e nas escolas para esse tema norteador – a alfabetização. No ano seguinte, o tema escolhido, a partir desses encontros, foi a avaliação com oficinas sobre elaboração de pareceres descritivos, tema que estava em pauta devido às novas necessidades pedagógicas. Pode-se perceber que a formação docente surge de necessidades explicitadas pelo magistério e, a partir delas, há a elaboração de programas para aprimoramento docente. Essas ações são expressas através de oficinas, seminários e encontros com os professores e especialistas convidados.

A SMEC organiza parte desses eventos, mas, na maioria deles, auxilia as escolas, com financiamento e contato, para que a formação seja direcionada ao grupo de professores envolvidos, dando autonomia ao processo formativo, uma vez que compreende que a formação faz parte das necessidades específicas de cada grupo de professores envolvidos.

O município organiza, de dois em dois anos, o Seminário Internacional de Educação, evento de formação docente, que reúne professores em busca de qualificação e aperfeiçoamento. Esse evento ocorre há vários anos e se consolidou com o passar do tempo como uma ação de formação docente que envolve palestras, conferências, exposições e apresentações de práticas docentes de várias regiões do país e algumas participações de países latino-americanos, principalmente no que se refere à leitura.

A organização curricular, no município, nas séries iniciais, poderia ser classificada em dois blocos. O primeiro bloco compreende o ensino do 1º ao 3º ano e envolve atividades globalizadas, dando aos alunos oportunidades de aprendizagem. A promoção é automática e a avaliação ocorre por pareceres descritivos que mostram a evolução do aluno dentro das atividades trabalhadas.

Nesse bloco, que envolve os três primeiros anos, de acordo com o PPP da EMEF Padre Réus:

“a escola poderá organizar classes ou turmas com educandos do mesmo ano ou de anos distintos, em níveis equivalentes de objetivos e de conteúdos, para garantir a aprendizagem e os conhecimentos básicos necessários para o pleno desenvolvimento da leitura, da escrita e cálculo estabelecidos e a continuidade nos estudos”. (Morro Reuther, 2013, p. 26)

A escola, conforme a citação, possui a autonomia de organizar os alunos em situação de não aprendizagem, recolocando-os em grupos com maiores afinidades em termos de aprendizagens, visando prevenir possíveis casos ou situações de não aprendizagem. A flexibilidade dada ao processo encaminha para o sucesso, nesse período tão delicado da escolaridade, qual seja o da alfabetização.

O segundo bloco compreende o 4ª e 5º ano e nele há a possibilidade de retenção na série de frequência. Nesse bloco a avaliação é compreendida como classificatória e é expressa a cada trimestre por Parecer Descritivo. A organização curricular é dada por blocos que formará um, ao final do ano, único registro para o Ensino Globalizado.

O município de Morro Reuter tem em seu sistema educacional uma grande variedade de projetos para melhoria da qualidade da educação municipal.

Além dos programas e projetos já elencados, há o Projeto União Faz a Vida<sup>27</sup>, realizado em parceria com o Banco Sicredi. Nele as escolas da rede municipal participam com objetivos de valorização, da cooperação entre pessoas e instituições. No município, foi implantada a primeira cooperativa escolar com a proposta de estruturar, nas relações escolares e pessoais, o vínculo cooperativo, um ajudando o outro para crescerem juntos. Dessa parceria, algumas ações de fortalecimento estão sendo realizadas como o intercâmbio com a cidade de Sunchales, na Argentina, onde a cada ano, desde 2006, um grupo de alunos visita a cidade em atividades de estudo e cooperação. O mesmo ocorre com o grupo argentino, que vem a Morro Reuther uma vez ao ano, para promover o intercâmbio estudantil.

A estruturação das bibliotecas escolares, na rede de ensino, também chamou a atenção na presente pesquisa, pois é sabido que as escolas devem ter, em sua estrutura organizativa, o espaço destinado à pesquisa e ao estudo, denominado Biblioteca Escolar. Porém, em Morro Reuter, esse espaço apareceu de forma diferenciada, surgiu como um elemento de intervenção e apoio à aprendizagem dos alunos, através do incentivo direto à leitura e, posteriormente, como citado pelas coordenadoras pedagógicas do SMEC, a interpretação e compreensão do que está sendo lido. O educando, dessa maneira, conseguirá ter noções do que o cerca lendo e compreendendo sua realidade para assim ser parte dela no seu processo de transformação social.

Cada escola municipal tem uma biblioteca e cada uma tem um patrono, que visita regularmente a escola e torna-se conhecido pelos alunos, criando um vínculo entre o espaço e seu homenageado. A aproximação com as pessoas tem a finalidade de levar o aluno a “*amar a leitura pelo longo de sua vida*”, uma vez que ele fez parte de seu crescimento físico e intelectual.

O município aderiu ao Programa Federal Pacto Pela Alfabetização na Idade Certa, tendo em vista a formação docente prevista pelo programa e o alargamento de oportunidades às professoras em terem a formação docente direcionada à alfabetização dos anos iniciais.

---

<sup>27</sup> Disponível em <<http://www.morroreuter.rs.gov.br/projetos/7/>>. Acesso em: 29 nov. 2012.

O município de Morro Reuther, portanto, tem investido, significativamente, em políticas de melhoria do ensino público municipal através, principalmente, de políticas direcionadas à leitura.

Embora não encontrada uma política direcionada especificamente à problemática da defasagem idade/série, cabe destacar que políticas paralelas mostram que a garantia de uma educação de qualidade tem se destacado na rede de ensino através de programas de incentivo à aprendizagem dos alunos da rede municipal de forma ampla e direcionada a um ensino de forma integral.

As políticas de formação de professores também nos dão subsídios para a afirmação de que o ensino, de forma totalitária, garante resultados que envolvem a formação humana para além de resultados desejáveis nas escolas, envolvem a formação de sujeitos e sua comunidade de forma ampla.

## **7.8 Nova Hartz**

O nascimento da cidade de Nova Hartz<sup>28</sup> se deu por meio da colonização alemã a partir de 1947 (tendo sua emancipação política em 1987), que trouxe para o Vale dos Sinos inúmeras famílias na primeira metade do século passado. De lá para cá, a cidade recebeu contingentes populacionais de origens diversas, especialmente atraídas pelas indústrias de calçado que se instalaram no município e hoje se constituem como a principal economia.

Na área da educação, no ano de 2009, Nova Hartz contava com 15 (quinze) escolas municipais de educação básica e com 43 (quarenta e três) professores concursados. A matrícula era de 1.210 alunos, no ano de 2009, e a taxa de distorção idade/série correspondia a 12,4%, ou seja, 151 alunos com defasagem de idade em relação à série de estudos.

A coleta de dados envolveu 05 (cinco) visitas à Secretaria de Educação, sendo que apenas uma pessoa foi direcionada a estar participando da pesquisa com as informações necessárias quanto a ações do governo municipal. Esse

---

<sup>28</sup> Texto elaborado a partir de informações adquiridas no site <[www.famurs.com.br](http://www.famurs.com.br)>. (Acesso em: 07 nov. 2012) e nas informações contidas no site da Prefeitura Municipal de Nova Hartz <[www.novahartz.gov.rs.br](http://www.novahartz.gov.rs.br)>. (Acesso em: 07 nov. 2012).

direcionamento específico, a uma única pessoa dentro da secretaria, trouxe alguns transtornos à coleta de dados, pois a referida coordenadora atua, profissionalmente, em duas redes de ensino de dois municípios bastante distintos, o que acarretou na dificuldade em encontrá-la na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (SME). Cabe destacar, também, que apenas com muita persistência se conseguiu o acesso aos poucos documentos disponibilizados para consulta.

O município possui poucos registros sobre a sua história educacional formal. A SMEC não conta com arquivos que remetam a publicações em periódicos; tampouco, a documentos que possam contar como a educação se estabeleceu e se fortaleceu no município. Pela falta de documentação que desse vistas a programas e ações governamentais municipais, a presente pesquisa não pôde contar com análise de programas específicos que remetessem a políticas públicas municipais para a melhoria da educação básica.

Dessa forma, optou-se pela análise dos poucos documentos oferecidos pela SMEC e entrevista com a coordenadora pedagógica indicada pela secretaria, que acompanha, de forma sistêmica, as ações mais próximas da defasagem idade/série sendo a única pessoa de acesso e de interlocução entre a pesquisa e o município.

No ano de 2009, o município possuía uma taxa de defasagem idade/série calculada em 12,4% do total de alunos matriculados no ensino fundamental básico na rede pública municipal. Esse índice, quando analisado a partir dos micros dados, mostra uma acentuada diferença entre as zona urbana e rural como podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 04 - Taxa de distorção idade/série em Nova Hartz em 2009

Localização territorial	Taxa de Distorção Idade/Série
Municipal Urbana	11,8%
Municipal Rural	21,4%
Total municipal	12,4%

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

A taxa geral do município equipara a diferença entre as demarcações demográfica, porém o valor de diferença entre as localidades, 9,4%, é relevante para análise. O município possui programas de atendimento nas escolas situadas na zona rural, entretanto podemos observar, pelos dados acima, que esses programas podem não estar sendo significativos para a melhoria da qualidade da educação oferecida.

A partir da entrevista realizada com a coordenadora pedagógica, observou-se que a SMEC conta com um quadro reduzido de profissionais, o que a levou a recorrer a uma empresa terceirizada denominada ONG-PovoAção<sup>29</sup>, para realizar o levantamento da situação educacional do município no que se referia à defasagem idade/série. Nesse momento, o problema da defasagem foi mapeado em termos de alunos com dificuldades de aprendizagem entre outras problemáticas educacionais as quais se observou necessidade de um acompanhamento pedagógico e medidas mais direcionadas para sua solução.

A partir desse levantamento, realizado pela empresa terceirizada, a SMEC, teve um panorama da situação educacional municipal, direcionando, então, o encaminhamento de projetos e de pedido de recursos para a área da educação.

Esse panorama da situação educacional poderia ser refletido de acordo com Costa (2011), que fala da privatização do ensino e da educação quando a educação passa a terceiros, podendo descaracterizar a cultura e as necessidades locais daquela comunidade.

Existe o registro relatado pela coordenadora da SMEC de que o município de Nova Hartz já contou com um programa de aceleração da aprendizagem específico da rede municipal, porém não foi encontrado nenhum documento que pudesse mostrar quando e como ocorreu esse programa. Devido à dificuldade quanto ao acesso a esses documentos, para análise na pesquisa, pode-se questionar essa falta de registro ou o descaso com a temática, uma vez que compreende que a falta de comprometimento, com determinadas ações, é resultante da falta de interesse dos envolvidos. Permanece a dúvida se realmente inexistem

---

<sup>29</sup> Conforme declaração assinada em 12 de janeiro de 2008 pelo então Prefeito Municipal Arlem Tasso.

documentos ou se prevaleceu o descaso com a pesquisa e o desinteresse em prestar informações.

Atualmente, a rede de ensino não conta com um programa específico para o enfrentamento da defasagem idade/série.

No que se refere ao atendimento aos alunos em defasagem idade/série, algumas questões iniciais demandam reflexão quanto à implantação de políticas de apoio à aprendizagem do aluno.

A partir do diálogo estabelecido em entrevista realizada com a coordenadora pedagógica do município, ela expressou que a atual gestão política do município iniciou seu mandato no ano de 2005/2008. Nesse período, algumas dificuldades administrativas foram encontradas no que se refere à elaboração de políticas educacionais para as escolas da rede devido à falta de conhecimento que a administração tinha da situação educacional no município. Para solução dessa dificuldade de reconhecimento da rede de ensino, a gestão, no ano de 2008, firmou parceria com a ONG-PovoAção que teve como um de seus objetivos a realização de mapeamento dos alunos com dificuldade de aprendizagem na rede municipal de ensino.

Desse mapeamento, de acordo com a coordenadora pedagógica, foi possível identificar quais eram as escolas onde havia mais casos de alunos em situação de não aprendizagem, quais eram as turmas e quais as formas de intervir para que a realidade pudesse ser modificada. A ONG-PovoAção realizou assessoria para atendimento nas escolas, sugerindo mudanças e auxiliando em intervenções para a melhoria do ensino. Algumas ações realizadas pela ONG remetem a adaptações curriculares a alunos com NEE, reformulando a grade curricular para que esses alunos pudessem avançar nos estudos de acordo com suas possibilidades.

No que se refere a adaptações curriculares, cabe destacar a importância dessa política educacional para o desempenho escolar dos alunos e para as práticas dos professores envolvidos com a aprendizagem. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais Adaptações Curriculares<sup>30</sup>, toda e qualquer adaptação

---

<sup>30</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais Adaptações Curriculares: Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.

promovida ao aluno com NEE deve ser pensada pelo professor e apoiada por especialistas em educação para garantir a integridade de aprendizagem ao aluno a partir de suas possibilidades.

Ao permitir que uma ONG interfira no processo de ensino e aprendizagem, solidificando mudanças significativas na estrutura escolar, a SMEC, transfere a possibilidade de ser autora de uma política específica para a sua comunidade escolar, pois a terceirização, possivelmente, dificulta o acompanhamento das mudanças que estão sendo realizadas. Da mesma forma que a avaliação do processo tende a ser prejudicada devido à ausência de interlocução entre sujeitos aprendentes, os professores e a equipe da SMEC, uma vez que o processo foi acompanhado pela ONG.

Desse mesmo mapeamento, outras políticas foram sugeridas ao município como a criação do Núcleo de Atendimento Especializado, que conta com profissionais de diversas áreas como fonoaudióloga, psicopedagoga, psicóloga, entre outros. Com relação aos alunos com NEE, cujas síndromes ou deficiências requerem cuidados mais específicos, o município firmou parceria com o Instituto HELF da cidade de Taquara para atendimento.

Aos alunos cujas NEE requerem atendimento direcionado na sala de aula, a SMEC implantou o Projeto de Atendimentos Terapêuticos (ATs). Trata-se de uma parceria com empresa de estágios curriculares já que a perspectiva é de aprendizagem às estudantes de magistério e pedagogia e de auxílio ao professor em sala de aula com os alunos com dificuldades.

Quanto à formação de professores, o município tem investido em ações de parceria com o Governo Federal, promovendo formações a partir da Plataforma Freire e de programas específicos como o Pró-Letramento e a formação para atuação nas salas de recurso multifuncionais.

A SMEC ofereceu diversos programas de formação continuada em parceria com a ONG-PovoAção como a Conferência sobre educação popular e escola cidadã, a organização do curso de qualificação profissional “Gestão Democrática diálogos com os sujeitos da educação” e outras diversas palestras direcionadas ao projeto de governo que envolvia a Gestão Democrática. Todos direcionados pela ONG, dando

autonomia à empresa privada para implantação de ações de democracia dentro do sistema de ensino municipal. O conjunto de ações, realizadas pela ONG-PovoAção no município, não foi institucionalizado mediante documentos legais, empenhos financeiros ou outro procedimento a não ser uma declaração assinada em 12 de janeiro de 2008 pelo então prefeito municipal.

De forma geral, não foi possível perceber uma proposta de política educacional estruturada para o enfrentamento da problemática da defasagem idade/série. Embora o município tenha ações direcionadas para o atendimento ao aluno com dificuldade de aprendizagem e com NEE, ações mais articuladas quanto à defasagem idade/série poderiam garantir um ensino de qualidade aos alunos da rede municipal de ensino, priorizando o ensino com a aprendizagem de fato.

## **7.9 Novo Hamburgo**

A cidade de Novo Hamburgo<sup>31</sup> teve sua origem na colonização alemã iniciada em 1824 com os imigrantes que chegavam da Alemanha e estabeleceram moradia com suas famílias. A emancipação política ocorreu em 1927, quando desvinculou seu território da cidade de São Leopoldo e iniciou um novo momento de sua história.

Territorialmente, a cidade não teve mudanças, com nenhuma desvinculação de vila ou bairros para se tornarem cidades. O mesmo território, emancipado em 1927, permanece até os dias atuais. Entretanto, sua população cresceu de forma muito significativa perante os demais municípios da Região do Vale do Rio dos Sinos. Isso devido ao fortalecimento econômico, proporcionado pelas diversas indústrias do setor coureiro calçadista que aqui se instalaram e fizeram com que Novo Hamburgo se tornasse a Capital Nacional do Calçado entre as décadas de 70/80. A variedade econômica, que surgiu com o fortalecimento da indústria, fez com que a cidade hoje tenha uma ampla e variada economia, solidificada em ações e projetos que envolvem desde o setor industriário, do comércio até de serviços e lazer. A cidade é sinônimo de desenvolvimento e de investimento em todo o território nacional,

---

<sup>31</sup> Texto elaborado a partir de informações adquiridas no site <[www.famurs.com.br](http://www.famurs.com.br)>. (Acesso em: 09 nov. 2012) e nas informações contidas nos site da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo <<http://www.novohamburgo.rs.gov.br/modules/catasg/novohamburgo.php?conteudo=70>>. (Acesso em: 09 nov. 2012).

reconhecida, ainda, internacionalmente pelas Feiras Calçadistas como a FENAC e a FIMEC.

Na área da educação, no ano de 2009, Novo Hamburgo contava com 70 (setenta) escolas municipais de educação básica e com 606 (seiscentos e seis) professores concursados. A matrícula era de 15.464 alunos no ano de 2009 e a taxa de distorção idade/série correspondia a 15,4%, ou seja, 2.381 alunos com defasagem de idade em relação à série de estudos.

No que se refere à educação, a cidade, ao longo da história, sempre se destacou como referência às demais cidades de colonização alemã em todo o Estado do Rio Grande do Sul seja pelos investimentos das escolas comunitárias e de ordem confessional que logo se instalaram no município, seja pelo apoio da comunidade que priorizava o ensino e a religião na vida social.

De acordo com Sarlet (1994), o ensino, na cidade de Novo Hamburgo, era priorizado pela maioria dos imigrantes alemães instruídos, que desejam o ensino das letras aos jovens de toda a comunidade e, por isso, a prioridade logo com a chegada era a construção da igreja, a maioria de ordem luterana no início, e uma sala para ser escola e ensinar as crianças da comunidade.

Essa priorização no ensino fez com que Novo Hamburgo, ao longo de sua história, conseguisse implantar um ensino público de qualidade que, por muitas vezes, se tornou referência aos demais municípios da Região. Referência pelos investimentos sempre em grande escala, pelas ações que contemplavam desde a formação de professores até o atendimento a alunos em contra turno através de projetos de valorização e incentivo à aprendizagem, à formação humana e aos esportes, desde meados da década de 1980.

Atualmente, o município passa por um período de transformação no campo educacional através de projetos amplos que contemplam um número significativo de alunos e professores na rede municipal de ensino, como o *Projeto da Escola Cidadã: Participação e Qualidade para que Todos possam Aprender*<sup>32</sup>, implantado na cidade no ano de 2009.

---

<sup>32</sup> O Projeto da Escola Cidadã surgiu como proposta de governo no ano de 2008 pela então Setorial de Educação do Partido dos Trabalhadores de Novo Hamburgo, eleito em 2008, com administração

O projeto, inicialmente, pensado de acordo com o Projeto de Escola Cidadã, criado e implementado nos anos 80 na capital do Estado, Porto Alegre, ganhou novas referências e objetivos, buscando valorizar a participação da comunidade escolar nas decisões e avanços da área educacional, trazendo mais autonomia às ações didáticas, pedagógicas e administrativas das escolas da rede municipal hamburguense.

A partir desse Projeto, cujo principal enfoque está em torno dos processos de gestão democrática nos diversos níveis e setores educacionais, muitas ações foram realizadas na rede de ensino municipal que levaram em conta a formação e implementação do processo de autonomia das escolas. Pode-se citar a Eleição Direta de Diretores e a 1ª Conferência Municipal de Educação. Ambos os processos envolveram toda a comunidade escolar com a participação direta de pais, professores, gestores e alunos.

Quanto à coleta de dados, registro que esse foi o município de menor receptividade da pesquisa. A apresentação da pesquisa à Gerente responsável pelo Pacto da Aprendizagem somente foi possível após a comunicação à Diretora de Ensino de que o município seria o único dos 12 (doze) da Região do Vale do Rio dos Sinos que não seria contemplado na pesquisa pela falta de abertura e interesse sobre a temática, demonstrado pelas diversas remarcações de entrevistas, pela ausência em horários marcados e não retorno quanto a recados. Nesse momento, houve intervenção da Diretora de Ensino, para o agendamento e comparecimento da Gerente do Pacto no encontro. Cabe registrar que, em nenhum momento, a pesquisa foi negada formalmente por parte do município, a negatividade foi através de atitudes por parte da Gerência responsável pelo Pacto.

Dessa forma, foi possível realizar um único encontro nesse município. Para esse encontro, houve a combinação de que seria realizada entrevista e seria disponibilizado o material referente às ações do município no que se referiam às políticas educacionais que envolvessem a questão da defasagem idade/série, especificamente, o que não ocorreu na prática. Nesse encontro, apenas foi realizada entrevista. O material quanto ao Pacto, principal política do município no enfrentamento da defasagem idade/série, foi fornecido (uma única apresentação de PowerPoint), via email, após novos contatos com a Gerente. Um destaque para essa

ação refere-se que todo esse desfecho do processo de participação do município de Novo Hamburgo na pesquisa ocorreu após a metade do mês de dezembro de 2012, compreendendo seu término. Para análise desse município, optou-se pela busca de materiais em outras fontes fora da SMED, como no site do município, no jornal local e em materiais promocionais oferecidos pela Administração municipal.

No que se refere a ações, quanto à questão da defasagem idade/série, o município, no ano de 2011, lançou o Programa Pacto Pela Aprendizagem: Todos temos o direito de aprender<sup>33</sup>, que tem como meta “*Garantir o acesso e a permanência de todos os alunos com sucesso escolar*”, através de ações da Secretária Municipal de Educação e Desporto (SMED) em parceria com as escolas através de suas propostas pedagógicas e de uma rede de apoio interligada com outras secretarias do município como a Secretaria de Saúde e de Desenvolvimento Social, na busca pela qualidade do ensino.

Nesse sentido, o Projeto visa, entre outros objetivos: “*Diminuir os índices de reprovação através de uma atenção especial aos alunos (as) com dificuldades de aprendizagem, garantindo a qualidade social do processo de ensino e de aprendizagem para todos os alunos da RME*” (Novo Hamburgo, 2012), através de ações de valorização do ser humano, com apoio da comunidade escolar e da família. Uma vez que se compreende o ser humano como um todo, a sua formação deve ser conjunta para que consiga avançar com qualidade social e escolar.

O município tem investido em diversas ações para atendimento aos alunos de toda a rede. Disposto em realizar parcerias com os governos federal e estadual, tem garantido programas que atendem tanto a alunos quanto como a professores e comunidade escolar<sup>34</sup>, visando à melhoria da educação.

No que se refere à defasagem idade/série, o Projeto Pacto Pela Aprendizagem propõe a construção de estratégias didático-pedagógicas para recuperar alunos que apresentarem dificuldade, através de parcerias interinstitucionais e de reformulação de ações institucionais para atendimento aos

---

<sup>33</sup> O Programa Pacto Pela Aprendizagem – Todos Temos o Direito de Aprender surge como uma proposta da atual administração pública 2009/2012. Apesar de amplamente divulgado no município, e em plena efetivação nas ações educacionais da Rede Municipal de Ensino, não está efetivado como uma política pública educacional, estando sujeito a rupturas e descontinuidade ao término do mandato administrativo político atual.

<sup>34</sup> Podemos citar os Programas: Escola Aberta, Mais Educação, ProInfo, Uca – Programa Um Computador por Aluno, Mundinho – Projeto Municipal Um Computador por Aluno, Além dos Números, Além das Letras, Olimpíadas de Língua Portuguesa, Programa Dinheiro Direto na Escola, Plano de Desenvolvimento da Escola, entre outros diversos programas atualmente vigentes no município.

alunos com NEE e com dificuldades de aprendizagem, priorizando os alunos repetentes e multi repetentes.

A RME oferece aos alunos, em situação multi repetência (defasagem idade/série), diversos atendimentos direcionados à recuperação de suas dificuldades. Esses atendimentos são priorizados nas escolas onde os alunos estudam ou em caso de inexistência na referida escola de origem. É feito o atendimento o mais próximo possível de sua residência, para facilitar o acesso e a permanência no projeto e/ou programa. Esses atendimentos extracurriculares ocorrem nas Salas de Recursos Multifuncionais, nos Laboratórios de Aprendizagem, na Brinquedoteca, nos Laboratórios de Informática, nos diversos projetos oferecidos na escola como de Reforço Escolar e Apoio à Aprendizagem, entre outros. Além desses projetos mais direcionados ao espaço escolar, a RME oferece atendimentos aos alunos em outros espaços pedagógicos como no Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), Atelier Livre, Redes de Apoio/Atendimentos e através da Assessoria da SMED. Além do apoio ao aluno, cabe destacar que a SMED, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal de Saúde, oferece apoio e auxílio às famílias dos alunos envolvidos no Programa do Pacto Pela Aprendizagem, uma vez que compreende o aluno como sujeito com uma história de vida e uma família que o auxilia – ou não – no seu desenvolvimento humano e intelectual.

Quanto à formação de professores, a RME prioriza a formação continuada, abrangendo diversas formas e modalidades. Atualmente, o município conta com a formação em horário de trabalho, com a oferta de diversos cursos e capacitação durante a jornada escolar. O professor tem acesso a essa formação durante sua hora atividade, sem comprometimento de suas funções docentes. Também há diversas parcerias com instituições públicas e privadas que oferecem desde cursos e capacitação dirigidas a áreas temáticas quanto à graduação e pós-graduação. Todas as ações, de formação docente, são subsidiadas financeiramente pela SMED a todos os professores em exercício na RME. Através da formação docente, a SMED demonstra o entendimento de que uma educação de qualidade necessita de profissionais capacitados, comprometidos com os processos educativos de seus alunos e com sua carreira docente, revendo e reformulando, constantemente, seu modo de trabalho.

Há na RME também a parceria com o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Municipais de Novo Hamburgo (IPASEM/NH), com o Programa de Qualidade de Vida dos servidores municipais, para o qual os professores foram direcionados a um Programa de atenção à saúde docente denominado Viva Mais. Nesse programa, há a oferta de atendimento de fonoaudióloga, psicóloga, psiquiatra, nutricionista entre outros profissionais da área da saúde e bem-estar, cujo principal foco de atenção são os profissionais do magistério devido aos altos índices de afastamento do trabalho por motivos de saúde.

Quanto a ações curriculares, a SMED propõe autonomia às escolas para organização curricular, contemplando os conteúdos propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na matriz curricular do município. No ano de 2012, todas as escolas da rede reformularam seus projetos políticos pedagógicos, redirecionando às novas necessidades escolares vigentes em suas comunidades.

A partir de todas as ações anteriormente descritas, percebe-se que o município de Novo Hamburgo continua a se destacar na educação da Região do Vale do Rio dos Sinos, com programas e projetos educacionais que envolvem toda a comunidade hamburguense.

A SMED realiza ações inovadoras quanto ao desenvolvimento da autonomia escolar como a questão da eleição direta de diretores nas escolas municipais e prioriza o diálogo e a comunicação entre a comunidade escolar, dando voz a todos os envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem. A 1ª Conferência Municipal de Educação mostrou que a democratização do ensino é possível se articulada e pensada para todos os sujeitos envolvidos com os processos de ensino, foi uma demonstração clara de que a participação é possível à medida que é desejada pela administração pública.

No que se refere ao enfrentamento da defasagem idade/série, o município, com o programa do Pacto Pela Aprendizagem, concentra esforços em direcionar ações que envolvam toda a RME para a solução da problemática através da reflexão e de ações que norteiam o trabalho pedagógico para que haja a efetiva aprendizagem do aluno e seu sucesso posterior nos estudos. Apesar de não ser exposto como uma política educacional, vale destacar que as ações, realizadas pela

atual gestão, podem intervir, futuramente, na concepção de ensino e de aprendizagem dos professores que estão atualmente na RME, o que levaria à visão integral do aluno como sujeito em desenvolvimento intelectual e social, único em seu processo de aprendizagem.

### **7.10 Presidente Lucena**

O município de Presidente Lucena<sup>35</sup> é um dos mais jovens municípios da AMVRS, com data de emancipação em 1992.

A agropecuária é atividade econômica mais antiga no município e conserva ainda traços da época da colonização alemã. Porém tem se destacado pelas modificações a que vem tendo ao longo dos anos desde a emancipação. As lavouras vêm deixando de ser de subsistência para se tornarem comerciais, sendo o mercado da capital gaúcha o principal destino da maior parte da produção. Apesar desse crescimento significativo da economia agrária, o setor da indústria é a principal fonte econômica do município através, principalmente, da indústria de abate de aves, de indústrias de shimiery e produção de objeto de cimento. Com isso a cidade vem crescendo e se desenvolvendo economicamente.

O município tem disponibilizado toda sua legislação em um site específico,<sup>36</sup> vinculado com a Prefeitura Municipal, garantindo o acesso fácil e ilimitado a todas as informações de interesse público e privado sobre suas ações e projetos.

Na área da educação, no ano de 2009, Presidente Lucena contava com 05 (cinco) escolas municipais de educação básica e com 18 (dezoito) professores concursados. A matrícula era de 119 alunos no ano de 2009 e a taxa de distorção idade/série correspondia a 6,7%, ou seja, 08 alunos com defasagem de idade em relação à série de estudos.

---

<sup>35</sup> Texto elaborado a partir de informações adquiridas no site <[www.famurs.com.br](http://www.famurs.com.br)>. (Acesso em 09 nov. 2012) e nas informações contidas nos site da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo <<http://www.presidentelucena.rs.gov.br/?historia>> e <<http://www.presidentelucena.rs.gov.br/?dados-gerais>>. (Acesso em: 09 nov. 2012).

<sup>36</sup> Informações disponíveis no site <<http://www.leispresidentelucena.rs.gov.br/>>. (Acesso em: 09 nov. 2012).

O Presidente Lucena está escrevendo sua história educacional aos poucos pelos seus habitantes. O município teve o início de sua organização como sistema municipal de ensino no ano de 2009, com o projeto aprovado pela câmara de vereadores, em dezembro de 2011, extremamente recente se comparado aos demais municípios da AMVRS.

Quanto à coleta de dados, foram realizadas 04 (quatro) visitas à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo (SMEC), que conta com apenas a Secretária que acumula a organização e o planejamento das quatro pastas e uma coordenadora pedagógica, em regime de 20 horas semanais, que acumula duas funções: auxiliar a Secretária e realizar o acompanhamento pedagógico nas 05 (cinco) escolas municipais. A entrevista foi realizada com a Secretária de Educação na quarta visita ao município. Os materiais foram disponibilizados no site da prefeitura em cumprimento à lei de acesso à informação.

Em relação à questão da defasagem idade/série, o município não conta com uma política de enfrentamento a essa problemática educacional, mas vale ressaltar que é o município na Região do Vale do Rio dos Sinos com o menor número de alunos em situação de defasagem idade/série. Foram 08 alunos no ano de 2009, conhecidos pela secretaria de educação e com apoio nas escolas direcionado através do Projeto Político Pedagógico, de acordo com a atual Secretária de Educação do município.

No que se refere ao atendimento aos alunos em situação de defasagem idade/série, a secretaria de educação disponibiliza uma professora que divide sua carga horária nas escolas da rede, para atendimento específico às dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos. O trabalho ocorre em parceria com as professoras das turmas que orientam quais os conteúdos e quais as principais dificuldades apresentadas por cada aluno para que o trabalho tenha o melhor e mais rápido resultado possível. Essa não é uma ação específica apenas aos alunos em situação de defasagem idade/série, pois abrange e direciona o atendimento a todos os alunos com dificuldades de aprendizagem da rede de ensino.

Quanto à formação de professores, prioriza-se a formação continuada em trabalho, direcionando as necessidades da rede de ensino às temáticas nos cursos e seminários. Os professores que frequentam curso superior recebem auxílio do

município para o transporte e para as despesas com mensalidade. Esse incentivo está previsto no Plano de Carreira do Magistério Municipal. O número de professores da rede municipal, se comparado aos demais municípios, pode ser considerado pequeno, num total de 18 (dezoito) professores, todos buscando qualificação docente em cursos de graduação e pós-graduação, de acordo com a Secretária de Educação.

Torna-se pertinente destacar que, no período em que essa pesquisa se propõe a analisar, o município de Presidente Lucena implantou diversas ações que devem estar agindo diretamente nas políticas educacionais municipais como criação do Sistema Municipal de Ensino de Presidente Lucena em 2009, a reestruturação do Conselho Municipal de Educação em 2011, criação dos Conselhos Escolares em 2010, a revisão dos Planos de Estudos da Rede Municipal em 2011 e a reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas municipais em 2012. Todas essas ações compreendem o período administrativo de 2009/2012, sugerindo descontinuidade no próximo mandato político, pois houve troca de governo após as eleições de outubro de 2012.

Identifica-se, na rede municipal, o incentivo a ações paralelas às curriculares que valorizam a formação integral do aluno a partir de sua comunidade. Um exemplo é o Programa de Educação e Integração Comunitária e Social (PEICS), que prevê o atendimento aos alunos no contra turno escolar, com atividades direcionadas a cada escola para seu grupo de alunos. Também há o destaque que, na rede de ensino, a língua alemã é valorizada e apoiada dentro do currículo escolar, já que os alunos têm aulas de alemão oficial em paralelo com o dialeto falado na cidade.

De forma geral, não foi possível identificar uma proposta educacional estruturada para a recuperação dos oito alunos em situação de defasagem idade/série no município.

Tomando por base de análise não as políticas educacionais, mas o contexto do ensino municipal na cidade de Presidente Lucena, que pelo número de habitantes, possibilita que haja o conhecimento da maioria da comunidade residente na cidade, resgatando o reduzido número de alunos em situação de defasagem idade/série pode-se questionar o quanto a problemática recebe, de fato, atenção da

administração municipal, pois a Secretária de Educação conhece cada aluno, sua história de vida, sua família e, possivelmente, cada membro que a compõe, seria essa a situação que muitos autores e pesquisadores identificam como a ideal para que ações direcionadas sejam efetivadas, promovendo a aprendizagem e o sucesso escolar dos alunos com dificuldades de aprendizagem em situação de defasagem idade/série. Portanto, questiona-se o que estaria faltando para que a administração municipal criasse e implantasse uma política educacional para o enfrentamento e solução dessa problemática educacional? Essa pergunta não é passível de resposta na atual conjuntura política administrativa no município, mas nos leva a pensar o quanto a defasagem idade/série ainda necessita ser revista e pensada pelo governo municipal.

### **7.11 São Leopoldo**

A cidade de São Leopoldo<sup>37</sup> é considerada o berço da colonização alemã no Brasil. Os primeiros imigrantes chegaram em 1824 e instalaram-se na em uma sede do governo desativada até que lotes de terras lhe fossem entregues para que estabelecessem moradia com suas famílias. Logo nos anos seguintes a vinda de mais imigrantes fez com que a expansão a terras mais longínquas se tornasse necessária; dessa, forma houve a expansão territorial por todo o Vale do Rio dos Sinos, dos imigrantes vindos da Alemanha.

Pode-se dizer que todas as cidades, que formam a Região do Vale do Rio dos Sinos, atualmente, foram, em algum momento de sua história, pertencentes territorialmente a São Leopoldo.

Na área da educação, no ano de 2009, São Leopoldo contava com 46 (quarenta e seis) escolas municipais de educação básica e com 570 (quinhentos e setenta) professores concursados. A matrícula era de 12.368 alunos, no ano de 2009, e a taxa de distorção idade/série correspondia a 19,5%, ou seja, 2.412 alunos com defasagem de idade em relação à série de estudos.

---

<sup>37</sup> Texto elaborado a partir de informações adquiridas no site <[www.famurs.com.br](http://www.famurs.com.br)>. (Acesso em: 09 nov. 2012) e nas informações contidas nos site da Prefeitura Municipal de São Leopoldo <<http://www.saoleopoldo.rs.gov.br>>. (Acesso em: 19 dez. 2012).

A coleta de dados, na Secretaria de Educação, envolveu 02 (duas) visitas, sendo que em uma delas foi apresentada a pesquisa e marcada a entrevista com a coordenadora do projeto de aceleração da aprendizagem no município e na visita seguinte foi realizada a entrevista e a coleta dos dados. Houve a participação plena do município na pesquisa, com total disponibilidade de materiais e documentos que vieram a contribuir para a realização da análise dos dados do município.

No que se refere à educação, São Leopoldo tem tido muitos avanços, implementando políticas e cumprindo com a legislação atualmente vigente. Criou, antes dos demais municípios do Vale, o Conselho Municipal de Educação que, em 2012, completou 40 anos de atuação. Também devemos destacar a lei de acesso à informação: São Leopoldo é um dos dois únicos municípios da AMVRS, cuja legislação municipal está toda disponível à consulta pública na Secretaria Municipal de Educação e no site da mesma, com acesso fácil e irrestrito, sem senhas ou autorizações prévias. O município demonstra, dessa forma, que o acesso às informações, sobre como se pensa e se faz educação, não é apenas de responsabilidade do governo em exercício, mas sim de toda a comunidade leopoldense.

Seguindo esse mesmo ideário, em 2006, a Secretaria Municipal de Educação lançou o Projeto Memória Escolar: Escolas Municipais de São Leopoldo, que visa retomar a história das escolas municipais, utilizando-se da metodologia da História Oral e de consulta a documentos. Esse é um projeto amplo e, sem dúvida, de extrema relevância para a história da educação no município.

No que se refere à questão da defasagem idade/série, o município de São Leopoldo possui um programa específico para enfrentamento dessa problemática educacional desde o ano de 2010, denominado *Projeto Seguindo em Frente*, que será descrito de acordo com a proposta da SMED e dos documentos secundários que foram disponibilizados em sua íntegra para essa pesquisa.

O projeto de aceleração da aprendizagem no município de São Leopoldo surgiu a partir da constatação por parte da Secretaria de Educação e de equipes diretas de que alunos, com descompasso entre a idade regular da matrícula e o ano/série de frequência escolar, tinham dificuldades de relacionamento com os colegas da

turma e apresentavam maior dificuldade em acompanhar os conteúdos que já haviam sido anteriormente vistos no ano anterior, pois estavam repetindo a série de estudos.

Essa percepção foi além. A equipe da SMED, ao acompanhar alguns desses alunos, identificou que apresentavam problemas de autoestima, não conseguindo acreditar que era possível aprender e seguir com os estudos escolares. Sobre essas constatações a equipe de supervisão do pedagógico da SMED foi indagada nos anos de 2008/2009, quanto à reestruturação de ações pedagógicas que envolvessem esses alunos, pensando em formas de recuperá-los nas questões de ensino e aprendizagem.

Em 2010, os índices de defasagem idade/série, de acordo com a supervisora, continuavam preocupantes e a evasão estava se destacando cada vez nas planilhas das escolas municipais. Surgiu, então, a parceria entre as três escolas cujos índices de defasagem idade/série estavam muito elevados perante o restante da rede e o setor pedagógico da SMED para a criação de um programa de aceleração da aprendizagem que pudesse intervir, de forma pontual e sistêmica, na problemática em questão.

O foco do Projeto Seguindo em Frente está no oferecimento de novas práticas pedagógicas para estudantes que não conseguiram se beneficiar da escolarização no tempo regular. Seu principal objetivo é possibilitar que os estudantes, com defasagem entre idade e ano/série, tenham oportunidade de ampliação de conhecimentos e reintegração no fluxo escolar, por meio de uma proposta de aceleração da aprendizagem na perspectiva da interdisciplinaridade, problematizando o currículo e a reestruturação curricular que possibilite a correção e a manutenção do fluxo escolar.

Esse programa conta com objetivos específicos que ressaltam ações de estímulo à aprendizagem e ao desenvolvimento social dos alunos. As ações envolvem atividades pedagógicas diversificadas e também de valorização pessoal através da recuperação da autoestima e estímulo à autonomia. Dessa fica fortalecida a confiança dos estudantes em seus próprios processos de aprendizagens, valorizando a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social.

Inicialmente, em 2011, o programa abrangeu três escolas da rede municipal. Com os resultados obtidos, outras escolas também se interessaram pelo programa e em 2012, sete escolas participaram. Os critérios de seleção das escolas, para participação no programa, envolvem, primeiramente, o interesse da comunidade escolar no projeto. Em seguida, são observadas as taxas de defasagem idade/série e os índices da escola nas avaliações externas como IDEB e Prova Brasil. Observe, também, a estrutura física da escola e o engajamento da equipe diretiva e comunidade escolar na construção de uma proposta de reestruturação curricular da escola.

Podem ser alunos participantes do projeto de aceleração de aprendizagem todos aqueles que estiverem defasados em relação à idade/série de estudos.

Os professores envolvidos com o projeto são selecionados a partir do interesse e motivação quanto à proposta. Foi observado, também, a motivação e a atitude positiva do professor em relação aos estudantes e ao seu processo de aprendizagem, valorizando suas possibilidades. A supervisora da SMED afirmou que apenas dois professores selecionados para o programa tiveram que ser substituídos por não corresponderem ao perfil do projeto que envolve ações interdisciplinares, uma vez que compreende o currículo direcionado a todas as disciplinas para favorecer o vínculo entre professor e aluno no processo de aprendizagem.

A estrutura curricular das turmas de aceleração envolveu níveis de ensino, que correspondiam às séries iniciais do ensino fundamental e às séries finais. O Nível 1 corresponde aos estudantes de ensino fundamental com defasagem idade/série, com foco nos processos de alfabetização e de letramento. O Nível 2 corresponde aos estudantes do ensino fundamental com defasagem idade/série com foco no processo de consolidação da alfabetização. Os Níveis 3 e 4 envolviam as séries finais do ensino fundamental e a possibilidade de avanço para o ensino médio.

A avaliação do Projeto tem como perspectiva a valorização da trajetória de cada estudante, considerando a experiência de vida e conhecimentos anteriores para, a partir delas, garantir que suas potencialidades e conhecimentos sejam formalizados e valorizados no ambiente escolar. A avaliação docente, nesse programa, é

realizada através de pareceres descritivos entregues às famílias somente ao final do ano letivo, o que garantiria a continuidade do processo educativo sem interrupções.

Esse programa recebe atenção direta da Secretaria de Educação que, através da Diretoria Pedagógica, que criou um grupo de trabalho responsável pelo Projeto Seguindo em Frente, que deverá realizar o acompanhamento, oferecendo subsídios e formação às equipes diretivas, professores, estudantes e familiares. Após a correção e a reintegração do estudante no fluxo escolar, as supervisoras do setor Pedagógico da SMED acompanharam o estudante até a conclusão do ensino fundamental.

Dessa forma, podemos afirmar que o município de São Leopoldo tem, atualmente, uma política de enfrentamento à problemática da defasagem idade/série que corresponde a ações pontuais de intervenção e correção do fluxo escolar. Destaca-se, também, que há o comprometimento da SMED em acompanhar os alunos participantes do projeto através de ações direcionadas a atendimentos especializados até a conclusão do ensino fundamental.

## **7.12 Sapiranga**

A cidade de Sapiranga<sup>38</sup> tem ligação com a imigração alemã e suas terras foram sendo ocupadas pelos imigrantes vindos da Alemanha. Cabe destacar que Sapiranga possui, em sua história, um dos pontos mais marcantes da colonização alemã no Estado, denominado a Revolta dos Mucker, conflito que envolveu religião e medicina e que acarretou em diversas mortes de seguidores da então fundada seita dos Muckers. Esse foi um ponto da história da colonização que marcou toda a Região do Vale do Rio dos Sinos por envolver um conflito entre os principais pontos de interesse político naquela época.

O município de Sapiranga teve sua emancipação política no ano de 1955 devido ao crescimento populacional e à instalação de fábricas calçadistas que deram um

---

<sup>38</sup> Texto elaborado a partir de informações adquiridas no site <[www.famurs.com.br](http://www.famurs.com.br)>. (Acesso em: 09 nov. 2012) e nas informações contidas nos site da Prefeitura Municipal de Sapiranga <<http://www.sapiranga.rs.gov.br>>. (Acesso em: 19 dez. 2012).

impulso à economia da cidade. Atualmente, as principais atividades econômicas do município são as indústrias de calçados, metalúrgicas e o setor comerciário.

Na área da educação, no ano de 2009, Sapiranga contava com 34 (trinta e quatro) escolas municipais de educação básica e com 210 (duzentos e dez) professores concursados. A matrícula era de 4.868 alunos, no ano de 2009, e a taxa de distorção idade/série correspondia a 15,1%, ou seja, 735 alunos com defasagem de idade em relação à série de estudos.

Quanto à coleta de dados, foram realizadas 06 (seis) visitas à Secretaria de Educação, duas das quais anteriores às eleições municipais de outubro de 2012. As demais visitas ocorreram posteriormente ao período eleitoral, com o qual trouxe uma ruptura do governo atual que não dará continuidade ao seu projeto administrativo no município. Após o período eleitoral, pôde-se perceber um distanciamento de interesses quanto à participação do município na pesquisa, ressaltado com a falta de receptividade, a negação quanto à entrevista com o setor pedagógico do município e o alcance de documentos necessários à pesquisa.

No que se refere à educação, a história do município não foi registrada para as gerações que chegam aos dias atuais, pois não se encontraram na Secretaria de Educação documentos, fotos ou projetos que pudessem recontar como a educação foi planejada e/ou formulada ao longo dos anos.

Mesmo com esse aparente anulamento da história no município, consta registrado, através da pesquisa de mestrado de Pires (2006), que Sapiranga, no ano de 1997, foi convidado para integrar o Programa Acelera Brasil, do Instituto Ayrton Senna (IAS). A parceria teria sido realizada juntamente com o Instituto, o MEC, o BNDES e a Petrobrás. Seu principal objetivo foi corrigir o fluxo escolar dos alunos das séries do ensino fundamental, com alunos de 1ª a 3ª séries defasados em idade/série, no mínimo dois anos, trabalhando com conteúdos escolares até a 4ª série. De acordo com a investigação realizada por Pires, na época, o município de Sapiranga chegou a lançar um jornal para divulgar as ações do Acelera Brasil na rede de ensino, porém a presente pesquisa, mesmo de posse do referencial citado, não localizou nenhum documento na SMED, nem na Biblioteca Municipal de Sapiranga que trouxesse informações sobre o referido Programa.

Dessa forma, mesmo tendo o conhecimento de uma política tão focada no enfrentamento da defasagem idade/série, na história do município, tornou-se inviável sua análise, uma vez que se tem o conhecimento informal de que o rompimento com o Programa ocorreu no ano de 2006, início de um novo mandato político<sup>39</sup> na cidade e o resgate histórico não foi possível devido ao tempo da presente pesquisa.

Durante a entrevista, realizada com uma das coordenadoras pedagógicas do município, ela informou estar na rede municipal há 16 (dezesesseis) anos, sendo professora concursada do quadro efetivo. Quando questionada sobre o Programa Acelera Brasil, informou não ter conhecimento sobre a causa da ruptura do município com o Instituto, mas informou, também, que os professores da rede de ensino não se sentiam à vontade com a vigilância que o Programa exercia sobre as ações docentes tanto em termos de conteúdos, a serem aplicados, quanto à avaliação realizada com os alunos. Havia, paralelamente, a avaliação das ações docentes, o que estava interferindo na formação continuada dos professores que participavam do programa, pois esses recebiam formação específica para aplicarem o manual de trabalho proposto pelo IAS; formações paralelas não eram aceitas pelo programa com a justificativa de desviar do foco da proposta.

Durante a conversa<sup>40</sup>, outras questões foram surgindo sobre essa parceria entre o IAS e a SMEC de Sapiranga e ao desfecho do tema. A referida coordenadora sugeriu que a atual gestão, ao entrar no governo, avaliou o programa e, administrativamente, chegou à conclusão de que não era necessária essa parceria que há tanto tempo existia no município. O que se tornava necessário era o investimento em outros programas que pudessem intervir nas questões de aprendizagem de todos os alunos da rede e não apenas àqueles que estavam já em situação de exclusão. Dessa forma, optou-se pela criação e fortalecimento de políticas que contemplassem toda a rede municipal de ensino e todos os alunos

---

<sup>39</sup> Compreendendo a importância do Projeto Acelera Brasil, no município de Sapiranga, no que se refere a políticas públicas educacionais, para a correção da defasagem idade/série, e ignorando sua anulação na história educacional do município, torna-se necessário destacar que a interferência política partidária teria influência nesse processo. Nos anos de 1996 até 2003, a cidade foi administrada por prefeito vinculado ao PPB. Sua sucessão foi por seu aliado municipal, o PP, que, em 2006, teve seu mandato revogado pelo Supremo Tribunal de Justiça Federal pelos crimes de abuso de poder econômico e de autoridade, ocorridos durante a campanha eleitoral de 2004, assumindo a administração municipal o segundo colocado nas eleições, vinculado ao PT, que se reelegeu em 2009, estando no poder, portanto, ao longo de 2006/2012.

<sup>40</sup> Essa conversa foi gravada, porém, ao seu término, não foi autorizada a publicação, estando arquivada nos documentos da presente pesquisa.

matriculados, sem distinção, o que, de acordo com a coordenadora, teria dado resultados positivos à rede de ensino.

No que se refere ao atendimento aos alunos em situação de defasagem idade/série, o município, atualmente, não conta com uma política educacional de enfrentamento da problemática.

As ações são direcionadas nas escolas através dos PPPs, com o Reforço Escolar a todos os alunos com dificuldades de aprendizagens. Para os alunos que apresentam NEE, e dificuldades de aprendizagem, o município disponibiliza os atendimentos nas Salas de Recursos Multifuncionais e com a equipe de Técnicos Itinerantes (composta por fonoaudióloga, psicóloga e psicopedagoga). Para esses atendimentos, os alunos devem ser encaminhados pelos professores, que acompanham seu aprendizado e em parceria com as referidas equipes. Os técnicos estão presentes nas escolas, o que facilita o atendimento ao aluno e o contato com os professores. Essa foi uma mudança na organização estrutural da atual gestão, que compreendeu que o atendimento ao aluno deve ser realizado no lugar onde ele é identificado no caso, à escola, para que se obtenham melhores resultados. Os casos de infrequência à escola são acompanhados pelas equipes diretivas através das fichas do FICAE. São realizadas conversas com as famílias para que se compreenda o motivo das ausências e, posteriormente, são comunicados ao Conselho Tutelar e o Ministério Público.

O município não conta com programas federais de contra turno aos alunos, mas tem investido em atividades de educação integral que contemplam a formação integral do aluno. Há na rede projetos que são direcionados, principalmente, a crianças em situação de vulnerabilidade social. Esse programa, denominado Esporte, Saúde e Cidadania, iniciou no ano de 2008 na RME. No ano de 2009, foi premiado a nível estadual pelo MEC, pelas atividades realizadas. Em 2010, o referido Programa Esporte, Saúde e Cidadania garantiu a Sapiranga o Prêmio Nacional “Redes de Aprendizagem”, colocando o município entre os quatro melhores municípios gaúchos com o melhor ensino do país. De acordo com fôlder da Prefeitura Municipal de Sapiranga: “o investimento realizado por Sapiranga na educação em tempo integral, trouxe benefício à cidade como a redução da evasão escolar e a melhoria no desempenho dos alunos em sala de aula”. (SAPIRANGA,

s.d). Ou seja, há o entendimento por parte da SMEC de que essas ações, paralelas às atividades em sala de aula, auxiliam, diretamente, na melhoria do ensino no município.

A formação de professores, na rede municipal, é priorizada através de seminário, cursos e palestras durante o ano letivo. Vários são os momentos de encontros e a formação ocorre tanto dentro da carga horária do professor quanto em turnos opostos. A SMED tem parceria direta com a UAB, investindo na formação em nível de graduação e pós-graduação dos professores da rede; também existe a parceria para a formação de professores com gratuidade e qualidade.

Entre outras ações que diferem a RME de Sapiranga, perante o conjunto de municípios da AMVRS, podemos citar o Projeto Mãe Crecheira. Esse projeto, de âmbito municipal, surge da necessidade de atendimento a crianças em idade entre 0 e 4 anos. Como não há no município escolas de educação infantil suficiente para esse atendimento, a atual gestão investiu na qualificação de mulheres que cuidavam de crianças em suas residências, oferecendo capacitação pedagógica quando as “mães crecheiras” aprendem sobre questões de alimentação, segurança, higiene, atividades recreativas e pedagógicas. As atividades realizadas não são acompanhadas pela SMED. Cada “mãe crecheira” realiza o cadastro na SMED, participa da formação oferecida e recebe auxílio da Prefeitura Municipal através de cesta básica. Podemos afirmar que esse programa fica no plano assistencial, uma vez que não permite um acompanhamento técnico pedagógico mais focalizado no atendimento e na aprendizagem infantil. Percebe-se que as “mães crecheiras” estão assumindo a função do município em promover a educação infantil de forma organizada e comprometida com qualidade do sistema educacional.

O Encontro Artístico de Talentos Escolares – EARTE promove a integração escolar através da expressão artística. Toda a RME participa com apresentações de teatro e dança, mostrando talentos das escolas municipais. O Festival Escolar de Cinema – Curtas Metragens traz a exibição de filmes criados pelos alunos nos programas de informática da RME. Demonstam, também, como os alunos se apropriam das ferramentas cinematográficas, elaborando produções, com abordagens reflexivas, históricas e sociais. Esses programas são realizados em

atividades paralelas ao turno de aula com a finalidade de proporcionar maior participação e interação dos alunos nas atividades escolares.

O município de Sapiranga, portanto, atualmente, não conta com um programa de enfrentamento à problemática da defasagem idade/série. Ações paralelas são identificadas como o reforço escolar e o atendimento por técnicos itinerantes, porém se percebe a necessidade de destacar que, embora o município tenha tido por 09 (nove) anos consecutivos um programa direcionado pelo IAS, a questão da defasagem idade/série ainda está presente no contexto escolar, perceptível pela taxa expressa em 15,1%, somando um total de 735 alunos em situação de defasagem no ano de 2009 na RME. Pode-se questionar a falta de um programa de governo específico para reorientar o ensino após o rompimento com o IAS, o qual poderia direcionar ações específicas para acompanhamento do ensino e aprendizagem escolar, que desse suporte às escolas e professores para a garantia de uma educação de qualidade afirmada para além da sala de aula.

### 7.13 Síntese dos municípios pesquisados

Apresentamos, a seguir, um quadro síntese que demonstra as políticas municipais identificadas nas redes de ensino com destaque em negrito para aquelas mais direcionadas à questão da defasagem idade/série.

Esse quadro tem a intenção de retomar os principais dados coletados nessa pesquisa, favorecendo uma visão compacta de elementos das políticas educacionais de cada município.

Quadro 5 – Mapeamento das principais políticas educacionais identificadas nos municípios da Região do Vale do Rio dos Sinos

Município	Política Educacional Municipal
<b>Araricá</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa IAS e Acelera Brasil ocorreu no município, mas não há registro documental e histórico;</li> <li>- Parceria intermunicipal para atendimento NEE;</li> <li>- Mapeamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem a partir do instrumento “Quadro estratégias de avaliação/reprovação”;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Turno integral em fase de implantação e não institucionalizado formalmente;</li> <li>- <b>Não há políticas específicas e estruturadas para a rede municipal de ensino quanto à questão da defasagem idade/série.</b></li> </ul>
<b>Campo Bom</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projeto Acelera Brasil do IAS (1997-2005)</li> <li>- Política Pública para o Sucesso e a Permanência na Escola;</li> <li>- Projeto Acolher: Desafios para Além da Jornada Escolar – sucedeu o Acelera Brasil do IAS;</li> <li>- Plano de Metas;</li> <li>- Acompanhamento sistemático do trabalho docente e pedagógico escolar;</li> <li>- Progressão na carreira docente, através também do comprometimento do progresso dos alunos.</li> </ul>
<b>Dois Irmãos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa Global;</li> <li>- Parceria com o SESI e Secretaria de Assistência Social para atendimento aos alunos no contra turno escolar;</li> <li>- <b>A não ser o laboratório de aprendizagem, não há políticas específicas e estruturadas na rede municipal de ensino quanto à questão da defasagem idade/série.</b></li> </ul>
<b>Estância Velha</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parceria com a APAE para atendimento aos alunos com NEE como proposta de enfiletamento à defasagem;</li> <li>- Transporte escolar para facilitar o acesso e a permanência na escola;</li> <li>- <b>Não há políticas específicas e estruturadas para a rede municipal de ensino quanto à questão da defasagem idade/série.</b></li> </ul>
<b>Ivoti</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Aceleração da Aprendizagem denominado: Progressão dos Saberes de 2009 a 2010 – obteve resultados, mas sem continuidade;</li> <li>- Acompanhamento sistemático das ações pedagógicas pela Secretaria de Educação;</li> <li>- Laboratórios de aprendizagem para atendimento aos alunos com dificuldades, incluindo os com defasagem idade/série;</li> <li>- Criação de proposta de atendimento específico para alunos com NEE.</li> </ul>
<b>Lindolfo Collor</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atendimento especializado a alunos com NEE;</li> <li>- Ações pedagógicas de incentivo à formação integral do aluno como teatro, dança e feiras.</li> <li>- <b>Não há políticas específicas e estruturadas para a rede municipal de ensino quanto à questão da defasagem idade/série, mas apresenta taxas muito baixas quanto à questão.</b></li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversas atividades ligadas ao incentivo à leitura de forma ampla,</li> </ul>

<b>Morro Reuter</b>	<p>vinculadas entre as escolas e a comunidade de forma geral;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projeto Bom Dia Escola;</li> <li>- Projeto Entre Estrelas e Letras;</li> <li>- Projeto Leitura por Todos e para Todos;</li> <li>- Laboratório de Aprendizagens aos alunos com dificuldades de aprendizagem;</li> <li>- Núcleo de atendimento especializado;</li> <li>- <b>Não há políticas específicas e estruturadas para a rede municipal de ensino quanto à questão da defasagem idade/série.</b></li> </ul>
<b>Nova Hartz</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de aceleração da aprendizagem, mas não há registro documental e nem registro histórico;</li> <li>- Parceria intermunicipal para atendimento aos alunos com NEE;</li> <li>- Parceria com instituição privada –ONG, para atuação em áreas político-pedagógica da rede de ensino;</li> <li>- <b>Não há políticas específicas e estruturadas para a rede municipal de ensino quanto à questão da defasagem idade/série.</b></li> </ul>
<b>Novo Hamburgo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Programa para enfrentamento de problemáticas educacionais, incluindo a defasagem idade/série denominado: Pacto Pela Aprendizagem: Todos Temos o Direito de Aprender (2011);</b></li> <li>- <b>Parcerias interinstitucionais para atendimento aos alunos;</b></li> <li>- <b>Reformulação de ações no ensino e na aprendizagem;</b></li> <li>- <b>Acompanhamento sistêmico do aluno a partir de sua história de vida e escolar;</b></li> <li>- <b>Apoio à aprendizagem em salas de recursos multifuncionais e laboratórios de aprendizagem.</b></li> </ul>
<b>Presidente Lucena</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforço escolar para os alunos com dificuldades de aprendizagem;</li> <li>- Programa de Educação e Integração Comunitária e Social;</li> <li>- <b>Não há políticas específicas e estruturadas para a rede municipal de ensino quanto à questão da defasagem idade/série.</b></li> </ul>
<b>São Leopoldo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Projeto de Aceleração da Aprendizagem denominado: Projeto Seguindo em Frente direcionado para escolas com índice elevado de defasagem idade/série;</b></li> <li>- <b>Acompanhamento sistemático das ações do Projeto pela SMED;</b></li> <li>- <b>Desenvolvimento de ações pedagógicas e de valorização humana para o crescimento pessoal cognitivo e social dos alunos envolvidos com o Projeto.</b></li> </ul>
<b>Sapiranga</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa IAS e Acelera Brasil ocorreu no município, mas não há registro documental e histórico (1996-2006);</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>- Salas de AEE para atendimento a alunos com NEE e com laudo médico;</li><li>- Programa Esporte, Lazer e Cidadania para atendimento no contra turno escolar;</li><li>- <b>Não há políticas específicas e estruturadas para a rede municipal de ensino quanto à questão da defasagem idade/série.</b></li></ul>
--	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

## 8 CONCLUSÃO

A realização dessa pesquisa proporcionou o mapeamento das cidades do Vale do Rio dos Sinos de acordo com suas propostas para a melhoria do ensino público municipal. Esse levantamento analisado, caso a caso, nos permite afirmar que, embora haja por parte das administrações municipais o empenho em organizar-se enquanto associações de cidades, ainda não há o direcionamento para ações no campo educacional de forma ampla: o que existem são ações pontuais de parceria entre algumas cidades (Nova Hartz e Araricá) para atendimentos a alunos com NEE.

Podemos analisar, também, que, embora os dados censitários sejam amplamente divulgados pelos meios de comunicação e redirecionados pelo INEP/MEC as Secretarias Municipais de Educação, de forma geral, não os utilizam para elaboração de planos de ação ou para criação de políticas educacionais que visam sua superação. Os dados são gerados, comunicados, mas não revistos como sendo de interesse e responsabilidade municipal.

Outro aspecto relevante, observado no decorrer dessa pesquisa, trata-se da interferência político partidária na história educacional dos municípios. Pode-se constatar que a falta de comprometimento político, em realizar ações que preservem a história da educação na esfera municipal, tem agido de forma sistêmica na eliminação de políticas educacionais municipais que, em dado momento, fizeram parte daquele sistema de ensino e sem questionar, posteriormente, sua eficácia ou eficiência naquele momento histórico da rede de ensino. Mereciam, portanto, ter seu registro documental em arquivos ou meios eletrônicos, visando a preservação da história das instituições de ensino.

Essa interferência político partidária pode ser constatada também na receptividade à pesquisa, pois se observou que, em municípios onde o partido político teve sucessões por mais de dois mandatos e se manteve a estabilidade do quadro de funcionários da SME, a receptividade era positiva. Entretanto, em alguns municípios, onde houve rupturas quanto a mandatos políticos, não havia o interesse de participação dos funcionários na pesquisa, nem a responsabilidade de fornecimento de documentos ou detalhes quanto à temática da defasagem idade/série. Essas observações cabem destacar: foram realizadas quanto a gestões

anteriores a 2009 e posteriores a 2012, uma vez que o período das eleições municipais, realizadas em outubro de 2012, foram um marco nessa pesquisa e não apenas na pesquisa, mas em diversos municípios da região que tiveram trocas inesperadas de partidos políticos em seus governos municipais.

No que se refere à questão principal da pesquisa, a defasagem idade/série e as políticas municipais para o enfrentamento dessa problemática educacional, observou-se que apenas quatro municípios investigados possuem ou possuíram ações específicas e focadas no enfrentamento dessa problemática.

Destes municípios, dois (Campo Bom e Ivoti) conseguiram rever seus índices, focando em ações de recuperação da defasagem e em políticas de acompanhamento posterior aos alunos, garantindo ações de prevenção para que a defasagem não voltasse a se destacar em seus indicadores educacionais.

Os outros dois municípios (Novo Hamburgo e São Leopoldo), com ações em andamento, detêm as duas maiores redes de ensino da região, estão com atividades de enfrentamento à problemática da defasagem idade/série atualmente em vigor em suas redes de ensino. Há a intencionalidade de acompanhamento aos alunos participantes do programa e do projeto ao longo da escolaridade até o término do ensino fundamental. Porém, conforme já destacado anteriormente, a alternância política partidária não permite afirmar que essa ação será de fato efetivada. Em ambos os municípios essas ações não foram institucionalizadas, formalmente, como uma política educacional municipal. Trata-se apenas de um projeto de governo operacionalizado, efetivado durante um mandato partidário, o que poderá trazer novamente a instabilidade de ações na rede de ensino municipal.

Nos demais municípios percebem-se ações educacionais que visam à melhoria da qualidade da educação como o atendimento especializado a alunos com NEE e com dificuldades de aprendizagem. Observa-se, também, o investimento na formação de professores em todas as redes de ensino, valorizando o quadro docente através de ações de complementação de estudos.

O mapeamento das políticas, atualmente em vigor nas cidades do Vale do Rio dos Sinos, nos permitiu mostrar a variedade de ações dentro da área educacional, focadas na melhoria da educação municipal.

Mostrou-nos, também, que a ausência de políticas educacionais, direcionadas à questão da defasagem idade/série na RME, sugere uma política escassa, apenas com ações pontuais dos diferentes grupos de governo. Tais ações, realizadas enquanto governo, não demonstram preocupação com a institucionalização e continuidade nas políticas do município, pois apenas estão presentes no governo com as trocas de partidos políticos no governo municipal já que essas ações são desarticuladas.

Concluimos essa pesquisa tendo a compreensão e o entendimento de que a educação municipal, na Região do Vale do Rio dos Sinos, pode ter grandes e significativos avanços se cada Secretaria de Educação comprometer-se com a elaboração, implantação e acompanhamento de políticas educacionais que garantam aos alunos, principalmente em situação de defasagem idade/série, o acompanhamento educacional e uma educação formal com qualidade e credibilidade social. São esses alunos que, de forma especial, podem demonstrar onde o sistema educacional apresenta falhas e onde deve haver maior investimento financeiro e pedagógico, afinal o sistema já falhou com eles.

## REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, Ângela. FERREIRA, Francisco H. G. FRANCO, Creso. **Qualidade e equidade no ensino fundamental brasileiro**. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v.23, n.3, p.453-476, 2002. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/139/74>>. Acesso em: 25 dez. 2011.
- ALVES, Fátima. ORTIÇÃO, Isabel. FRANCO, Creso. **Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico**. Cadernos de Pesquisa, LOCAL? V. 37, n.130, p. 161-180, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n130/08.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2011.
- ALVES, Fátima. **Escolhas familiares, estratificação educacional e desempenho escolar: Quais as relações?** Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v.53, n.2, p.447-468. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v53n2/06.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2011.
- ALVES, Fátima. **Políticas Educacionais e desempenho escolar nas capitais brasileiras**. Cadernos de pesquisa. São Paulo, v.38, n.134, p.413-440, 2008.
- ARARICA. **Quadro de estratégias de avaliação**. Araricá: SMED, 2012.
- ARARICA. **Decreto que dispõe sobre a Educação Integral**. Araricá: SMED, 2012.
- ARARICA. **Projeto de Implantação da Educação Integral**. Araricá: SMED, 2012.
- BARROS, Ricardo Paes de. MENDONÇA, Rosane. SANTOS, Daniel Domingues dos. **Determinantes do desempenho educacional no Brasil**. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 1-42, 2001. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2001/td\\_0834.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_0834.pdf)>. Acesso em: 25 dez. 2011.
- BARROS, Ricardo Paes de. et e tal; **Uma avaliação do impacto da qualidade da creche no desenvolvimento infantil**. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v. 41, n.2, p. 213-232, 2001. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1351/1098>>. Acesso em: 25 dez. 2011.
- BATTISTI, Luzia. **Avaliação em Larga Escala na Perspectiva da Gestão Municipal**. 2010. 98f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade do vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

BOMENY, Helena. **Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2003. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1354.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1354.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2012.

BONAMINO, Alícia. FRANCO, Creso. **Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.108, p.101-132, 1999.

BONAMINO, Alicia. MARTÍNEZ, Silvia Alícia. **Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: A participação das instâncias políticas do Estado. Educação e Sociedade**. Campinas, v. 23, n.80, p. 368-385, 2002.

BONAMINO, Alícia. COSCARELLI, Carla. FRANCO, Creso. **Avaliação e Letramento: concepções de aluno letrado subjacentes ao SAEB e ao PISA**. Educação e Sociedade. Campinas, v.23, n. 81, p.91-113, 2001.

BONAMINO, Alícia Catalano. **Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BRANDÃO, Zaia. BAETA, Anna Maria Bianchini. ROCHA, Any Dutra Coelho da, **Evasão e Repetência no Brasil: A Escola em Questão**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

BRAGANÇA, Grazielle Avellar. 2008. 287f. **A Produção do Saber nas Pesquisas sobre o Fracasso Escolar (1996-2007)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

BRAVO, Ismael. **Gestão Educacional no contexto municipal**. Campinas: Alínea. 2011.

BRAVO, Ismael. **Gestão Educacional no Contexto da territorialização**. São Paulo: FAPESP. 2007.

BRASIL. **LDB, Lei 9.396, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.59 de 2009**. Dispõe sobre escolaridade obrigatória. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm)>.  
Acesso em: 06 nov. 2012.

BRUNS, Maria Alvez de Toledo. **Evasão escolar: causas e efeitos psicológicos e sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 1987.

CAMPO BOM. **Políticas Públicas para o Sucesso e a Permanência na Escola: Prevenir, Favorecer o retorno dos Infrequentes e ACOLHER nas escolas**. Campo Bom, s.d.

CAMPO BOM. **Projeto ACOLHER: Desafios para Além da Jornada Escolar**. Campo Bom, s.d.

CAMPO BOM. **Projeto Reforço Escolar**. Campo Bom, s.d.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. O Estado e a política educativa dos jesuítas na história da educação brasileira. In: SAVIANI, Dermeval (Org.). **Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010, p. 81-108.

COELHO, Maria Inês de Matos. **Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios**. Ensaio: Avaliação, Políticas Públicas Educacionais. Rio de Janeiro, v.16, n.59, p.229-258, 2008. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n59/v16n59a05.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

COIMBRA, Sandra Regina da Silva. **Reprovação e Interrupção Escolar: Contribuições para o Debate a partir da Análise do Projeto de Classes de Aceleração**. 2008. 228f. Tese (Doutorado em Educação) -- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008.

COSTA, Marilda de Oliveira. **Concepções de Gestão nos Programas do Instituto Ayrton Senna no contexto de Alterações no papel do Estado e da Sociedade Civil**. 2011.346f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

CUNHA, Adelar. **Mapa dos municípios que compõem a AMVRS (2012)**. Novo Hamburgo: CUNHA, 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os fora de série na escola**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

DALBEN, A. I. L. de Freitas. **Os Ciclos de Formação na Escola Plural: a experiência do município de Belo Horizonte**, in MALAVASI, M. M. S. et al (orgs.). Avaliação: desafios dos novos tempos. Campinas: Komed, 2006.

DOIS IRMÃOS. **Projeto Global**. Dois Irmãos, 2012.

DOIS IRMÃOS. **PROJETO: Laboratório de Ensino e Aprendizagem**. Dois Irmãos, 2012.

DUARTE, Natália. **Política social de educação e o percurso escolar da população em situação de pobreza**. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0416.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2011.

ESTÂNCIA VELHA. **Convênio municipal n.005/2012**. Estância Velha, 2012

ESTÂNCIA VELHA. **Proposta Norteadora do Ensino Municipal**. Estância Velha, 2010.

FERRÃO, Maria Eugénia. BELTRÃO, Kaizô Iwakami. SANTOS, Denis Paulo. **O impacto das políticas de não-repetência sobre o aprendizado dos alunos da 4ª série**. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v.37, n.130, p.417-451. 2002. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/141/76>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

FRANCO, Creso. MANDARINO, Mônica. ORTIGÃO, Maria Isabel. **O projeto político pedagógico e os resultados escolares**. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v.32, n.3, p.477-493, 2002. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/140/75>>. Acesso em: 25 dez. 2011.

FRANCO, Creso. (org.) **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREITAS, Luis Carlos de (Org.). **Avaliação Educacional: Caminhando pela Contramão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da Região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

**IBGE**. Associações que compõem a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) – 2009. Disponível em: <[http://mapas.fee.tcche.br/wp-content/uploads/2009/08/famurs\\_rs\\_2009.png](http://mapas.fee.tcche.br/wp-content/uploads/2009/08/famurs_rs_2009.png)>. Acesso em: 28 maio 2012.

INEP. **Glossário de Termos, Variáveis e indicadores educacionais**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-publicacoes.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

LAM, David. MARTELETO, Letícia. **A escolaridade das crianças brasileiras durante a transição demográfica: aumento no tamanho da coorte versus diminuição no tamanho da família**. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v.36, n.2, p.319-341, 2006. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/31/11>>. Acesso em: 25 dez. 2011.

LEON, Fernanda Leite Lopez. MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. **Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil**. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v.32, n.3, p.417-451. 2002. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/138/73>>. Acesso em: 25 dez. 2011.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Tendências da educação brasileira**. Brasília: MEC/Inep, 2002.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Testes ABC: para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

MANDELERT, Diana. MELLO, Jorge C. R. da Silva. **A defasagem escolar em camadas altas no PISA 2006: Brasil, Colômbia, México e Argentina**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT14-6659--Int.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2011.

MARQUES, Cláudio de Albuquerque. AGUIAR, Rui Rodrigues. CAMPOS, Márcia Oliveira Cavalcante. **Programa alfabetização na idade certa: Concepções, primeiros resultados e perspectivas**. Estudos de Avaliação Educacional. São Paulo, v.20, n.43, 2009. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1493/1493.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2011.

MARQUES, Juraci C. **Pesquisa em psicologia educacional: uma agenda para o futuro**. Psicologia Ciência e Profissão. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v9n3/10.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2011.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "**Distorção idade-série**" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=171>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

MORRO REUTHER. **Programa de Leitura Entre Estrelas e Letras**. Morro Reuther, 2007. Disponível em: <<http://www.morroreuter.rs.gov.br/projetos/6/>>. Acesso em: 29 nov. 2012.

MORRO REUTHER. **Projeto de Leitura por Todos e para Todos**. Disponível em <<http://www.morroreuter.rs.gov.br/noticias/102/>>. Acesso em: 29 nov. 2012.

MORRO REUTHER. **Projeto Bom dia Escola**. Disponível em <<http://www.morroreuter.rs.gov.br/projetos/5/>>. Acesso em: 29 nov. 2012.

MORRO REUTHER. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Réus**. CD-ROOM, 2013.

MORRO REUTHER. **Projeto União Faz a Vida**. Disponível em: <<http://www.morroreuter.rs.gov.br/projetos/7/>>. Acesso em: 29 nov. 2012.

NOVO HAMBURGO. **Eleição Diretores**. Disponível em: <<http://educacao.novohamburgo.rs.gov.br/class/educacao/documentosOficiais.php?d=4>>. Acesso em: 26 dez. 2012.

NOVO HAMBURGO. **1ª Conferência Municipal de Educação: princípios e diretrizes**. Disponível em: <<http://educacao.novohamburgo.rs.gov.br/class/educacao/documentosOficiais.php?d=4>>. Acesso em: 26 dez. 2012.

NOVO HAMBURGO. **Pacto Pela Aprendizagem: Todos Temos o Direito de Aprender**. Disponível em: <<http://educacao.novohamburgo.rs.gov.br/class/educacao/documentosOficiais.php?d=4>>. Acesso em: 26 dez. 2012.

OLIVEIRA, João Batista Araújo. **Correção do fluxo escolar: um balanço do programa Acelera Brasil (1997-2000)**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n.116, p.177-215. 2002.

OLIVEIRA, Romualdo Portella. (org.). **Política Educacional: Impasses e Alternativas**. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

PIRES, Daniela de Oliveira. **A configuração Jurídica e normativa da relação Público-Privada no Brasil na Promoção do Direito à Educação**. 186f. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

PRESIDENTE LUCENA. **Lei Municipal N. 767, de 18 de abril de 2011**. Organiza o Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências. Disponível em:

PRADO, Iara Glória de Areias. **LDB e políticas de correção de fluxo escolar. Em Aberto**. Brasília, v.17, n.71, p.49-56. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1074/976>>. Acesso em: 25 dez. 2011.

RIBEIRO, Sérgio Costa. **A pedagogia da repetência**. Estudos Avançados. São Paulo, v.5, n.12, p.7-21. 1991.

SÃO LEOPOLDO. **Projeto Seguindo em Frente**. CD-ROOM, 2012.

SARLET, Erica. **Ainda Hoje Plantaria Minha Macieira**. São Leopoldo: Sinodal, 1993.

SAPIRANGA. Fôlder – **Educar na Escola e com a Comunidade**. Sapiranga, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Impressões, 2011.

SILVA, Denise Quaresma da, **“Fracasso” Escolar: Que lugar é este? Psicanálise da Educação**. Porto Alegre: Evangrav, 2003.

SOUZA, Sandra Zákia Lian de. OLIVEIRA, Romualdo Portella de. **Políticas de Avaliação da Educação e Quase Mercado no Brasil**. Educação e Sociedade. Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, 2003.

SOUZA, José Edimar de. **DOCÊNCIA NO ESPAÇO RURAL DE LOMBA GRANDE/NH (1940 A 2009): MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE PROFESSORES/AS EM CLASSES MULTISSERIADAS**. 2011. 325f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011.

SUBRACK, Edite Maria. **Demitidos da Escola: um olhar sobre a exclusão**. Frederico Westphalen: Ed. URI, 1997.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Gestão da Educação Municipal: Composição dos Conselhos Municipais de Educação do Rio Grande do Sul**. Ensaio: avaliação, políticas públicas. Rio de Janeiro, v.14, n. 52, p. 349-364, 2006.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. BARCELLOS, Jorge Alberto Soares. **Plano Municipal de Educação e a afirmação de princípios para a educação local**. Ensaio: avaliação, políticas públicas. Rio de Janeiro, v.16, n. 61, p. 515-542, 2008.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. THUM, Adriane Brill. ANDRADE, Alenis Cleusa de. **Processo nacional de avaliação do rendimento escolar: tema esquecido entre os Sistemas Municipais de Ensino**. Ensaio: avaliação, políticas públicas. Rio de Janeiro, v.17, n. 64, p. 397-420, 2009.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **A reinvenção da gestão dos sistemas de ensino: uma discussão do Plano de Desenvolvimento da Educação (2007)**. Revista Educação em Questão. Natal, v. 35, n. 21, p. 98-119, 2009.